

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**UM INTELLECTUAL ICONOCLASTA:  
O PAPEL DO SÍMBOLO NA OBRA E AÇÃO POLÍTICA DE MANOEL  
BOMFIM  
(1897-1932)**

**LIGIANE APARECIDA DA SILVA**

**MARINGÁ  
2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**UM INTELLECTUAL ICONOCLASTA:  
O PAPEL DO SÍMBOLO NA OBRA E AÇÃO POLÍTICA DE MANOEL BOMFIM  
(1897-1932)**

Tese apresentada por LIGIANE APARECIDA DA SILVA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação.  
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador(a):  
Prof(a). Dr(a).: MARIA CRISTINA GOMES MACHADO

MARINGÁ  
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR., Brasil)

Silva, Lígiane Aparecida da

86331 Un intelectual iconoclasta: o papel do símbolo na obra e ação política de Manoel Bomfim (1897-1932)/ Lígiane Aparecida da Silva . -- Maringá, 2017.  
198 f. : il., figs.

Orientadora: Prof.a. Dr.a. Maria Cristina Gomes Machado.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Educação, 2017.

1. História da Educação. 2. Primeira República. 3. Intelectuais. 4. Manoel Bomfim. 5. Instrução primária. 6. Símbolos. I. Machado, Maria Cristina Gomes, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 22. ED.370.981  
JLM-001924

LIGIANE APARECIDA DA SILVA

**UM INTELLECTUAL ICONOCLASTA: O PAPEL DO SÍMBOLO NA OBRA E AÇÃO  
POLÍTICA DE MANOEL BOMFIM  
(1897-1932)**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof(a). Dr(a).: Maria Cristina Gomes Machado  
(Orientadora) – UEM

Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury – UFMG – Belo  
Horizonte

Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo – UFU –  
Uberlândia

Prof(a). Dr(a).: Analete Regina Schelbauer – UEM

Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes – UEM

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho – UFU  
(Suplente)

Prof(a). Dr(a).: Edneia Regina Rossi – UEM  
(Suplente)

Data de Aprovação  
03/04/2017

À memória de minha melhor amiga e maior exemplo de perseverança, doação e trabalho. À minha mãe, *Silvia Terezinha*, com amor, imensa saudade e eterna gratidão.

## AGRADECIMENTOS

O presente é tão grande, não nos afastemos.  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos  
dadas.

(Carlos Drummond de Andrade)

A quantas mãos se produz uma tese? Certamente, muito mais que duas.

Toda tentativa de enumerá-las seria injusta, e por isso mesmo farei apenas algumas considerações, na certeza de que faltariam linhas para mencionar todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este trabalho tomasse forma e para que este texto pudesse ser escrito agora.

Aos professores da banca examinadora – professora Analete Regina Schelbauer e professores Sezinando Luiz Menezes, Carlos Roberto Jamil Cury e José Carlos Souza Araújo – pelas preciosas contribuições e pareceres tão respeitosos.

Ao meu pai, Antonio Carlos, maior incentivador. Suas palavras de motivação estiveram sempre presentes, dia a dia, e com ele hoje divido a alegria dessa conquista.

Ao Felipe, meu querido Felipe, a mais doce e terna companhia, a quem espero ser sempre o melhor exemplo.

Ao meu irmão, Samuel Gustavo, e às minhas irmãs, Janiara e Jaciara, pela cumplicidade, pelo querer bem próprio dos irmãos, pela torcida sempre mais que sincera.

À Christina, amiga sempre presente, pelas trocas e por tornar mais leves os momentos difíceis dessa trajetória.

À CAPES, pela bolsa concedida no percurso de três anos de pesquisa.

Aos funcionários da Academia Brasileira de Letras do Rio de Janeiro, pela disponibilidade e presteza no envio dos textos raros que tanto enriqueceram o trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, por todo o suporte oferecido.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEINSE), pelos encontros, debates, estudos e trocas enriquecedoras.

A todos os professores e professoras que fizeram parte de minha formação. Que eu possa compartilhar, no espaço da escola e fora dele, as preciosidades que um dia partilharam comigo e que me possibilitaram enxergar o mundo com mais atenção e sensibilidade.

À professora Maria Cristina, porque a vida é mais bonita com ela por perto. Profunda gratidão por tudo, professora! Eu começaria tudo outra vez sob a certeza de sua companhia.

Na rotina, não ha vontade, nem acção; a rotina é a morte. A grandeza do homem está no esforço da intelligencia para comprehender de mais em mais, para conhecer, e alcançar qualquer cousa de novo. Continuar, conservar apenas, é funcção passiva; viver é acrescentar alguma cousa ao que existe.

(Manoel Bomfim, *O progresso pela instrucção*, 1904, p. 20)

SILVA, Ligiane Aparecida da. **UM INTELLECTUAL ICONOCLASTA: O PAPEL DO SÍMBOLO NA OBRA E AÇÃO POLÍTICA DE MANOEL BOMFIM (1897-1932)**. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profª Drª Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, PR, 2017.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a obra do intelectual Manoel Bomfim (1868-1932) e o papel que atribuiu ao símbolo em seus escritos e ações políticas empreendidas no percurso da Primeira República. Por meio do estudo de seus livros sobre história do Brasil e da América Latina no diálogo com suas produções de caráter educacional, defendemos que a especificidade da escrita e dos discursos de Manoel Bomfim, considerada por parte da historiografia como excessivamente passional e ambígua, constituía estratégia política para legitimação da proposta modernizadora que defendia, cujo sustentáculo fora a oposição aos símbolos mantenedores da elite conservadora e a criação de novos símbolos geradores de identificação com sua visão de mundo. Problematizamos, portanto, as análises historiográficas que apontam para um Manoel Bomfim ingênuo porque movido pela passionalidade. Para tanto, apoiamo-nos nos estudos do autor relacionados à psicologia, pois entendemos que Manoel Bomfim encontrou nesta ciência, bem como na medicina, os fundamentos para a formulação de seu plano de ação. A pesquisa se justifica por apresentar uma possibilidade de interpretação da obra de Manoel Bomfim, concebendo-o como um intelectual iconoclasta que, devido à sua inserção nos meios educacionais encontrou na psicologia elementos para a formulação de estratégias políticas de enfrentamento aos dilemas de seu tempo. Compreendemos que sua obra foi engendrada num contexto de transição política, de iniciativas pela estruturação do Estado e de embates entre grupos divergentes, cada qual a conceber a escolarização popular a seu modo. Na obra bomfiniana, a instrução pública – em especial a primária – é concebida como elemento imprescindível ao processo de modernização da sociedade brasileira e, portanto, dever capital do Estado. Quanto ao recorte temporal, entendemos que a inserção de Manoel Bomfim nos meios educacionais se deu de forma incisiva a partir de 1897 e manteve-se até seu falecimento em 1932, ano de publicação de seu livro póstumo e de lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, marco significativo para a história da educação brasileira. O estudo da vida, formação e vivência profissional de Manoel Bomfim possibilitou-nos enxergá-lo como um intelectual iconoclasta no embate contra os símbolos representantes da tradição e na luta pela criação de símbolos condizentes com o ideário republicano. Seus esforços pela construção da identidade nacional foram expressos nos seus escritos e ações enquanto parlamentar e educador e, no contexto da escola, assumiram uma dimensão simbólica acentuada. Bomfim propagou um modelo de educação e criou materiais didáticos para uso de professores e alunos nos quais registrou, explícita ou implicitamente, seu projeto modernizador, compreendendo a escola como espaço propício para difusão de novos símbolos. O exame das questões pontuadas levou-nos, portanto, à defesa de que Manoel Bomfim opôs-se deliberadamente ao poder concreto e simbólico consolidado na Primeira República, fazendo uso estratégico da linguagem como instrumento de intervenção educacional, social e política. A presente pesquisa soma-se às produções do Grupo de Estudos e Pesquisas em

História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE), vinculado à Universidade Estadual de Maringá.

**Palavras-Chave:** História da Educação. Primeira República. Intelectuais. Manoel Bomfim. Símbolos.

SILVA, Ligiane Aparecida da. **AN INTELLECTUAL ICONOCLAST: THE ROLE OF THE SYMBOL IN THE WORK AND POLITICAL ACTION OF MANOEL BOMFIM (1897-1932).** (198 p.). Thesis (Doctorate in Education) - State University of Maringá. Supervisor Professor: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2017.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the work of the intellectual Manoel Bomfim (1868-1932) and the role he attributed to the symbol in his writings and political actions undertaken during the First Brazilian Republic. After studying Manoel Bomfim's books about the history of Brazil and Latin America in the dialogue with his productions of educational character, we defend that the specificity of the author's writing and speeches, that part of the historiography considers as excessively passionate and ambiguous, was actually a political strategy to legitimize the modernizing proposal that he defended, whose support had been the opposition to the symbols that maintained the conservative elite and the creation of new symbols that generated identification with his vision of the world. We therefore problematize the historiographical analyzes that point to a naive Manoel Bomfim, because he was touched by passion. For this study, we rely on the author's studies related to psychology, because we understand that Manoel Bomfim found in this science, as well as in medicine, the foundations for formulating his plan of action. The research is justified because it presents a possible interpretation of the work of Manoel Bomfim that conceives him as an intellectual iconoclast who, due to his insertion in the educational means, found in psychology the elements for the formulation of political strategies to face the dilemmas of his time. We understand that his work was engendered in a context of political transition, of initiatives in order to structure the State and of clashes between divergent groups, each conceiving popular schooling in its own way. In Bomfim's work, the public instruction - especially the primary one - is conceived as an essential element in the process of modernization of Brazilian society and, therefore, essential duty of the State. As for the period of time, we understand that the insertion of Manoel Bomfim in the educational media took place incisively from 1897 and remained until his death in 1932, the year of publication of his posthumous book and the launching of the Manifesto of the Pioneers of the New School, a significant landmark for the history of Brazilian education. The study of Manoel Bomfim's life, his formation and professional experience made it possible for us to see him as an intellectual iconoclast in the struggle against the symbols representing the tradition and in the struggle for the creation of symbols matching the republican ideology. His writings and actions expressed his efforts to build national identity as a parliamentarian and an educator, and in the context of the school, they assumed an important symbolic dimension. Bomfim propagated a new model of education and created didactic materials to be used by teachers and students in which he has registered, explicitly or implicitly, his modernizing project, understanding the school as a space to disseminate new symbols. This research led us, therefore, to defend that Manoel Bomfim deliberately opposed to the concrete and the symbolic power consolidated in the First Brazilian Republic, making strategic use of language as an instrument of educational, social and political intervention. This research is linked to what was produced by the Group of Studies and Research in History of Education, Intellectuals and School Institutions (GEPHEIINSE), linked to the State University of Maringá.

**Keywords:** History of Education. First Republic. Intellectuals. Manoel Bomfim. Symbols.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Capa Seção II: Quem foi Manoel Bomfim: *Carlos, você nos acompanha?* (Fonte: BOMFIM, Manoel. **Primeiras Saudades**. Leitura para o 1º Anno do Curso Medio das Escolas Primarias. 1 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920. p. 182) 30
- Figura 2** – Capa Seção III: Um intelectual iconoclasta: *esclarecimentos a Alfredo* (Fonte: BOMFIM, Manoel. **Primeiras Saudades**. Leitura para o 1º Anno do Curso Medio das Escolas Primarias. 1 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920. p. 24) 62
- Figura 3** – Capa Seção IV: *O Brasil de Juvêncio*: cultura popular, educação e identidade nacional no limiar da República (Fonte: BOMFIM, Manoel. **Primeiras Saudades**. Leitura para o 1º Anno do Curso Medio das Escolas Primarias. 1 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920. p. 51) 94
- Figura 4** – Capa Seção V: *Raul e um modelo de educação*: adaptar é preciso (Fonte: BOMFIM, Manoel. **Primeiras Saudades**. Leitura para o 1º Anno do Curso Medio das Escolas Primarias. 1 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920. p. 11) 133

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DE UM INTELLECTUAL E SUA RELAÇÃO COM OS SÍMBOLOS</b> .....	15
Nota ao leitor .....	27
<b>2. QUEM FOI MANOEL BOMFIM? CARLOS, VOCÊ NOS ACOMPANHA?</b> .....	30
2.1. Do nascimento à formação .....	32
2.2. Da medicina à educação .....	43
2.3. A educação como ofício .....	48
Considerações finais .....	60
<b>3. UM INTELLECTUAL ICONOCLASTA – ESCLARECIMENTOS A ALFREDO</b> .....	62
3.1. A linguagem como questão .....	64
3.2. O estudo do símbolo no pensamento e na linguagem .....	71
3.3. A função social do intelectual iconoclasta .....	82
Considerações finais .....	91
<b>4. O BRASIL DE JUVÊNIO: CULTURA POPULAR, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL NO LIMAR DA REPÚBLICA</b> .....	94
4.1. O Brasil para os brasileiros .....	96
4.2. Inferiores para quem? Uma crítica aos <i>superiores do momento</i> .....	111
4.3. Entre homens e <i>fantasmas</i> : o concreto e o simbólico na luta pela construção da identidade nacional .....	121
Considerações finais .....	131
<b>5. RAUL E UM MODELO DE EDUCAÇÃO: ADAPTAR É PRECISO</b> .....	133
5.1. A educação como adaptação .....	135
5.2. A educação como insígnia de mudança .....	149
5.3. A educação como difusora de novos símbolos .....	159
Considerações finais .....	173
<b>6. NOTAS FINAIS SOBRE UM INTELLECTUAL ICONOCLASTA</b> .....	176
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	183

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DE UM INTELLECTUAL E SUA RELAÇÃO COM OS SÍMBOLOS

O objeto de investigação desta tese é a função do símbolo na obra e ações políticas do intelectual Manoel José do Bomfim (1868-1932), tendo como referência os anos de 1897 a 1932 que totalizam trinta e cinco anos de produção intelectual, trajetória acadêmica e engajamento político do autor.

As questões candentes naquele período, como a organização do trabalho livre, as mudanças desencadeadas com a proclamação da República, as contradições inerentes a um tipo de governo legalmente democrático, mas que na prática mantinha aliança com os setores conservadores da sociedade inquietaram Manoel Bomfim e levaram-no a produzir uma reflexão considerada polêmica para a época. Diante das controvérsias próprias de um país de industrialização e comércio incipientes, mas que mantinha na agricultura seu pilar de sustentação econômica, esse intelectual posicionou-se radicalmente ante sua realidade. Enxergou no desenvolvimento da indústria a possibilidade de superação da crise brasileira e defendeu a formação de cidadãos preparados para os desafios que emergiram com o novo regime.

Nosso primeiro contato com os escritos de Manoel Bomfim se deu por meio da análise do *Projeto Tavares Lyra* no percurso do Mestrado em Educação desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá e defendido no ano de 2011. Tínhamos por determinação o estudo da coletânea *Documentos Parlamentares – Instrução Pública*<sup>1</sup>, em especial o projeto que ficou conhecido como *Tavares Lyra* por ter sido apresentado à Câmara dos Deputados em 1907 pelo então Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores<sup>2</sup>, Augusto Tavares de Lyra (1872-1958).

---

<sup>1</sup> A fonte mencionada contém mensagens presidenciais e debates parlamentares relacionados a projetos apresentados nas primeiras décadas republicanas. Esses debates foram sistematizados e publicados pelo *Jornal do Comércio* entre os anos de 1918 e 1928 e atualmente se encontram disponíveis no arquivo da Biblioteca Nacional.

<sup>2</sup> De acordo com Arnaldo Niskier (1995), o Ministro do Interior passou a ser o responsável pelas questões afetas à cultura e ao ensino do país a partir da proclamação da República, quando o Ministério do Império foi extinto. Com a Reforma Benjamin Constant de 1890 é criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, que perdurou por menos de dois anos, sendo substituído pelo Ministério de Estado da Justiça e Negócios Interiores. O autor relata que a Secretaria criada por Benjamin Constant foi a primeira especialmente dedicada à educação nacional.

A fonte documental analisada, além de conter um projeto para desenvolvimento e difusão da instrução primária e reforma dos ensinos secundário e superior, compila os debates travados pelos deputados em torno da proposta entre os anos de 1907 e 1908. Do grupo dos parlamentares que se pronunciaram, apresentando sugestões de emendas, críticas ou mesmo para declarar adesão às proposições do Ministro, Manoel Bomfim diferenciou-se por iniciar sua fala com uma inédita sugestão: que o projeto fosse desdobrado em dois por conter duas questões pontuais – uma, a difusão da instrução primária, de importância capital e outra, de caráter essencial, mas não prioritário, a saber, a reforma dos ensinos secundário e superior.

A partir dessa sugestão, Bomfim apresenta um panorama da situação do ensino primário no Brasil e defende a necessidade de intervenção do Estado com vistas à escolarização massiva e conseqüente desenvolvimento da nação em conformidade com as exigências do novo regime. Na continuidade de nossa investigação, constatamos que se tratava de um intelectual de produção profícua, sobretudo referente à história e à educação e que muito se ocupou da relação entre instrução popular e modernização nacional em suas produções e ação política.

Por estratégia de convencimento utilizou o combate. Em toda a sua obra a crítica é presente, seja ao conservadorismo das elites, seja ao passado de espoliação da metrópole sobre o Brasil, seja ao imperialismo que ameaçava as nações latino-americanas, seja ao pan-americanismo que ocupava lugar de destaque nos debates políticos da época, seja à deturpação da história do Brasil por parte de alguns escritores brasileiros e estrangeiros, como asseverava. Essas críticas, por sua vez, se desdobravam em tantas outras, tais como a ausência de participação popular nas decisões concernentes ao país, a falta de condições mínimas de sobrevivência da grande massa da população, a necessidade de criação de políticas públicas para fomento da indústria.

Bomfim pertenceu ao grupo de intelectuais que se confrontou com estruturas historicamente cristalizadas na tentativa de projetar o que considerava novo e necessário. Foi estratégico por conhecer a influência da oposição, teoricamente apoiada no chamado racismo científico, para o qual a existência de raças superiores e inferiores era natural, como era natural e justa a exploração de umas pelas outras. Tal teoria, entretanto, contribuía para a permanência daquele estado de coisas, na medida em que negava a possibilidade de aprendizagem e desenvolvimento dos

negros, indígenas e mestiços que compunham a maior fração da população brasileira.

Ademais, intelectuais e políticos conservadores, representantes das oligarquias buscavam apoio legal na Constituição Federal de 1891. Esta mantivera a descentralização educacional do Império<sup>3</sup> e, em relação à educação primária, atribuíra responsabilidade aos estados e municípios, eximindo a União dos investimentos necessários ao seu desenvolvimento e difusão<sup>4</sup>.

Na perspectiva de Manoel Bomfim, cuja proposta modernizadora passava necessariamente pela instrução popular, a radicalização do federalismo apresentava-se como entrave à disseminação das primeiras letras no país, condição para sua modernização. Portanto, ao mesmo tempo em que combatia o paradigma do racismo científico, questionava a legislação e as interpretações que julgava parciais e tendenciosas.

Bomfim foi um intelectual engajado. Não se limitou a escrever e não se fechou em seu gabinete. Produziu vasta obra, mas também lecionou, coordenou e dirigiu instituições de ensino, criou laboratórios, material didático e paradidático e revistas educativas. Publicou em importantes periódicos de sua época, foi deputado federal e discutiu projetos relevantes, apresentando críticas e emendas. De fato, foi um homem de ação.

---

<sup>3</sup> O Ato Adicional de 1834 foi a única emenda feita à Constituição de 1824. A partir dele, foi desencadeado no Brasil um intenso debate acerca das competências do governo geral e das províncias em relação à instrução pública elementar, debate que se estendeu após a proclamação da República e no decurso do século XX. Dentre outras medidas, o Ato delegava autonomia às províncias para organizar a economia, a justiça, a educação e outros serviços segundo critérios próprios. Para aprofundamento, sugerimos: NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições Brasileiras**. Volume I. 1824. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v1\\_1824.pdf?sequence=5](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf?sequence=5). Acesso em: 28 ago. 2016. Cabe lembrar que a historiografia adepta da tese de que o Ato Adicional de 1834 descentralizou o ensino elementar público e dificultou a organização de um sistema nacional de ensino no país foi refutada por André Paulo Castanha (2008) em sua pesquisa de doutoramento. Ver: CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional de 1834 e a instrução elementar no Império**: descentralização ou centralização. 2008. 558 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, SP, 2008.

<sup>4</sup> Constituição Federal de 1891: “Art. 35. Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente: 1º Velar na guarda da Constituição e das leis, e providenciar sobre as necessidades de character federal; 2º Animar, no paiz, o desenvolvimento das letras, artes e sciencias, bem como a immigração, a agricultura, a industria e o commercio, sem privilegios que tolham a acção dos governos locaes; 3º Crear instituições de ensino superior e secundario nos Estados; 4º Prover á instrução secundaria no Districto Federal.” (BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acesso em: 15 mar. 2015).

A análise de sua obra e das influências que recebera ao longo de sua formação, juntamente com o estudo de autores contemporâneos a ele que encerravam uma interpretação da sociedade similar à sua indicava-nos outras possibilidades. É possível identificar aproximações entre o projeto de nação de Bomfim e as propostas modernizadoras de John Dewey (1859-1952), cuja produção também tem sido objeto de análises distintas e conclusões díspares<sup>5</sup>. Além disso, teria tido como interlocutores personalidades como Émile Durkheim (1858-1917), Alfred Binet (1857-1911), William James (1842-1910) e outros autores de diferentes áreas que, possivelmente, teriam contribuído para a composição de seu arcabouço intelectual e construção de seu projeto societário<sup>6</sup>.

Curiosamente, a despeito de seu envolvimento com os dilemas de seu tempo, a historiografia brasileira tem-no considerado um autor esquecido, que somente após a década de 1980<sup>7</sup> passa a ser estudado nos programas de pós-graduação do Brasil<sup>8</sup>. As razões desse suposto esquecimento têm sido objeto de estudo de diversos pesquisadores na atualidade, que ora buscam explicações no contexto

---

<sup>5</sup> Claudemir Galiani (2009) confirma a existência de divergências nas interpretações da obra de John Dewey e suas propostas educacionais para os Estados Unidos formuladas em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Para o autor, as proposições de Dewey são polemizadas pela historiografia, sobretudo, pelo fato de ter previsto medidas para a diminuição das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, defendido a expansão do capitalismo norte-americano.

<sup>6</sup> No percurso desta tese apresentaremos relações entre o projeto modernizador de Manoel Bomfim e algumas das ideias propagadas no período por Émile Durkheim e John Dewey. Elencamos ambos os autores pelo fato de terem sido significativos representantes da vida intelectual francesa e norte-americana, respectivamente, nações cujas culturas foram tidas como modelares no processo de modernização da República brasileira.

<sup>7</sup> Cabe ressaltar a relevância do movimento de redemocratização do Brasil a partir dos anos de 1980 que possibilitou maior abertura nas universidades para o estudo de temas e autores pouco investigados até então. Soma-se a isto o quantitativo de programas de pós-graduação no Brasil, cujo aumento considerável se deu a partir da década de 1990.

<sup>8</sup> No ano de 1984, Darcy Ribeiro publica o texto *Males de Origem da América Latina* na *Revista do Brasil*, exaltando a contribuição de Manoel Bomfim para as Ciências Sociais no país. Na edição comemorativa do centenário de *América Latina: males de origem*, em 2005, este texto é republicado como prefácio. Atualmente, é considerado um importante marco para a retomada dos estudos sobre Manoel Bomfim entre os pesquisadores brasileiros.

econômico, político e social da época, ora nos argumentos utilizados pelo autor, ora no seu estilo de escrita<sup>9</sup>, ora em suas propostas<sup>10</sup>.

“[...] por defender o povo, a educação popular e a democracia radical, permaneceu ‘esquecido’ [...]”. A frase é de Aluizio Alves Filho (2013, p. 10), estudioso que desde os fins da década de 1970 se dedica à análise da obra de Manoel Bomfim. Seu livro intitulado *O pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido*, lançado em 1979, juntamente com *Uma teoria biológica da mais-valia*, texto mimeografado e publicado no mesmo ano por Flora Sussekind e Roberto Ventura<sup>11</sup> marcam, juntamente com Darcy Ribeiro, o início de um período de retomada dos estudos sobre o referido intelectual no Brasil.

Nas produções de Alves Filho (1979; 2013) Bomfim é apresentado como um intelectual a serviço do povo e ignorado pela história, concepção que será reproduzida por outros autores posteriormente. Em sua perspectiva, Manoel Bomfim foi silenciado por ter combatido a serviço do povo durante toda a sua trajetória intelectual e política. O autor atesta que foi proposital o silenciamento de sua obra, alegando que

Existem autores falseados ou omitidos em todas as épocas e em todos os países. É importante resgatá-los e colocá-los nos espaços que lhes são próprios: o da luta por transformações sociais que coloquem o homem, o trabalho e a dignidade da pessoa humana como o centro da vida. (ALVES FILHO, 2013, p. 82).

Numa alusão à homenagem feita pelo próprio Bomfim à Castro Alves em *O Brasil na História*, dedicando-lhe o livro com a frase ‘À glória de Castro Alves, potente e comovida voz de revolução’, Alves Filho (2013) atribui o mesmo título de revolucionário a Bomfim por ter combatido o racismo, a exploração da elite dirigente

---

<sup>9</sup> Alguns intérpretes criticam Bomfim pela falta de objetividade e excesso de paixão nos textos, além do uso inapropriado de analogias organicistas ao tentar transpô-las à análise da sociedade. Dentre eles, citamos Leite (1983) e Andrade (2008). Aprofundaremos essa questão no decorrer deste texto.

<sup>10</sup> Vale ressaltar que Ronaldo Conde Aguiar, em Seminário realizado na cidade de Aracaju no ano de 2005 em comemoração ao centenário de *A América Latina, males de origem* destacou que o esquecimento de Manoel Bomfim não ocorreu em sua cidade natal. Segundo o biógrafo, em Aracaju o escritor é frequentemente lembrado e homenageado.

<sup>11</sup> Este estudo foi republicado como livro em 1980, recebendo o título de *História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*.

e lutado pela educação popular por considerá-la critério para o desenvolvimento da nação<sup>12</sup>. Um radical que, na opinião desse intérprete, fora injustiçado por uma minoria pouco interessada nas transformações por ele propostas.

O estudo dos projetos de nação que visavam a transformação social nos anos iniciais da República sugere a investigação do radicalismo em suas características essenciais. Afirmar que um intelectual republicano foi ou não radical é insuficiente se não analisarmos o contexto político brasileiro e suas tendências mais influentes.

De acordo com Antonio Candido (1988, p. 4), “[...] pode-se chamar de radicalismo, no Brasil, o conjunto de ideias e atitudes formando contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou”. Para o autor referenciado, entretanto, não houve entre nós a organização de um sistema opositor à política situacional, senão iniciativas isoladas de uns poucos intelectuais progressistas.

A ideia de contrapeso apresentada pelo mesmo autor diz respeito ao enfrentamento dos problemas sociais pelo grupo radical de modo distinto da ala conservadora sem, contudo, constituir uma proposta de revolução.

Gerado na classe média, ele [o radicalismo] não é um pensamento revolucionário, e, embora seja fermento transformador, não se identifica senão em parte com os interesses das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade. (CANDIDO, 1988, p. 4).

Assim, em certa medida é possível identificar nos radicais uma oposição à sua classe de origem e um interesse pela garantia dos direitos dos trabalhadores. No entanto, por pensarem os problemas no âmbito da nação, o foco de seu interesse não é o povo, tampouco os antagonismos de classe. Seu objetivo é o progresso nacional e, para alcançá-lo, por vezes propõem medidas conciliatórias.

“[...]” o radical é sobretudo um revoltado, e embora o seu pensamento possa avançar até posições realmente transformadoras, pode também recuar para posições conservadoras”. (CANDIDO, 1990, p. 5). Suas ideias, comumente similares ao pensamento revolucionário, dificilmente se materializam em ações de fato revolucionárias, pois tendem ao ajustamento e não à ruptura. Enquanto um revolucionário rompe definitivamente com sua classe de origem quando necessário,

---

<sup>12</sup> A mesma alusão pode ser identificada no trabalho de Laércio Souto Maior (1993, p. 15), que dedica seu livro “À glória de Manoel Bomfim, apaixonada e potente voz de revolução”.

o radical acomoda-se às circunstâncias e defende a possibilidade de harmonização social.

Joaquim Nabuco em sua campanha abolicionista entre os anos de 1879 e 1888 é um exemplo de radical engajado<sup>13</sup>. Lutou pelo fim da escravidão e defendeu o direito de participação política do povo. Nabuco, assim como Bomfim, concebia o povo como o conjunto da população caracterizado pela diversidade de cor, raça, credo e condição social. Embora seu radicalismo não tenha excedido em muito a campanha, e apesar de seu envolvimento em defesa do pan-americanismo – no que se distancia de Bomfim – é válido afirmar que suas ações políticas naquele momento foram radicais porque fizeram oposição à elite conservadora e impulsionaram transformações sociais significativas. Na opinião de Marco Aurélio Nogueira (2010, p. 152),

Embora seguindo as pegadas de uma antiga tradição questionadora – que emergira, como vimos, com o processo de Independência –, Nabuco representou uma ruptura: converteu a análise da escravidão em *análise política*, dando forma sistemática às pressões de um momento histórico mais avançado.

No entanto, proclamada a República “sem povo”, Nabuco teria se confrontado com a realidade de uma nação desprovida de sociedade civil e carente de classes organizadas, abdicando do radicalismo da juventude. (NOGUEIRA, 1984). Em Bomfim o movimento é diferente: não há ruptura ou enfraquecimento; seu radicalismo é permanente e se fortalece com o tempo, o que pode ser observado em suas últimas publicações nas quais se mostra mais maduro e igualmente combativo.

Julgamos relevante mencionar contemporâneos de Bomfim cujos projetos se caracterizaram pelo radicalismo por acreditarmos na existência de grupos de interesses a partir dos quais se travam os debates entre intelectuais em qualquer momento histórico. Se Nabuco teve como referência uma “tradição questionadora” e pôde compreender de forma mais ampla os efeitos funestos da escravidão, Bomfim, de modo análogo, dialogou com seus pares e refletiu sobre a sociedade com base

---

<sup>13</sup> A menção a Joaquim Nabuco tem como objetivo neste trabalho apresentar um exemplo de política radical no contexto vivenciado por Manoel Bomfim. Entretanto, consideramos as especificidades do momento de transição do Império para a República, no qual Nabuco lutou em prol da Abolição, e as primeiras décadas republicanas nas quais Bomfim produziu sua obra. Seria anacrônico tratar as lutas travadas no momento da fundação do Estado republicano sob a mesma ótica dirigida ao estudo da organização e estruturação desse Estado.

nos instrumentos disponíveis em seu tempo. Posteriormente, nas mesmas trilhas do radicalismo, Sérgio Buarque de Holanda (1995) escreve *Raízes do Brasil* e amplia conceitos já discutidos na obra bomfiniana. Não há, portanto, isolamento no processo de construção de um projeto societário.

Esclarecemos, portanto, que não é nossa intenção neste estudo dar continuidade ao debate sobre o “esquecimento” da obra de Manoel Bomfim, embora admitamos a recorrência dessa questão nos estudos historiográficos produzidos até o presente momento. Nosso objetivo, antes, é responder ao seguinte problema: seria a linguagem caracterizadamente passional de Manoel Bomfim indício de ingenuidade e ausência de astúcia política por parte autor?

Outra questão recorrente nos trabalhos acadêmicos é a defesa de um Manoel Bomfim precursor de ideias e projetos que se destacaram, sobretudo, a partir da década de 1930. Darcy Ribeiro (s./d.) menciona Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Arthur Ramos e Josué de Castro como vozes que legitimaram alguns dos pressupostos defendidos por Bomfim, como o culturalismo, a cordialidade do povo brasileiro, o bacharelismo, a necessidade de valorização do negro, do índio, do mestiço e das riquezas naturais do Brasil, entre outros temas.

Nesta tese, entretanto, defendemos Manoel Bomfim como um intelectual que se utilizou da linguagem enquanto prática social de forma estratégica e deliberada, opondo-se aos símbolos representantes da tradição que refutava e divulgando outros condizentes com o modelo social que almejava. Sustentamo-nos na constatação de que Bomfim lançou mão de estudos concernentes à psicologia ao formular suas críticas e propostas à sociedade brasileira, assumindo a função social de um iconoclasta<sup>14</sup> a proscriver o culto às convenções. Por conseguinte, refutamos a representação de Bomfim como um intelectual ingênuo por entendermos que a especificidade de sua escrita e linguagem não denota ausência de senso prático e de projeto social, senão estratégia política para legitimação de proposições claramente definidas.

Nesta pesquisa o intelectual Manoel Bomfim foi concebido a partir de sua própria definição do que seja um intelectual, pois, em nosso entendimento, a função

---

<sup>14</sup> Na terceira seção desta tese será discutida com mais profundidade a função social do intelectual iconoclasta na perspectiva de Manoel Bomfim. Por ora, cabe destacar que o movimento iconoclasta surgiu no percurso da Idade Média, mais especificamente entre os séculos VIII e IX no Império Bizantino e teve como característica a deliberada oposição ao culto de imagens religiosas. (MONDZAIN, 2013).

social que atribuiu ao intelectual nos permite compreender a consonância entre sua produção teórica e suas ações políticas.

Foi a historiografia a condutora do caminho que traçamos. A constatação de que a linguagem utilizada por Bomfim – tanto nos livros e periódicos quanto nos discursos e exposições parlamentares – tem inquietado parte dos intérpretes de sua obra instigou-nos. Reputado por ingênuo, passional e pouco objetivo, o intelectual em estudo tem recebido adjetivos que buscamos problematizar.

Defendemos a tese de que a linguagem supostamente apaixonada de Bomfim não pode ser julgada como sinônimo de ingenuidade ou ausência de plano político. O ufanismo característico de sua obra é por nós entendido, antes, como parte integrante e estratégica de seu programa para organização da nacionalidade brasileira.

É nesse sentido que o conceito de intelectual defendido pelo próprio autor ganha relevância. A formação de Manoel Bomfim na medicina e os estudos que desenvolveu na área da psicologia o guiaram à elaboração de sólida pesquisa sobre a importância do símbolo para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem. Não se trata, a nosso ver, de reflexão estritamente acadêmica, senão de um esforço para comprovar cientificamente que a especificidade da aprendizagem humana, mediada pelo uso dos símbolos, estaria sendo utilizada no decorrer da história de forma deliberada pelos grupos hegemônicos para fins de dominação e manutenção do poder.

Os símbolos exerceriam influência tal que sua utilização intencional possibilitaria a conservação de projetos sociais ou a instauração de modelos societários condizentes com as mudanças em curso em momentos históricos situados. Ao intelectual, portanto, caberia a função social de um iconoclasta a destruir os símbolos, sustentáculos ideológicos da tradição e, ao mesmo tempo, o desafio de criar e disseminar símbolos novos.

Ao apresentar à sociedade novos símbolos por meio de uma linguagem sobremaneira cívica, Bomfim estaria se posicionando como um iconoclasta a destruir o “velho” e instaurar o “novo”, o que evidencia o caráter político de sua obra e ação. Exaltá-lo pelo seu nacionalismo ou criticá-lo pela sua passionalidade sem considerar as suas possíveis motivações são atitudes que contribuem para a dissolução do significado e influência de sua obra no contexto em que foi produzida.

No entanto, o exercício a que nos propusemos exigiu-nos conhecimento da produção de Manoel Bomfim sobre a histórica do Brasil e da América Latina, mormente investigada pela historiografia, no diálogo com seus escritos relativos à educação que têm despertado menor interesse nos pesquisadores.

Sua profícua produção diretamente relacionada às questões educacionais de seu tempo contém elementos elucidativos para a sustentação de nossa tese. Bomfim escreveu sobre pedagogia e psicologia, elaborou material didático e paradidático para a escola primária para uso de alunos e professores, discursou para normalistas e deixou em cada um desses registros a sua identidade, o seu entusiasmo, a sua irreverência ante os cânones sociais da época. As próprias personagens que criou são carregadas de simbologia, apresentando-se como arquétipos de criança e de adultos educadores, além dos modelos de escola e de educação direta ou indiretamente defendidos em suas histórias infantis. Um iconoclasta a refutar símbolos consolidados historicamente e a elaborar novas representações sociais ajustadas aos seus desígnios para o Brasil: eis o modo como Manoel Bomfim será apresentado neste trabalho.

Para o desenvolvimento das questões supracitadas optamos pelo estudo dos seguintes livros do autor: *Livro de Composição para o curso complementar das escolas primárias* (1899); *Livro de Leitura: para o curso complementar das escolas primárias* (1901); *A América Latina, males de origem* (1905); *Através do Brasil* (1910); *Lições de Pedagogia: theoria e practica da educação* (1915); *Noções de Psychologia* (1917); *Primeiras Saudades* (1920); *Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (1923); *O Brasil na América, caracterização da formação brasileira* (1929); *O Brasil na história, deturpação das tradições, degradação política* (1930); *O Brasil nação, realidade da soberania brasileira* (1931) e seu livro póstumo, *Cultura e educação do povo brasileiro: pela difusão da instrução primária* (1932). Além dessas publicações, elencamos o discurso *O progresso pela instrução* (1904) e as falas parlamentares proferidas por Manoel Bomfim no ano de 1907 registrados na Coletânea *Documentos Parlamentares: Instrução Pública*, publicada em 1918. Julgamos que as fontes mencionadas permitem o estabelecimento de relações entre suas propostas para a modernização da sociedade e o conhecimento que acumulou em seus estudos e experiências no meio educacional brasileiro e internacional.

A seleção das referidas fontes coaduna-se com o recorte temporal que escolhemos – os anos de 1897 a 1932 –, o qual se justifica por motivos vários. Entendemos o ano de 1897 como um marco histórico a partir do qual Manoel Bomfim passa a dedicar seus esforços prioritariamente à causa da educação. É nesse ano que Bomfim, como redator e secretário do jornal *A República* declara publicamente seu interesse pela instrução pública em artigo escrito para o mesmo periódico, em 12 de setembro de 1897. Segundo ele, os dados referentes ao biênio 1889-1890, publicados em 1893 pelo *Report of the Commissioner of Educations* haviam lhe chamado a atenção para o debate que se tornou seu objeto de estudo a partir de então.

É no mesmo ano que Bomfim torna-se diretor do *Pedagogium*<sup>15</sup>, assume o cargo de redator e secretário da *Revista Pedagógica*, funda e dirige o mensário *Educação e Ensino*, revista oficial da diretoria da Instrução Pública e passa a lecionar na Escola Normal, ocupando a cadeira de Moral e Cívica. Compreendemos, portanto, que o educador Manoel Bomfim manifesta-se com maior expressividade a partir do referido ano, já aos vinte e nove anos de idade, marcando o início de um novo período em sua vida após o afastamento da medicina em 1894<sup>16</sup>.

A opção pelo ano de 1932 como marco final de nosso recorte deve-se, todavia, não somente à data de seu falecimento, 21 de abril de 1932, mas, sobretudo, ao fato de ter finalizado naquele ano o ditado que hoje constitui parte de seu último livro, a saber: *Cultura e Educação do povo brasileiro: pela difusão da instrução primária*. Com o auxílio do teatrólogo Joracy Camargo<sup>17</sup>, Bomfim deixa registradas suas impressões sobre a educação brasileira no livro que, após sua

---

<sup>15</sup> O *Pedagogium* foi criado no ano de 1890 por Benjamin Constant e extinto no ano de 1919. A proposta de criar um museu pedagógico no Brasil foi feita por Rui Barbosa em seu conhecido Parecer sobre a reforma de ensino de Rodolfo Dantas. Manoel Bomfim foi subdiretor da instituição no ano de 1896 e diretor entre os anos 1897 e 1905, bem como de 1911 a 1919. (AGUIAR, 2000; GONTIJO, 2010; FREITAS, 2014). Para mais informações sobre o trabalho desenvolvido por Bomfim enquanto diretor do *Pedagogium*, ver: ANDRADE, Nhayana de Freitas. **Manoel Bomfim e o Pedagogium**. 2014. 176f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2014.

<sup>16</sup> Bomfim abdica da medicina após a morte de sua filha Maria, de 1 ano e 10 meses de idade, no ano de 1894, durante uma epidemia de tifo (AGUIAR, 2000; GONTIJO, 2010). Contudo, entendemos que continuou a exercer indiretamente a profissão como membro da Liga Brasileira de Higiene Mental. Além disso, é possível identificar em suas produções teóricas e discursos a influência de sua área de formação.

<sup>17</sup> Joracy Camargo transcreveu as ideias ditadas por Manoel Bomfim que, naquele momento, se encontrava impossibilitado de escrever devido ao avanço do câncer que o levou à morte (AGUIAR, 2000).

morte, foi organizado por seu filho Aníbal e o próprio Camargo, reunindo artigos antes dispersos em periódicos, além do texto ditado. Essa produção recebeu o prêmio *Francisco Alves* pela Academia Brasileira de Letras em segundo lugar e é relevante, a nosso ver, por conter as últimas sistematizações do autor relativas às questões educacionais de seu tempo.

Como marcos importantes dos anos de 1897 e 1932, respectivamente, temos a inauguração da Academia Brasileira de Letras em uma das salas do *Pedagogium*, do qual Bomfim era diretor na época, e o lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em defesa do ensino público, laico e obrigatório*, tema que perpassa a obra de Bomfim, embora não se possa atestar vínculo direto do autor com o movimento escolanovista<sup>18</sup>.

A partir do referido recorte, buscamos apresentar Manoel Bomfim em seu tempo por acreditarmos que suas reflexões, ainda que polêmicas ou divergentes encontraram espaço para serem debatidas lá mesmo, no lugar e tempo em que foram gestadas. Entendemos que no cenário de efervescentes debates sobre educação no início do século XX, Bomfim difundiu sua proposta modernizadora fundamentando-se nos estudos disponíveis ao meio intelectual do qual fazia parte. Logo, o estabelecimento de relações entre suas intenções e ações políticas e o contexto em que foram engendradas se faz necessário para a produção de pesquisas que correspondam à realidade de suas lutas políticas.

Essas são, portanto, as reflexões que esta tese se propõe a abordar. Estruturamos o trabalho de modo a discutir as questões apresentadas em quatro partes, iniciando com informações biográficas sobre Manoel Bomfim e o contexto de produção de sua obra. Na segunda parte apresentamos Manoel Bomfim como um

---

<sup>18</sup> Marcos Cezar de Freitas (2002) assevera que os estudos desenvolvidos sobre psicologia educacional por Manoel Bomfim podem ser considerados um prenúncio do movimento posteriormente intitulado de “escolanovismo”. Segundo Diana Vidal (2000), a Escola Nova ressignificou práticas educativas consolidadas no século XIX e promoveu uma “[...] ruptura nos saberes e fazeres escolares” (VIDAL, 2000, p. 515), contando com os avanços da psicologia experimental para a sustentação de discursos em prol da afirmação da pedagogia como ciência e da escolarização de massas promovida a partir da ideia de respeito à individualidade da criança e de sua centralidade no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, pode-se afirmar que Bomfim pertenceu ao movimento antecedente à Escola Nova, também intitulado por Marta Maria Chagas de Carvalho (2000) de pedagogia moderna. Para a referida autora, a pedagogia moderna pautou-se na imitação de modelos, na *arte de ensinar*, enquanto a Escola Nova pensou a prática docente subsidiada por “[...] um repertório de saberes autorizados [...]”. (CARVALHO, 2000, n./p.). Contudo, apesar do embate entre ambas as vertentes e da afirmação da Escola Nova como modelo de modernidade educacional, há que se reconhecer as contribuições e as continuidades da pedagogia moderna entre os renovadores da educação no Brasil.

intelectual iconoclasta a combater os “velhos” símbolos e a lutar pela criação e consolidação de símbolos condizentes com o ideário republicano. Na sequência, abordamos a inserção do autor frente ao debate sobre a relação entre cultura popular, identidade nacional e modernização nas primeiras décadas republicanas e, por fim, analisamos o modelo de educação defendido por Manoel Bomfim e a função social que atribuiu ao intelectual e à escola pública.

A presente pesquisa vincula-se ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE), coordenado pelas professoras Maria Cristina Gomes Machado e Analete Regina Schelbauer, docentes do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá. O referido grupo, por sua vez, estabelece diálogo com o HISTEDBR, Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”.

Este trabalho trata dos símbolos, de sua influência no tempo e de seu uso aparentemente ingênuo na história.

### **Nota ao leitor**

Esta tese contará com a presença e contribuição de quatro garotos: Carlos, Alfredo, Juvêncio e Raul, que se apresentarão a você, prezado leitor, nas seções II, III, IV e V, respectivamente.

Quem são eles e por que se fazem presentes aqui?

São meninos que viveram na Primeira República e experienciaram, cada um a seu modo, as transformações daquele período e seus desdobramentos em todos os setores da sociedade: na economia, na política, na cultura, na educação.

Personagens fictícios das histórias que Manoel Bomfim criou – individualmente ou em parceria – para o público infantil e para as escolas primárias brasileiras são expressão de uma época em que a escola pública é chamada a exercer o papel de formadora de um determinado modelo de infância, enquanto o Estado passa a ser cobrado de modo contundente pela proteção dos pequenos contra a ignorância e preparação para os desafios próprios de uma sociedade que se pretendia urbanizada.

Essas personagens, a nosso ver, são essencialmente simbólicas e dizem muito sobre a perspectiva modernizadora de Manoel Bomfim. Apresentam-se como

modelos de crianças já adequadas à vida na República: são ativas, criativas, estudiosas, obedientes, curiosas, cooperativas e resilientes. Familiarizadas ou não com a escola, expressam profunda admiração pelo ato de aprender, são patriotas e já se habituaram à diversidade cultural de seu país. Apaixonadas pelas riquezas naturais do Brasil são crianças amáveis e generosas em cujos comportamentos não se detecta preconceito, senão um desejo sincero de aprender com o outro e explorar o mundo à sua volta.

A educação que receberam no seio da família ou mesmo nas experiências precoces no mundo do trabalho habilitaram-nas para a manifestação clara de seus pensamentos, medos e anseios futuros. Não se tornaram arredias, tímidas, revoltadas ou agressivas, mas dóceis, leais aos seus educadores e amigos e verdadeiros modelos de irrepreensível caráter.

Uma “criança nova” para uma “nova sociedade” é o que encontramos em Carlos, Alfredo, Juvêncio e Raul, símbolos de uma infância educada sob os pressupostos do modelo social forjado com a Abolição e a República. Manoel Bomfim contesta símbolos, mas também os cria e os matiza com cores vivas e tons fortes.

Carlos, o prudente, inteligente e amoroso garoto de quinze anos introduzirá a seção II, que tem por objetivo apresentar o intelectual Manoel Bomfim em seu tempo, enquanto seu pequeno irmão Alfredo, um garoto curioso e alegre de apenas dez anos estará presente na seção III, na qual discorreremos sobre o intelectual iconoclasta e sua função social. Seu amigo Juvêncio, o menino sertanejo de dezesseis anos representará o saber prático e popular apresentado na seção IV, na qual analisamos os esforços de Manoel Bomfim pela valorização da cultura brasileira e luta pela constituição da identidade nacional. Por fim, o estudioso e polido Raul dará início à última seção, que trata da educação como chave de mudança para o país em vias de transformação.

Esperamos que os quatro garotos despertem no leitor o desejo de recorrer aos livros e, assim, conhecer mais de perto suas fascinantes histórias. Sejam todos bem-vindos, por meio da breve passagem de nossos ilustres convidados nesta tese, ao universo de *Através do Brasil*<sup>19</sup> e *Primeiras Saudades*<sup>20</sup>!

---

<sup>19</sup> Carlos, Alfredo e Juvêncio são personagens de *Através do Brasil*, o livro de leitura escrito por Manoel Bomfim e Olavo Bilac para o curso médio das escolas primárias brasileiras. Publicado em 1910 e editado 64 vezes no percurso do século XX, a história gira em torno da busca de Carlos e Alfredo – dois irmãos órfãos de mãe – pelo

---

pai adoecido. Engenheiro que assume a construção de uma estrada de ferro no interior do Recife, o pai dos garotos adoece e eles, ao receberem um telegrama com a informação, iniciam uma aventura pelo Brasil, conhecendo lugares inusitados e pessoas interessantes e generosas pelo caminho.

<sup>20</sup> Raul é o narrador e protagonista de *Primeiras Saudades*, o livro escrito por Manoel Bomfim e publicado em 1920 para o público infantil das escolas primárias brasileiras. Concorreu ao prêmio Francisco Alves e recebeu menção honrosa pela Academia Brasileira de Letras. (AGUIAR, 2000). Trata-se da história de um menino em um navio que se põe a redigir textos sobre sua infância durante uma viagem a estudos, a primeira que faz sem a presença da família.

2. QUEM FOI MANOEL BOMFIM? CARLOS, VOCÊ NOS ACOMPANHA?



“O Director chamou dous pequenos, abriu um livro que trazia, e mandou ler.”

(BOMFIM, 1920, p. 182)

Olá! Gostaria muito, mas infelizmente não será possível. Explicarei o motivo logo adiante, mas para ser gentil quero antes me apresentar.

Meu nome é Carlos e tenho quinze anos. Há dois anos sofri a perda de minha mãe e hoje vivo num colégio interno do Recife com meu irmão mais novo, o Alfredo.

Nosso pai, sempre afetuoso, sofreu muito com essa separação temporária, mas é engenheiro e precisou deslocar-se para o interior do estado onde presta serviços para a construção de uma estrada de ferro. Aliás, papai sempre diz que o Brasil precisa dessas estradas porque por meio delas as riquezas do país podem ser deslocadas com facilidade. Sem elas, afirma meu pai, os produtos e as pessoas não circulam, a indústria não cresce e o país não prospera.

Papai é nosso amigo e um grande companheiro. Nunca nos castigou, não gosta de ser temido e por isso nos educa com amor, e assim o respeitamos e obedecemos. Faz dois meses que se foi e a saudade é imensa, mas eu e Alfredo continuamos unidos como nos recomendou. Não temos parentes por aqui e seria uma infelicidade vivermos em conflito. Alfredo é ainda criança e precisa de mais atenção e cuidados. Volta e meia está chorando pela falta de nossa mãe, às vezes pede pelo nosso pai, pergunta sobre tudo sem parar, sente medo e alegrias repentinas como convém a um garoto de dez anos. Somos unidos por laços de sangue e de amor e é a responsabilidade para com ele que me mantém firme nesse momento.

Bem, gostaria de continuar a conversa e contar a vocês um pouco mais de nossa história, de como papai nos educou com diálogo e exemplos e do quanto nos ensinou sobre o Brasil, sobre as pessoas simples, alegres e trabalhadoras que vivem aqui, sobre os lugares extraordinários que temos a conhecer, repletos de riquezas naturais pouco exploradas e de como nosso pai acredita num futuro melhor para nós que agora vivemos numa República. Ele diz que somos parte desse país diverso formado por pessoas de todas as cores e raças, que é isso o que torna a nação mais bonita e que é nosso dever contribuir para o seu progresso.

Contudo, terei de parar por aqui. É domingo e há pouco recebemos um telegrama com a seguinte sentença: “Seu pai está doente sem gravidade.” Meu coração pulsou tão forte que não pude deixar de prever: papai certamente foi capturado por uma tribo de índios ferozes num sertão qualquer e não poderá despedir-se de nós, tampouco dar-nos uma benção final. Que enfermidade terrível o teria acometido?

Preciso partir. Disse a Alfredo que vou ao encontro de nosso pai com o restante do dinheiro que nos deixou e o que mais arrecadar com a venda de meu relógio. Alfredo insistiu em acompanhar-me e ofereceu o seu relógio para que a soma seja maior. Como posso deixá-lo aqui sozinho? Vou levá-lo comigo e não comunicaremos a ninguém. Partiremos e haveremos de encontrar nosso pai vivo e bem. Comeremos apenas o necessário, pediremos ajuda, andaremos a pé, de trem ou a cavalo, dormiremos onde der, mas chegaremos ao interior em tempo. Confio que encontraremos alimento, abrigo e pessoas generosas no caminho para nos ajudar, pois assim é o Brasil. Papai não mentiria para nós.

Por favor, guardem segredo por enquanto! Temos de ir porque não podemos suportar mais essa perda! Caso queiram nos acompanhar, estaremos à espera no livro *Através do Brasil*, de autoria de Manoel Bomfim e Olavo Bilac.

Prazer em conhecê-los e torçam por nós!

- Agora vamos, Alfredo! Vamos logo!!!

## **2.1. Do nascimento à formação**

Nosso objetivo nesta seção é discorrer sobre a trajetória de vida de Manoel Bomfim, desde a infância até a formação, engajamento profissional e político e produção de sua obra, buscando estabelecer conexões entre sua história de vida e ações enquanto intelectual efetivadas em fins do Império e décadas iniciais da República. Neste tópico, em especial, trataremos do período que abarca seu nascimento até 1890, ano de conclusão de seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Bomfim, enquanto intelectual, formulou suas proposições e promoveu ações políticas em consonância com um modelo de nação representativo do grupo ao qual pertencia. Seu pensamento e sua prática, portanto, não foram neutros ou autônomos, senão expressão de uma época em que diferentes projetos de nação colidiam na disputa por hegemonia.

Nesse sentido, o conhecimento de sua história se faz relevante porque as condições de vida às quais foi exposto, as pessoas com as quais conviveu, o tipo de educação que recebeu e as oportunidades que lhe foram ou não conferidas podem

ser aspectos importantes e até definidores de seu projeto e do grupo que se propôs a representar por meio dele.

A tarefa do intelectual, em nosso entendimento, excede a interpretação da realidade. Como bem destacou Marx (1982), à iniciativa de pensar o mundo, tão cara aos filósofos, cabe uma atitude correlata que vise transformar o meio em que se vive. Entretanto, como cada grupo social produz seus próprios intelectuais a fim de garantir a homogeneidade econômica, política e social para manutenção ou alteração da ordem estabelecida, em concordância com Gramsci (2004), há que se conhecer o percurso de Manoel Bomfim, suas experiências acadêmicas, vivências profissionais e parcerias para que se compreenda a concretude de seu projeto e o vínculo de seus debates e ações políticas com o grupo ao qual pertencia.

Manoel José do Bomfim nasceu no dia 8 de agosto de 1868 na capital do Sergipe, a cidade de Aracaju<sup>21</sup>. Filho do ex-vaqueiro, comerciante e proprietário de engenho José Paulino do Bomfim e de Maria Joaquina do Bomfim, de ascendência portuguesa e cujos falecidos pais, radicados no Brasil, teriam tido no comércio sua principal fonte de renda, foi o primeiro menino de um total de treze filhos. Viveu no engenho até a adolescência, quando, contrariando a tradição e as expectativas do pai, decide tornar pública sua inclinação para a medicina.

Embora o contexto de seu nascimento tenha sido marcado pelo esmorecimento da indústria nacional em virtude da falta de mão de obra especializada, proteção oficial insuficiente, escassez de capitais e concorrência desproporcional com o setor agrário, a partir dos anos de 1870 desencadeia-se no país um processo de expansão industrial favorecido pela guerra civil dos Estados Unidos e, sobretudo, pela Guerra do Paraguai<sup>22</sup>. (LUZ, 1961).

Luz (1961) destaca a elevação do cultivo do algodão no Brasil e o consequente investimento na indústria têxtil provocado pela guerra norte-americana,

---

<sup>21</sup> Priorizamos as pesquisas de Ronaldo Conde Aguiar (2000) e de Rebeca Gontijo (2001) como fontes biográficas para a produção desta tese por entendermos que ambos os autores apresentam sistematizada investigação sobre a vida e a obra de Manoel Bomfim. Esta nota pretende garantir os créditos aos referidos autores e, ao mesmo tempo, dispensar a necessidade de menções excessivas aos seus textos, cujas referências completas constam ao final deste trabalho.

<sup>22</sup> As interpretações acerca da Guerra do Paraguai não são unívocas. Suas causas e desdobramentos têm sido estudados a partir de diferentes perspectivas. Sobre o assunto, ver: BASILE, M. O. C. O Império brasileiro: panorama político: a guerra do Paraguai. In: LINHARES, M. Y. (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 258-264.

bem como o fomento à produção de diversos produtos como desdobramento do conflito com a nação vizinha, tais como: tabaco; vidro; cigarros; calçados; produtos químicos; couros; papel e outros.

A obra de Bomfim, produzida sob os efeitos dos acontecimentos que culminaram com a Abolição e com a proclamação da República é marcada pela defesa intransigente da industrialização como critério para modernizar o país e pela proposição de medidas que viabilizassem o desenvolvimento industrial, dentre elas – e com destaque – a escolarização das classes populares.

Voltemos, entretanto, ao engenho da família Bomfim e às vivências que exerceram influxo sobre o modo como o intelectual em tela alicerçou sua visão de mundo a partir da leitura do cenário social e político de seu tempo. A economia canaveira e cafeeira alicerçadas na escravidão, as contradições sociais, as disputas de ordem cultural, os embates entre o projeto republicano autoproclamado moderno e a tradição relutante às mudanças foram questões familiares à juventude de Bomfim, tornadas objeto de estudo e de enfrentamento após sua formação inicial.

O preparo para o ingresso na medicina, no entanto, exigiu que o jovem Manoel, já com dezesseis anos completos, se ausentasse do engenho e se deslocasse para a zona urbana de Aracaju a fim de realizar os estudos preparatórios. Bomfim não seguiria o ofício do pai e seria o único membro da família a cursar o ensino superior e a construir carreira acadêmica. Naquele momento, a efervescência de discussões em torno da implantação e organização do novo regime era candente e Bomfim já fruía de relativa maturidade para observar o que se passava em seu país.

Às vésperas do fim da escravidão e do regime imperial, o problema da superprodução de café inquietava as autoridades políticas, incitadas à elaboração de medidas para conter os prejuízos causados pela insuficiência de mercado consumidor e conseqüente queda dos preços. (SILVA, 1986). Paulino José e Maria Joaquina, que agora financiavam a distância os estudos de Bomfim, presenciavam a desvalorização da moeda nacional, o acréscimo nos preços dos produtos importados e, por conseguinte, o aumento no custo de vida. Quanto ao clima social, pode-se afirmar que

Em conseqüência, a burguesia cafeeira encontrava a oposição de todas as outras classes que não a burguesia agrário-exportadora,

desde os importadores aos trabalhadores, passando em particular pela pequena-burguesia urbana. (SILVA, 1986, p. 57).

De modo concomitante, a indústria paulatinamente se expandia e seus representantes passavam a ocupar espaços políticos antes restritos aos proprietários de terras. Para a difusão acelerada dos projetos sociais em voga, os grupos conflitantes contavam com a imprensa que, desde os fins do século XIX passara a produzir profusamente jornais, revistas para públicos variados, romances, material escolar e livros infantis (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991), adequando-se às transformações em curso, às demandas do período e, aos poucos, tomando a forma de um próspero empreendimento.

Afirmar que Bomfim interessou-se por esse tipo de literatura pode ser arriscado, mas o fato é que vivenciou esse movimento já em condições de compreendê-lo com certa clareza. Nas décadas seguintes ele mesmo se tornaria escritor, divulgaria suas ideias por meio da imprensa e produziria material didático e paradidático para as escolas primárias brasileiras, fato que discutiremos em detalhes adiante.

O ensino secundário, como já afirmado, Bomfim não cursou de modo regular. Optou pelos estudos preparatórios, prática comum entre os jovens da elite que visavam o ingresso rápido nos cursos superiores<sup>23</sup>. Sua passagem por Aracaju, no entanto, não ficou imune aos debates concernentes à educação, em especial às influências do Parecer de Rui Barbosa (1947) ao relatório de Rodolfo Dantas sobre a educação produzido no ano de 1882. A repercussão do notável parecer sobre a instrução popular no Império, tendo como referência os modelos educacionais dos países industrializados excedeu a Corte e chegou até as províncias, mesmo as mais

---

<sup>23</sup> No ano de 1907, enquanto deputado federal por Sergipe, Manoel Bomfim debaterá e defenderá com algumas ressalvas a aprovação do Projeto Tavares Lyra que, dentre outras questões, defendia a extinção dos estudos preparatórios por entender que a prática desprestigiava o ensino secundário e sua especificidade formativa, além de possibilitar o ingresso de alunos pouco preparados nos cursos superiores. O referido projeto está referenciado ao final desta pesquisa. Para mais detalhes, ver: SILVA, Ligiane Aparecida da. **Inviabilidades republicanas: o projeto Tavares Lyra e sua proposta para reforma e difusão do ensino brasileiro no início do século XX (1891-1908)**. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2011.

conservadoras. Em Sergipe, especificamente, foi por meio do presidente provincial Herculano Marcos Inglês de Souza que propostas progressistas similares às de Rui Barbosa ganharam espaço, como pontua Aguiar (2000), a despeito de terem sido rapidamente sufocadas pelas elites conservadoras da província.

Na concepção de Maria Cristina Gomes Machado (2002), Rui Barbosa propôs medidas para a modernização do país que envolviam reformas na política e na economia, de modo a promover condições materiais propícias ao desenvolvimento da educação e de toda a sociedade. Para essa autora, tratava-se de um intelectual liberal de ampla visão que compreendia as especificidades de seu tempo e a necessidade de mudanças no cenário nacional.

No ano de 1886, concluídos os preparatórios, Bomfim parte para a Bahia onde irá cursar medicina na histórica faculdade local. O cenário econômico, político e cultural do país é matizado pelos debates em torno da necessidade de instituição do trabalho livre e Bomfim, já com dezoito anos, dá início aos estudos que marcarão a forma como enxergará as contradições sociais de seu país.

Naquele momento, os partidos republicanos regionais contavam com a participação de civis que, em sua maioria, lutavam por medidas econômicas que favorecessem o comércio do café. De acordo com Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1991), esses grupos se empenharam pela Abolição alegando que a escravidão se tornava cada vez mais onerosa devido às fugas, à proibição do tráfico e aos altos investimentos necessários à manutenção da mão de obra do negro. Contudo, na perspectiva de Machado (2002), a escravidão constituía ainda o fundamento da economia nacional, a despeito dos discursos contrários.

Manoel Bomfim, em suas produções e trabalhos pósteros fará a defesa da inserção do negro, do indígena e dos mestiços na ordem social democrática. Apresentaremos com profundidade essa questão em seção específica deste trabalho, mas cabe ressaltar que tal posicionamento não foi aceito sem resistências pelos intelectuais conservadores de seu tempo, com destaque para Sílvio Romero<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Sílvio Romero (1851-1914) foi um ferrenho crítico da obra de Manoel Bomfim, especialmente de *A América Latina, males de origem*. Publicou 25 artigos na revista *Os Anais* que, posteriormente, em 1906, foram publicados como livro pela livraria Chardron sob o título *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*, no qual dedica mais de 400 páginas à desqualificação e refutação da tese do parasitismo biológico-social apresentada por Bomfim. Romero, apoiado, sobretudo, nas ideias de Gobineau, defendia a necessidade de branqueamento da população brasileira por meio do incentivo à imigração europeia com o objetivo de evitar uma suposta degeneração social, tendo em vista o número expressivo de negros, índios e mestiços que aqui viviam. O referido autor apoiava-se na autoridade científica do século XIX, posta em xeque

que, na primeira década do século XX, irá combater abertamente a tese de Bomfim por meio da imprensa. Para Romero (1905, p. 676), a teoria do parasitismo social não deveria “[...] ser tomada no sentido malefico, pejorativo, pessimistico do Dr. Manoel Bomfim”.

Nota-se o uso do termo parasitismo como categoria para explicar a realidade social e suas contradições. É da medicina que Bomfim extrairá elementos para analisar a história da sociedade brasileira e demais nações latino-americanas, o que nos leva a inferir que os anos passados na Bahia e, posteriormente, no Rio de Janeiro, foram significativos para a formação não apenas do médico, mas do intelectual que se tornaria.

A Faculdade de Medicina da Bahia foi precursora no Brasil e exerceu considerável impacto na vida social, política, econômica e cultural, tanto da província quanto do estado baiano. Fundada em 1808, foi um “[...] centro de convergência para jovens baianos interessados em uma formação superior, mas sem recursos para estudarem fora da província, mesmo quando a Medicina não lhes era a exata vocação.” (RIBEIRO, 2014, p. 21)

Levantamentos realizados pelos seus memorialistas, professores aos quais era outorgada a tarefa de redigir as memórias históricas da instituição comprovam que, a despeito de seu estatuto de moderna e científica escola de medicina, problemas de ordem pedagógica, material e institucional comprometiam a formação dos seus alunos. Marcos A. P. Ribeiro (2014), ao analisar essas memórias históricas evidenciou deficiências no ensino prático, falta de recursos, negligência por parte dos professores, indisciplina dos alunos, escassez de livros e acentuada dificuldade em nivelar o ensino aos padrões europeus considerados avançados.

Não obstante, o exame do pensamento médico-científico da instituição se faz relevante para conhecermos o ambiente intelectual que marcou os primeiros anos da formação de Manoel Bomfim. Em síntese e de acordo com Ribeiro (2014), três características foram preponderantes para a constituição do modelo de pensamento

---

por seu conterrâneo e rival teórico Bomfim, que reagiu apenas uma vez por meio de uma breve carta intitulada *Uma carta: a propósito da crítica do Sr. Sílvio Romero ao livro A América Latina*, publicada na revista *Os Anais* como resposta às críticas de Romero. Domingues Aguiar (2009) afirma que Bomfim só se manifestou após a publicação de 19 artigos de Sílvio Romero e a pedido de seu amigo Walfrido Ribeiro, naquele momento secretário da revista. De acordo com Rabello (1967), a intenção de Romero era, de fato, polemizar com os autores criticados, destituindo-lhes a autoridade por meio de um discurso eloquente caracterizado ora pela objetividade, ora por julgamentos subjetivos.

da faculdade, quais sejam: 1) pluralidade de doutrinas; 2) importação de teorias médicas estrangeiras e 3) predominância do modelo francês até os anos de 1870, com ênfase no ensino retórico e mudança paulatina, após esse período, para o padrão médico alemão, eminentemente positivista.

Na perspectiva de Lilia Moritz Schwarcz (1993), a partir do referido ano e até 1930 os interesses da faculdade baiana passam a variar em torno de diferentes temas relacionados às demandas sociais do estado, antiga província, e mesmo do país. Higiene pública, medicina legal e eugenia serão objeto de preocupação dos professores e médicos ali formados. A autora supracitada apresenta uma importante análise da produção científica da Faculdade de Medicina da Bahia em comparação com a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – na qual Bomfim concluiu sua formação – e identifica uma “[...] disputa de hegemonia na medicina.” (SCHWARCZ, 1993, p. 248). Enquanto os médicos cariocas buscavam a descoberta e a cura para as doenças tropicais que assolavam os brasileiros, os baianos atacavam o cruzamento racial como causa dos males da nação.

Como se percebe, é na miscigenação que ambas as instituições buscarão a explicação para a realidade. Se os médicos do Rio de Janeiro julgavam que o convívio entre os imigrantes e mestiços desencadeava doenças, a medicina baiana atribuía ao cruzamento racial os problemas sociais e a degeneração moral e biológica da população. A compreensão dessa diferença nos é elucidativa pelo fato de Manoel Bomfim ter optado por concluir seus estudos no Rio de Janeiro e, ao que nos parece, ter compactuado com os pressupostos da faculdade carioca após sua formação. Sua obra é atestado de forte oposição à vertente baiana, na medida em que rejeita as explicações dos problemas sociais a partir do cruzamento racial e, enquanto médico, se envolve na campanha higienista pela cura de doenças e profilaxia.

O movimento médico-higienista representou uma tentativa de conter epidemias, curar enfermidades e tratar feridos de guerra. O contexto dos anos finais do século XIX exigiu um olhar profissional para

[...] as recentes epidemias de cólera, febre amarela, varíola, entre tantas outras [...]. Além disso, com a Guerra do Paraguai, afluíam em massas doentes e aleijados que demandavam a atuação imediata de um corpo de cirurgiões. Juntamente com o crescimento desordenado das cidades, aumentavam a criminalidade e os casos de alienação e embriaguez. Por fim, crescia a apreensão médica frente ao

fenômeno das doenças consideradas endêmicas entre certas populações de imigrantes. (SCHWARCZ, 1993, p. 259).

Embora a Faculdade de Medicina da Bahia tenha assumido uma perspectiva conservadora em relação à miscigenação e analisado os fenômenos pontuados na citação anterior como consequência do cruzamento entre raças, vale ressaltar que a instituição apoiou o movimento pela Abolição e pela proclamação da República. Com um corpo discente envolvido na política, no jornalismo e na literatura, como era comum entre os estudantes dos cursos superiores em todo o país, as bases teóricas que davam suporte à faculdade e os projetos sociais que patrocinava tinham espaço garantido nos círculos intelectuais baianos e mesmo na escola secundária, que reunia expressiva quantidade de professores formados em medicina. (RIBEIRO, 2014).

Manoel Bomfim é um típico exemplo. Transitou entre o jornalismo e a política, lecionou na Escola Normal, assumiu cargos de direção em instituições de ensino e, paralelamente, exerceu a função de médico no grupo dos higienistas. Ademais, dedicou-se também à produção literária. Ainda estudante já escrevia para o jornal republicano *Correio do Povo*, abordando temas culturais e políticos, inserção favorecida pelos vínculos de amizade estabelecidos no Rio de Janeiro e círculos culturais que passou a frequentar na capital.

Na perspectiva de Aguiar (2000), Bomfim não se deixara seduzir pelos debates políticos enquanto estudante, senão pelos livros e conhecimentos afetos à medicina. Não obstante, não teria permanecido apático diante da propaganda republicana e das disputas abolicionistas que instigavam a juventude, sobretudo a escolarizada, dos anos de 1880. Porém, naquele momento, sua aproximação limitava-se aos debates informais com os colegas e leituras em geral.

O público urbano da época, incluindo-se ex-escravos<sup>25</sup>, artistas, profissionais liberais, mulheres, estudantes e jornalistas foram expostos a propagandas que ressignificavam a escravidão: de uma prática antes considerada natural passava a ser encarada como ato imoral e repulsivo a ser combatido por toda a sociedade, como pontua Angela Alonso (2012). A mobilização de diversas camadas sociais rompeu com a tradição do Império que restringia as decisões políticas a um público ínfimo e seletivo e, além disso, contou com uma “guerra simbólica” organizada por

---

<sup>25</sup> Escravos libertos a partir da Lei do Ventre Livre, de 1871, e da Lei dos Sexagenários, promulgada em 1885.

meio da “teatralização da política” de modo a comover os ouvintes e ganhar adeptos. (ALONSO, 2012, p. 118). O terreno estaria concretamente preparado para o debate das ideias.

Parece curioso que Manoel Bomfim tenha se empenhado posteriormente pela inserção dos negros e miscigenados na sociedade brasileira após a transição de regime. No decurso de toda a sua infância convivera de forma muito próxima com a escravidão, sistema socioeconômico que viabilizava a mão de obra necessária à produção do açúcar. Na região açucareira do Nordeste, em especial, onde praticamente todas as terras se encontravam ocupadas e a região urbana já sentia os efeitos do excedente populacional o fim da escravidão parecia viável, como destaca Celso Furtado (1961). Sem condições de sobreviver com base na economia de subsistência e devido à quase nula mobilidade o que ocorreu, na prática, foi uma acomodação dos libertos aos baixos salários e às condições de vida impostas pelos donos de engenho.

Ora, se a formação de um intelectual não se processa de forma independente e se seus posicionamentos, via de regra, convergem com os interesses de certo grupo, há que se reconhecer que as proposições políticas de Bomfim são situadas no tempo e no espaço de sua produção. A estrutura familiar e a vida para além do engenho possibilitaram-lhe tecer uma teia coerente e ajustada às demandas próprias de um período. Logo, o estudo de seu engajamento em defesa dos direitos sociais como forma de inserir o povo na nova conjuntura política, econômica e social deve considerar, pois, o vínculo de seu projeto ao grupo defensor das mesmas bandeiras.

Na Bahia, Bomfim teria se aproximado do também acadêmico de medicina, Alcindo Guanabara. Ambos lá permaneceram durante os primeiros anos do curso, até Guanabara assumir sua vocação para o jornalismo e partir para o Rio de Janeiro, incitado por uma proposta de trabalho. No início de 1888 Bomfim fará o mesmo, e é no Rio de Janeiro que concluirá seus estudos superiores.

O contato com Guanabara ampliara o círculo de relações de Bomfim, que passou a frequentar ambientes culturais voltados à elite culta da época, bem como redações de jornais nos quais trabalhavam os ilustres novos amigos, como Olavo Bilac, por exemplo. A amizade entre Bomfim e Bilac teria vida longa e renderia profícuas produções literárias em parceria voltadas ao público infantil da escola primária.

Como traço comum entre os dois autores podemos citar, sobretudo, o nacionalismo. Bilac, assim como Bomfim, condenou a forma como os recursos humanos e naturais do país foram geridos pela metrópole, rechaçou a política conservadora de seu tempo e foi um defensor, assim como Bomfim, de uma renovação dos quadros políticos com vistas ao investimento na indústria, no comércio, na educação. Em sessão cívica do Diretório Regional da Liga Nacional, realizada em Niterói aos quinze dias de novembro de 1917 seu pronunciamento manifesta, ainda que de forma sintética, sua posição frente à realidade de seu tempo. O excerto a seguir é significativo porque denota a aproximação entre Bilac e Bomfim, tanto em relação ao modo como interpretavam e enfrentavam certas questões como pela forma de expressar sua visão de mundo por meio de uma linguagem combativa e aparentemente benevolente.

O Brasil ainda não está feito, como patria completa. E a culpa é nossa, como foi dos nossos antepassados, porque a nossa cegueira ou o nosso egoísmo, a nossa vaidade, a nossa pequenina politica de rasteiras paixões deixaram a massa do povo privada de fartura, de instrucção, de hygiene, de "humanidade". Temos vivido e gozado no litoral do paiz, numa esteril fruição de orgulho, de mando, de rhetorica, e não nos dirigimos ao coração da terra, á alma da gente simples, aos milhões que pelos sertões abandonamos á incuria, á pobreza, ao analphabetismo. (BILAC, 1924<sup>26</sup>, p. 44-45, grifos do autor).

Há que se pensar a inserção de intelectuais brasileiros como Manoel Bomfim e Olavo Bilac – para citar um ínfimo exemplo – na luta pela consolidação do Estado-nação como desdobramento do movimento nacionalista que marcou o Ocidente no percurso do século XIX, quando os critérios para a classificação de um povo como nação foram definidos. Esperava-se desses povos, como assevera Eric J. Hobsbawm (1990, p. 50), vínculo histórico com um Estado consolidado, posse de uma elite cultural influente com produção literária e administrativa escrita em vernáculo e, por fim, propensão para conquistar, visto que “[...] no século XIX, a conquista dava a prova darwinista do sucesso evolucionista enquanto espécies sociais”.

---

<sup>26</sup> Apesar de Olavo Bilac ter proferido seu discurso no ano de 1917, como já afirmado, a edição do livro que reúne discursos do autor utilizada nesta tese data de 1924, como consta na citação.

O estabelecimento da nação representava, para liberais e socialistas, um avanço histórico. Pautamo-nos, ainda, em Hobsbawm (1990) ao admitirmos uma associação entre nacionalismo e progresso como única via considerada exequível naquele momento pelo fato de alargar as possibilidades de ação humana na economia, na cultura e na sociedade de modo geral. Outrossim, dos povos não adequados aos critérios anteriormente mencionados esperava-se o ajustamento ao progresso das grandes nações a partir de uma relação de subordinação.

Essas questões serão centrais na obra e ação política de Manoel Bomfim. Embora tenha compactuado com a proposta de um nacionalismo vinculado à ideia de progresso, seu esforço se deu no sentido de resistir às estratégias político-econômicas das nações industrializadas e, para tanto, buscou comprovar a potencialidade do povo brasileiro, exaltar o valor da língua nacional e das riquezas naturais do país e, ao mesmo tempo, combater os argumentos contrários.

Julgamos necessário relacionar o ano de formação de Manoel Bomfim no Rio de Janeiro, 1890, e a defesa de sua tese intitulada *Das Nephrites* com as mudanças apontadas por Hobsbawm (1990) no debate sobre a questão nacional. Segundo esse autor,

[...] de 1880 em diante o debate [...] tornou-se sério e intensivo, especialmente entre os socialistas porque o apelo político dos *slogans* nacionais para as massas de votantes potenciais e reais, ou para os que apoiavam movimentos políticos de massa, era agora objeto de uma preocupação real. E o debate sobre questões tais como os critérios teóricos da nacionalidade tornaram-se **apaixonados** porque se acreditava que qualquer resposta particular implicava uma **forma específica de estratégia, luta e programa político**. (HOBSBAWM, 1990, p. 55, grifos nossos).

Nesse contexto, formado em medicina e infiltrado nos círculos jornalísticos e culturais do período, Bomfim não poderia passar incólume à efervescência de discussões e projetos políticos pela organização do regime recém-fundado. Neste trabalho, como já atestamos, seu “apaixonado” discurso é compreendido como “forma específica de estratégia, luta e programa político”. Concordamos como Ricardo Sequeira Bechelli (2009) em sua afirmação de que os intelectuais da Primeira República não se diferenciaram pelas perguntas, senão pelas respostas que deram aos dilemas da sociedade de seu tempo. Manoel Bomfim elaborou uma “resposta particular” que desafiava estruturas historicamente consolidadas e o

conhecimento de suas vivências sociais e profissionais se faz necessário à compreensão de seu pensamento e do projeto modernizador que defendeu. É sobre o que discorreremos a seguir.

## 2.2. Da medicina à educação

À medicina, Manoel Bomfim dedicou poucos anos de sua vida. Após formado, foi indicado por amigos, entre eles Alcindo Guanabara, ao cargo de médico da Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro. “Em poucos meses, [...] foi promovido a médico-cirurgião da Brigada Policial, no posto de tenente”. (AGUIAR, 2000, p. 152).

No ano de 1891 Bomfim foi convidado a participar de uma expedição militar com o intuito de verificar a situação dos índios botocudos após a desativação de seus aldeamentos<sup>27</sup>. A experiência enquanto médico na referida expedição teria sido marcante para a vida profissional de Bomfim e influenciado sua forma de enxergar os índios e sua contribuição no processo de construção do país. Em *A América Latina: males de origem*, publicado originalmente em 1905, e em *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, editado em 1929, o indígena é apresentado por Bomfim como um amante da liberdade e elemento primordial ao desenvolvimento do Brasil desde a colonização, concepção sintetizada no excerto que se segue:

Para refazer a situação histórica do indígena, e destacar-lhe a importância, é preciso, ainda, justificar o seu valor, mostrando, nele, a expressão natural das qualidades d'alma. Coragem e valentia, bondade fraternal, bravura constante sobre a pura vida do coração, jovialidade fácil, aptidão para toda produção do momento, atividade na medida dos apetites e necessidades... A coragem pessoal e o valor guerreiro do índio não precisam de demonstração especial. Pelo testemunho universal, a raça vermelha é a que mais serenamente e estoicamente suporta o sofrimento, a mais valente e arrogante em face da morte<sup>28</sup>. (BOMFIM, 1997, p. 138)

---

<sup>27</sup> A Constituição Federal de 1891, em seu artigo 64, determinou que as terras devolutas passassem a pertencer aos estados federados. Como as terras ocupadas pelos indígenas eram consideradas como devolutas, muitos indígenas foram forçados a desocupar essas terras por força da Lei.

<sup>28</sup> Mantivemos a gramática original do ano de publicação de todos os livros de Manoel Bomfim. Nas citações com gramática atualizada fomos igualmente fiéis à edição que temos em mãos para o desenvolvimento da pesquisa.

Por certo que as vivências profissionais afetaram-lhe de modo especial, mas o fato é que o olhar de Bomfim para os negros, índios e mestiços seria marcado definitivamente pelo aprendizado adquirido na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e pela proposta higienista dessa instituição. Intérpretes relacionam o posicionamento de Bomfim contra o chamado racismo científico como desdobramento de sua experiência na infância e juventude, afinal, seu pai fora um sertanejo antes de tornar-se dono de engenho e a convivência com os escravos teria lhe dado condições de enxergar a escravidão como um fenômeno historicamente construído. (AGUIAR, 2000; BECHELLI, 2009). Com isso concordamos em parte. Ora, a intelectualidade brasileira dos tempos de Bomfim presenciara de perto o regime da escravidão e nem por isso proferiu hegemonicamente as mesmas críticas à visão eurocêntrica lançada sobre a população miscigenada.

Acreditamos que as experiências sociais de um intelectual exercem influência sobre seu modo de enxergar o mundo, mas atribuímos maior relevo à sua formação porque ela nos dá condições de analisar as ações políticas do autor não como mera manifestação de sensibilidade frente aos dilemas de uma época, senão como constructo intelectual erigido institucionalmente e, portanto, de forma coletiva. Em outras palavras, mais do que um olhar sensível ao problema do índio, do negro e do mestiço, Bomfim tinha um olhar político em consonância com os rumos que trilhou no decorrer da graduação em medicina.

Na Faculdade de Medicina da Bahia atuava o eminente intelectual Nina Rodrigues que desenvolvera avançados estudos sobre os povos africanos radicados no Brasil. Personalidades influentes como Sílvio Romero (1888) defenderiam que o negro, a despeito de sua ignorância e inferioridade, deveria ser tomado como objeto de estudo e não somente como mão de obra propulsora da economia. A chamada “Escola Nina Rodrigues”, formada por médicos vinculados à faculdade baiana dedicou-se com afinco a pesquisas atinentes ao cruzamento racial, considerando-o o magno problema da sociedade brasileira, enquanto os médicos do Rio de Janeiro ocupavam-se da higiene pública e do combate às epidemias, como já destacado neste trabalho.

Desse acirrado embate importa-nos a compreensão de que o médico brasileiro, em fins do século XIX e décadas iniciais do XX assume uma função política, disputando espaço com os bacharéis em Direito. “Tutora da sociedade, saneadora da nacionalidade, senhora absoluta dos destinos e do porvir”

(SCHWARCZ, 1993, p. 265), a medicina toma para si o desafio de regenerar o brasileiro e construir a nação.

Manoel Bomfim, no exercício da medicina esteve imerso nesse contexto cujas matrizes explicativas pautavam-se nas teorias raciais e no evolucionismo social. A apresentação de uma reflexão divergente denota seu vínculo ao grupo de médicos higienistas e saneadores mais preocupados com a prevenção e o tratamento das doenças que com a comprovação da inferioridade dos povos latino-americanos. Combatia, portanto, a perspectiva dos médicos da Faculdade de Medicina da Bahia, ao mesmo tempo em que compactuava com os projetos de cunho social desenvolvidos por Oswaldo Cruz e implementados por políticos da época, como o prefeito da capital, Pereira Passos, e o próprio presidente Rodrigues Alves<sup>29</sup>.

Na Bahia, a despeito das preocupações com o desenvolvimento de pesquisas voltadas à análise e à preservação da cultura africana, em especial pelo intelectual Nina Rodrigues, é preponderante o pressuposto de que os negros e, sobretudo, os mestiços, constituíam uma raça inferior e degenerada, o que será combatido por Bomfim em suas explicações pautadas na cultura e não no aspecto biológico. Compreender a sua inserção na medicina a partir do debate acerca da inferioridade das raças é elucidativo porque demarca posições que serão amadurecidas ao longo de sua trajetória como educador.

Em Nina Rodrigues, o caráter científico da inferioridade racial era incontestável, pois, segundo ele, “[...] para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas divisões ou seções”. (RODRIGUES, 1982, p. 5). A última década do século XIX será marcada pela intensificação de debates atinentes à inserção do negro na sociedade, uma vez que o fim da escravidão, como destaca Leôncio Basbaum (1997), aumentara o afluxo urbano, desencadeado pelo crescimento demográfico, pelo êxodo rural por parte de escravos libertos e de homens livres em busca de melhores condições de vida, pela migração da população nordestina a fugir das secas e pela imigração estrangeira. Para a pergunta “o que fazer com o negro, com o índio e com o mestiço?” formulavam-se respostas distintas, e cremos que Manoel Bomfim passou a enunciar

---

<sup>29</sup> Manoel Bomfim (1932) faz uma menção elogiosa a Rodrigues Alves por ter nomeado o eminente médico Oswaldo Cruz para auxiliá-lo na campanha pela higienização do Rio de Janeiro.

a sua própria a partir dos estudos nas faculdades baiana e carioca e, com mais afinco, após seu ingresso no mundo do trabalho.

A renovação do Rio de Janeiro a partir dos investimentos em urbanização, sanitarismo, cultura e esportes como resultante das transformações econômicas em curso foi um projeto que envolveu autoridades de diferentes áreas após a Proclamação da República, como destaca Basbaum (1997). O desafio de conferir ares urbanísticos à capital desprovida de esgotos, transporte urbano eficiente e assolada por epidemias, como a varíola e a febre amarela incitava intelectuais, políticos, médicos, educadores e profissionais liberais à elaboração de propostas modernizadoras intensificadas na primeira década do século XX com as ações políticas de Rodrigues Alves.

O médico Manoel Bomfim ingressou na carreira em uma

[...] cidade de ruas tortas, estreitas e mal calçadas, traçadas ao acaso por entre os vales, que nas épocas chuvosas se transformavam em lamaçais com as águas que desciam dos morros. Não tinha esgotos, a luz de gás, precária, fazia das ruas lugares perigosos à noite. Os bondes puxados a burro e os tálburis eram os únicos meios de transporte urbano. A cidade, ao começar o século XX, conservava ainda o mesmo aspecto – apenas crescera um pouco, – de duzentos anos atrás. (BASBAUM, 1997, p. 125).

O enfrentamento desses problemas no contexto republicano se fazia emergente porque a capital passaria a simbolizar o progresso e a civilização. (CARVALHO, 1987). Portanto, entre os modernizadores cariocas diretamente envolvidos com o projeto de urbanização da cidade não cabia um posicionamento conservador que justificasse aquelas condições como determinações afetas à raça ou ao clima. Malgrado a influência do evolucionismo social no Brasil desde o século XIX, suas premissas passam a ruir quando, na materialidade, a crença na impossibilidade de progresso torna-se um entrave aos grupos diretores interessados na mudança.

As ações de Manoel Bomfim, aqui entendidas como tentativas de resposta aos dilemas de um período marcado por pressões das grandes potências sobre os países da América Latina dialogavam com as iniciativas contrárias a “[...] uma divisão do mundo entre fornecedores de matérias-primas – os explorados – e os fornecedores de produtos manufaturados, ou seja, os exportadores”. (FELIZARDO, 1980, p. 43). Entretanto, a racionalização da produção interna exigia a resolução de

questões primárias, como a construção de estradas, o investimento em transporte, iluminação, saneamento e, sobretudo, um olhar atento à saúde e à instrução do povo, o braço produtivo da nação.

Não se pode ignorar o fenômeno do Encilhamento<sup>30</sup> instituído por Rui Barbosa quando na Pasta da Fazenda. Previa o estadista o desenvolvimento da indústria por meio de capitais fornecidos pelo Estado. O fato de a burguesia brasileira não ter planejado a vida econômica do país após a Abolição inquietava os progressistas, a cujas propostas reagiam os conservadores. Rui Barbosa sofreu a oposição do comércio estrangeiro e grupos nacionais a ele aliados, mas encontrou “[...] defensores entre industriais, banqueiros e comerciantes” (FELIZARDO, 1980, p. 44) insatisfeitos com o modo como se processara a transição do regime. Mais do que a República, almejavam a ascensão econômica e o domínio político.

Entre os anos de 1890 e 1894, limiar da República e palco para o cenário até então apresentado Bomfim exercera a medicina, até uma fatalidade atingir o seio de sua família. Vítima de uma epidemia de tifo, sua filha Maria vem a falecer com dois anos de idade incompletos. Esse episódio é apresentado pela historiografia como marco final da carreira médica de Bomfim devido ao sentimento de impotência que o afetou após a morte da criança.

Em 1896, contudo, torna-se secretário e redator do jornal *A República* e subdiretor do *Pedagogium* a partir do convite feito pelo então prefeito Francisco Furquim Werneck de Almeida e, em 1897, dá início à sua jornada como educador na qual a medicina aparecerá comumente como pano de fundo. Suas reflexões acerca da sociedade, suas propostas e sua obra são elaboradas a partir de uma visão de mundo vinculada à medicina e ao projeto social médico-higienista de fins do século XIX e início do XX.

Se suas preocupações traduziam determinações históricas de uma época não podem ser vistas como alijadas das relações sociais características daquele momento. Diante do quadro sanitário educacional rural e urbano do Brasil, Bomfim envolveu-se no movimento pela educação e pela saúde do povo brasileiro, haja vista que a doença, como afirma Lilian Denise Mai (2003), passa a ser encarada como obstáculo ao desenvolvimento e à construção da identidade nacional.

---

<sup>30</sup> Sobre Rui Barbosa e o Encilhamento, ver Sodré (1967, p. 298-303) e Fausto (2007, p. 252).

Vejamos, adiante, como se deu o engajamento de Manoel Bomfim na causa educacional brasileira após 1897.

### **2.3. A educação como ofício**

O ano de 1897 marca o início do recorte temporal deste trabalho por motivos justificáveis e já sinalizados: é o ano em que Manoel Bomfim, a pedido do então deputado e jornalista José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque (1867-1934) assume a direção geral do *Pedagogium*. No mesmo ano, funda e dirige a revista da Diretoria de Instrução Pública intitulada *Educação e Ensino*, bem como a *Revista Pedagógica*, extinta após a publicação de seu quinto número.

Outro episódio de significativa relevância ocorrido no referido ano foi a confissão de Bomfim, por meio do artigo publicado no periódico *A República* quanto ao seu interesse pela instrução pública brasileira. Segundo ele, fora a pesquisa norte-americana intitulada *Report of the Commissioner of Educations* datada de 1893 e cujos dados relatavam a situação educacional de países americanos entre os anos de 1889 e 1890 que o intrigaram, motivando-o a estudar o caso com mais afinco. (BOMFIM, 1918; 1932).

Ao cenário desolador da educação brasileira de seu tempo Manoel Bomfim proporá uma alternativa: investimento incisivo do Estado em instrução primária. Não haverá contradições em seu discurso em relação a esse posicionamento a partir de então. O educador Manoel Bomfim será um convicto defensor da intervenção da União na educação elementar e terá de se confrontar com o princípio federativo da Constituição Federal de 1891.

Quanto às críticas direcionadas à Constituição, Carone (1978) destaca que a intervenção do governo federal nos negócios privativos dos estados foi a tônica das discussões. Segundo esse autor, a oposição ao sistema vigente e sua instabilidade movia monarquistas, parlamentaristas, republicanos e presidencialistas, todos reivindicando a reforma da Lei, cada um a seu modo.

Bomfim, por sua vez, enxergava na autonomia dos estados a porta de entrada para o oportunismo dos conservadores. Combateu a omissão do Estado frente às necessidades emergentes no país e, como radical, propôs uma interpretação

condizente com a nossa história<sup>31</sup>. Para que compreendamos seu radicalismo é importante recorrermos ao termo revolução em meio às ambiguidades que lhes são próprias.

Caio Prado Júnior (1968, p. 1) a define nos seguintes termos:

No sentido em que é ordinariamente usado, “revolução” quer dizer o emprêgo da fôrça e da violência para a derrubada de govêrno e tomada de poder por algum grupo, categoria social ou outra fôrça qualquer na oposição. “Revolução” tem aí o sentido que mais apropriadamente cabe ao termo “insurreiçãõ”.

No entanto, o mesmo autor defende que revolução também pode significar uma transformação político-social, desencadeada ou não por uma insurreiçãõ. A partir dessa perspectiva, revolução é entendida como a transformação promovida em momentos de transiçãõ com vistas à reestruturaçãõ da sociedade, quando esta já não caminha em congruência com as demandas e aspirações gerais. São aqueles momentos nos quais as reformas se impõem no sentido de atender às carências da maioria.

Como os projetos de um intelectual não são emancipados de seu contexto Bomfim engrossará o rol de pensadores da Primeira República que se dedicavam ao debate sobre os excessos do regime federalista. Quando de sua passagem pela Câmara dos Deputados essa questão ficará evidente nos debates entre favoráveis e contrários à intervenção do Governo Federal com vistas ao desenvolvimento e difusão da instrução primária.

É interessante observar que o projeto modernizador defendido por Manoel Bomfim vai ao encontro de sua queixa contra o paradigma da inferioridade racial. Ao defender a intervenção do Estado era preciso, antes, comprovar cientificamente a possibilidade de aprendizado dos negros e mestiços. Num momento em que a produção se via impossibilitada para absorver o grande contingente de mão de obra disponível, esperava-se do Estado ações mais efetivas. Porém, de acordo com Nelson Werneck Sodré (1967, p. 302), os problemas eram explicados “[...] como males de origem, congênitos, peculiares à raça ou ao clima, inerentes à condição

---

<sup>31</sup> Há aproximações no pensamento de Manoel Bomfim e Émile Durkheim em relação ao papel do Estado no financiamento da educação. Em *Educação e Sociologia*, Durkheim define a função do Estado em matéria de educação e defende a intervenção por ser a educação uma “[...] função essencialmente social”. (DURKHEIM, 1967, p. 48).

brasileira, quando não passavam de aspectos de um conjunto frágil na sua economia e desproporcionado na distribuição da renda”.

Nota-se, portanto, a intencionalidade de Bomfim ao intitular *A América Latina: males de origem* e atribuir o “atraso” das nações latino-americanas às condições históricas a que foram submetidas durante o processo de colonização, como se quisesse desvendar os verdadeiros “males” e descortinar a face tendenciosa dos discursos em voga. Sua obra evidencia uma tentativa de comprovar a viabilidade de um projeto social fundado na escolarização das massas como condição para o progresso nacional.

Ainda de acordo com Sodré (1967), o ano de 1897 foi marcado pela queda no preço do café e, nesse sentido, o regime federativo apontava uma possibilidade, pois permitia a cada estado a elaboração de políticas próprias que garantissem o lucro dos grandes produtores interessados na exportação. Contudo, os governos estaduais, ao buscarem apoio no capital financeiro dos países industrializados instauram oficialmente o imperialismo no Brasil a partir de 1898. “A ‘valorização’ se processa à base de empréstimos que, obtidos a alto preço, oneram pesadamente o país. Os seus fornecedores, numa época em que o capital estava, quanto às fontes, distribuído, havendo competição entre elas, assume o controle do mercado”. (SODRÉ, 1967, p. 304).

Em consonância com Lenin (1985), a maior parcela da população mundial foi oprimida e espoliada para que poucas nações pudessem levar a termo o seu projeto de dominação. A nova face do capitalismo não o descaracterizava em sua essência, qual seja, a forma de acumulação desigual. Como bem observou Marx (1987), a divisão do trabalho se assenta em preceitos impostos à sociedade como códigos de conduta que viabilizam a organização social hierárquica.

Manoel Bomfim, que passa a lecionar na Escola Normal no ano de 1897, na cadeira de Moral e Cívica, não se furtará à análise dos problemas econômicos, políticos e sociais do país. Em *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, último livro de sua trilogia sobre história do Brasil, emite um crítico parecer sobre as consequências das dívidas contraídas no exterior.

Empréstimos no estrangeiro, e serviço da respectiva dívida, formam um dos capítulos mais ricos em estupidez e infâmia do financismo da República. Na União: maior soma (*funding* é empréstimo) convertida em dívida, nos últimos vinte anos da gestão republicana do que em

toda a vida anterior do país, aí compreendidos os empréstimos em vista da guerra do Paraguai; suspensão de pagamentos por um período de mais de metade da existência da República; formidável soma de empréstimos negados ao seu destino obrigado, para um emprego que chega a ser verdadeiro desvio; as rendas, uma por uma, dadas em penhor... Por fora da União, a federação veio a ser como coisa prerrogativa, a prerrogativa de contraírem, estados e municipalidades, tantos empréstimos quantos obtenham, que nunca serão bastante para os que os procuram. (BOMFIM, 1986, p. 521).

São análises desse teor que caracterizam os livros de Bomfim sobre história do Brasil e da América Latina e que devem ser investigadas, a nosso ver, como reflexões de um educador em exercício. Foi ao magistério e à educação que dedicou sua vida após abdicar da medicina e ainda que seus estudos sobre os problemas gerais do Brasil constituam, atualmente, objeto de investigação de pesquisadores em diferentes áreas, urge atribuir à educação o lugar que lhe compete.

Foram trinta e dois anos dedicados à educação, ou seja, metade de seu tempo de vida. As demais atividades – produção de livros, publicação de artigos em periódicos, criação de revistas, exercício parlamentar, ações como médico sanitário – foram desenvolvidas paralelamente e nem sempre de forma contínua, enquanto seu vínculo ao *Pedagogium* e à Escola Normal manteve-se.

Em 1898, Bomfim torna-se diretor interino da Escola Normal e diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, permanecendo no cargo por um ano. É nesse período que inicia sua produção de material didático e paradidático<sup>32</sup> para a escola primária, alguns em parceria com Olavo Bilac. No ano seguinte, é dispensado da direção do *Pedagogium*, a qual assumirá novamente em 1900.

Extinta a cadeira de Moral e Cívica da Escola Normal em 1902, é nomeado professor da cadeira de Pedagogia. A docência voltada à formação de professores e, em especial, na disciplina de Pedagogia é central para a compreensão de seu pensamento e projeto social. Bomfim publicará em 1915 suas *Lições de Pedagogia: teoria e prática da educação*, com registros das aulas ministradas às normalistas. Após um ano, assume a cadeira de Psicologia Aplicada na mesma instituição e sistematiza, novamente, as lições proferidas às alunas, publicando-as no livro *Noções de Psicologia*.

---

<sup>32</sup> Referimo-nos ao *Livro de Composição para o curso complementar das escolas primárias* (1899), *Livro de Leitura: para o curso complementar das escolas primárias* (1901), *Através do Brasil* (1910) e *Primeiras Saudades* (1920).

A formação especializada para a cadeira de Psicologia Bomfim adquiriu em Paris no ano de 1902 como aluno de Alfred Binet (1857-1911) e Georges Dumas (1866-1946) na Sorbonne. No mesmo ano publica seu *Compêndio de Zoologia Geral* e, em 1903, retornou ao Brasil.

Daremos destaque, neste estudo, ao exercício da docência de Manoel Bomfim nas cadeiras de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal e aos livros que escreveu com base em suas aulas e reflexões. Além de *Lições de Pedagogia e Noções de Psychologia*, Bomfim publicou, em 1923, *Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* e, em 1926, *O método dos testes: com aplicações à linguagem do ensino primário*<sup>33</sup>.

Há uma preocupação que perpassa os seus escritos educacionais, qual seja: o que é a educação. Dessa indagação surgem outras questões igualmente relevantes, tais como: como o ser humano aprende; para que educar; como ensinar. A análise dessas fontes é apresentada no decorrer desta tese, mas importa-nos aqui afirmar que os estudos de Manoel Bomfim sobre educação e sua prática como professor da Escola Normal foram decisivos, a nosso ver, para a criação de estratégias de enfrentamento da realidade que queria ver transformada. Como pondera Vicente Licício de Cardoso (1990, p. 279, grifos nossos),

Em política, como em religião e como em ciência, parte sempre o homem de uma hipótese inicial sobre a qual **arquiteta um símbolo**, um dogma ou uma teoria. **Ao símbolo velho e gasto de uma Monarquia envelhecida, sucedia pois o símbolo novo de uma República nova e esperançosa**. No cenário político brasileiro arquitetava-se uma hipótese.

Manoel Bomfim, como personagem desse mesmo cenário arquitetou as suas ações políticas tendo como pilar de sustentação o ataque aos símbolos representantes da tradição e a exaltação dos símbolos que convergiam com a sua visão de mundo. Compreender as especificidades da aprendizagem humana pode ser deveras útil quando estão em jogo projetos carentes de adesão popular.

---

<sup>33</sup> Não elencamos esse livro como fundamental ao desenvolvimento de nossa tese, a despeito de sua incontestável relevância, pelo fato de abordar uma temática ampla – a implantação dos testes de aferição de inteligência nas escolas primárias brasileiras no início do século XX – cuja análise excederia os limites e a proposta deste trabalho.

Outro fato ímpar na trajetória de Bomfim enquanto educador é a publicação, em 1905, de *A América Latina: males de origem*, livro escrito durante sua estada em Paris, dando início a uma querela com Sílvio Romero que renderá vinte e cinco artigos publicados em *Os Annaes*<sup>34</sup> e organizados, posteriormente, em forma de livro homônimo. Romero buscou desqualificar os argumentos apresentados por Bomfim para denunciar o parasitismo das metrópoles sobre as colônias da América, julgando-o excessivamente jovem, precipitado e pretensioso para tais conclusões.

O embate com uma autoridade da envergadura de Sílvio Romero, em nosso entendimento, pode ser interpretado sob duas perspectivas: 1) as reflexões de Manoel Bomfim eram demasiadamente absurdas e, por isso mesmo, deveriam ser rejeçadas ou 2) as conclusões apresentadas no livro eram ameaçadoras e desestabilizavam uma estrutura político-econômica que já estava a ruir. Cabe lembrar que em *A América Latina* Bomfim Manoel Bomfim condena a teoria da desigualdade das raças e apresenta o “atraso” brasileiro como de ordem cultural e, portanto, passível de ser solucionado via educação.

Reclamando a difusão da instrução, a prática da ciência, como o meio de curar os nossos males essenciais, e de avançar para o progresso, não queremos atribuir à cultura intelectual nenhuma virtude miraculosa, se não a importância que ela teve e tem na história da civilização. Demos que a instrução não seja o objetivo único do progresso; não se poderá negar, porém, que é um dos seus objetivos, um dos fins e, ao mesmo tempo, um meio – o meio principal. (BOMFIM, 1993, p. 333)

A adesão de Manoel Bomfim a um projeto modernizador cuja concretização exigia investimentos em instrução popular levou-o a atuar em diferentes frentes. Como produtor de material didático e paradidático para a escola primária buscou disseminar o ideal de um Brasil abundante em riquezas naturais e próspero culturalmente. Ao publicar *Através do Brasil*<sup>35</sup> em parceria com Olavo Bilac exaltou a diversidade racial e chamou a atenção para a necessidade de investimentos na

---

<sup>34</sup> Números 63 a 70 da revista *Os Annaes*, cujo título foi *Uma suposta teoria nova da história latino-americana*. A resposta de Manoel Bomfim foi redigida em apenas um texto intitulado *Uma carta: a propósito da crítica do Sr. Sílvio Romero ao livro A América Latina*, também publicado em *Os Annaes* no ano de 1906. Os artigos de Romero foram posteriormente organizados em forma de livro sob o título *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*.

<sup>35</sup> De acordo com Gontijo (2010), o referido livro foi editado 64 vezes até o ano de 1962.

indústria como meio de promover o progresso do país. A leitura do livro pelas crianças possibilitaria a formação de novas gerações adequadas às demandas da República.

Como se pode verificar, tanto na literatura infantil quanto nos livros destinados aos adultos, bem como enquanto professor ou parlamentar Bomfim buscou ocupar espaços e disseminar as ideias fundantes do projeto modernizador ao qual aderira. Defendeu a indústria brasileira que, como atesta Caio Prado Junior (1970), debatia-se sem poder fazer frente ao comércio exterior ou contar com o auxílio do Estado. Inclusivamente, segundo o mesmo autor, eram as condições precárias do Estado um dos grandes entraves à indústria, uma vez que os altos impostos para a manutenção do erário oneravam em excesso os industriais.

Na primeira década do século XX Bomfim funda com Rivadávia Correia e Thomas Delfino a revista *Universal* que contava com um seleto grupo de colaboradores, entre eles Machado de Assis, Olavo Bilac, Vicente de Carvalho, Luiz Delfino e Tavares Bastos. Participa, em 1904, juntamente com José Veríssimo, Rocha Pombo e outros intelectuais da criação da UPEL, a Universidade Popular do Ensino Livre<sup>36</sup>. Cria a revista *O Tico-Tico*<sup>37</sup> com Luís Bartolomeu e Renato de Castro e funda no *Pedagogium* o primeiro laboratório brasileiro de psicologia experimental<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> A Universidade Popular de Ensino Livre foi instituída no ano de 1904 e funcionou apenas por alguns meses. Conhecida como Universidade Popular ou UPEL, foi criada por Elysio de Carvalho com a colaboração de intelectuais como Rocha Pombo, Felisbelo Freire, Fábio Luz, Evaristo de Moraes, José Veríssimo, Manoel Bomfim e outros. A instituição estava ligada ao Partido Operário Independente, de tendência anarquista, mas contava também com o apoio de simpatizantes. Para mais informações, ver: AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. p. 278-286.

<sup>37</sup> A revista *O Tico-Tico* foi criada em 1905 por Manoel Bomfim, Luís Bartolomeu e Renato de Castro para o público infantil e teve seus últimos números publicados no ano de 1955. (AGUIAR, 2000; GONTIJO, 2010). Para mais informações sobre a revista e seu caráter pedagógico, ver: ROSA (2002); MERLO (2003); VERGUEIRO e SANTOS (2005). Referências completas ao final desta tese.

<sup>38</sup> Plínio Olinto escreveu em maio de 1944 uma resenha especial para a *Imprensa Médica* na qual destacou, entre outras iniciativas, a instalação do laboratório de Psicologia Experimental por Manoel Bomfim no ano de 1903. Afirma que o referido laboratório fora organizado por Alfred Binet em Paris e custeado pela prefeitura do Rio de Janeiro por intermédio do então diretor da Instrução Pública, Medeiros e Albuquerque. Olinto afirma que a produção do laboratório não foi vasta, apesar dos recursos investidos na aquisição dos mais modernos equipamentos. No mesmo texto destaca que, juntamente com Manoel Bomfim, teria desenvolvido uma série de cursos de Psicologia Experimental para professores na Escola Normal entre os anos de 1916 e 1930. O artigo mencionado foi republicado como primeiro capítulo do livro *História da Psicologia no Brasil*: primeiros ensaios, organizado por Mitsuko Aparecida Makino Antunes (2004).

No ano de 1907 Bomfim se candidatará a deputado federal por Sergipe e será eleito, permanecendo na Câmara até 1908. Tentou a reeleição, mas sem sucesso e a experiência como parlamentar foi marcada pelo debate em torno do projeto educacional Tavares Lyra, que propunha a intervenção do Estado na instrução primária por meio do acordo com os estados e municípios, bem como a reforma dos ensinos secundário e superior<sup>39</sup>.

Em suas exposições à Câmara fez menções ao artigo publicado em 1897 sobre a situação da educação pública no Brasil e foi pouco otimista em relação às mudanças processadas no decurso de dez anos. No entanto, mostrou entusiasmo para com o projeto, pois, segundo Bomfim, “[...] é (era) a primeira vez que na Republica – e mesmo no Império – vemos (via-se) o Governo Central do Brasil querer intervir, querer concorrer para a instrução popular”. (BRASIL, 1918, p. 400).

Por concebermos que as ações de um intelectual não se restringem à reflexão e produção teórica, mas abarcam o trabalho prático na luta pela implementação de seu projeto societário, consideramos os debates em torno do Projeto Tavares Lyra parte singular de sua obra por nos permitir apreender a unidade entre teoria e prática na obra do intelectual em estudo.

O segundo decênio do século XX foi um período de intensa atividade para Manoel Bomfim. Comprometeu-se novamente com a direção do *Pedagogium*, manteve as aulas na Escola Normal e as publicações de livros e artigos sobre educação em periódicos diversos, como o *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *A Ilustração Brasileira* e outros editados pela Casa Electros. É no mesmo período que publica *Obra do germanismo* (1915), reunindo os textos *Darwin e os conquistadores* e *A obra do germanismo*. Os recursos obtidos com a venda desse livro foram doados à Cruz Vermelha Belga e a iniciativa lhe rendeu, em 1918, a condecoração com o oficialato de São Leopoldo pelo rei da Bélgica.

Tratou-se de um período de guerra caracterizado pela intensa propaganda jornalística acerca do conflito e pela tensão, sobretudo após 1917, em torno das condições das Forças Armadas brasileiras diante do arsenal alemão. (BERTONHA,

---

<sup>39</sup> Para conferir a participação de Manoel Bomfim nos debates afetos ao Projeto Tavares Lyra, ver: SILVA, Ligiane Aparecida; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Manoel Bomfim: debates parlamentares sobre Estado e instrução primária na primeira década do século XX. **Inter-Ação** – Revista da Faculdade de Educação da UFG, v. 41, n. 1, Goiás, p. 83-102, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/39426/20951>. Acesso em: 14 ago. 2016.

2011). O federalismo, tema na ordem do dia entre os intelectuais e educadores interessados em reformas educacionais afetava o Exército e suas relações com o Estado.

Dada a fragmentação do poder político na República Velha, não espanta que as elites políticas preferissem fortalecer as milícias estaduais (certas forças regionais, como as de São Paulo e do Rio Grande do Sul, chegavam a rivalizar com o exército em efetivo e material bélico) em detrimento das do Estado central. (BERTONHA, 2011, p. 105).

De acordo com Bertonha (2011), não obstante a ampliação e aperfeiçoamento das Forças Armadas após a Guerra do Paraguai, o Exército brasileiro funcionava a partir dos interesses das oligarquias com o intuito de conter os ânimos populares em revoltas internas. A entrada do Brasil na guerra, portanto, foi preocupante e seus desdobramentos para a economia bastante pontuais, além dos efeitos na vida intelectual e política da nação. A economia agroexportadora entra em crise com a impossibilidade de comercializar o café e, como consequência, a indústria se desenvolve, incidindo no aumento do número de operários e na necessidade de formação de mão de obra especializada para os novos postos.

Entre os intelectuais, em especial, acirram-se os discursos de caráter nacionalista como os de Manoel Bomfim e Olavo Bilac, este último conhecido por suas iniciativas pelo fortalecimento do patriotismo e da nacionalidade, sobretudo a partir da fundação da Liga de Defesa Nacional no ano de 1916, fortemente vinculada ao Exército. O nacionalismo de Manoel Bomfim, entretanto, aproximava-se mais dos grupos que propunham educação massiva, participação popular na política, fortalecimento da economia nacional e resistência a ao imperialismo, como os intelectuais congregados na Liga Nacionalista, igualmente fundada em 1916 em São Paulo sob a liderança de Júlio de Mesquita Filho.

Em parte, esses e outros grupos apresentavam receitas diferentes (serviço militar e autoritarismo ou educação e participação eleitoral das massas) para renovar o Brasil, mas estavam próximos no seu ardor nacionalista, na sua busca de uma nova elite nacional e no seu desejo de um país nacionalista e renovado. Representavam maneiras diferentes, assim, de expressar e equacionar o mesmo problema: como adequar o Brasil aos desafios do século XX, que se tornaram evidentes quando da guerra. (BERTONHA, 2011, p. 115).

Manoel Bomfim, em especial, aliou seus conhecimentos em medicina, em pedagogia e em psicologia à experiência docente, administrativa, parlamentar e literária e defendeu um nacionalismo análogo ao modelo proposto pela Liga Brasileira de Higiene Mental fundada no Rio de Janeiro em 1922 pelo médico Gustavo Riedel (WANDERBROOCK JUNIOR, 2011) e da qual fará parte.

A despeito do envolvimento do Exército na luta pela construção da identidade nacional e pela consolidação da nacionalidade brasileira, foram os médicos os grandes responsáveis pelo enfrentamento das doenças que desnudavam as contradições do capitalismo emergente. Os grupos políticos hegemônicos passaram a nutrir expectativas quanto à consolidação do Brasil enquanto nação desenvolvida em meio à crise imperialista, mas era preciso, antes, solucionar os problemas sanitários que preocupavam higienistas e governantes. Assim,

No lugar das armas de fogo surgiram **armas ideológicas**, que alguns setores da sociedade empenhavam com disciplina militar. Os novos 'oficiais' não saíram da Academia Militar, eles foram educados nas faculdades de medicina. As reivindicações não previram eleições diretas, nem melhores salários, muito menos mudanças governamentais. O inimigo foi outro: a doença. O movimento teve outro nome: higiene mental. (WANDERBROOCK JUNIOR, 2011, p. 51, grifo nosso).

Paralelamente à defesa da industrialização e da urbanização instaurou-se, portanto, uma força tarefa de combate às consequências do inchaço das cidades e do desemprego suscitados pela ascensão do capitalismo no país. Durval Wanderbroock Junior (2009; 2011) atesta que as precárias condições de vida da classe trabalhadora não absorvida pelas fábricas contribuíram para a proliferação de doenças e de possíveis endemias. Além disso, o contingente de doentes não produtivos comprometia a produção e os recursos do Estado destinados à saúde pública.

Ao identificar a nação como um organismo social, a Liga Brasileira de Higiene Mental previa medidas informativas para a construção de novos hábitos por parte da população, bem como a prevenção de doenças e até medidas eugenistas para o melhoramento das raças. (SEIXAS; MOTA; ZILBREMANN, 2009). Os fenômenos sociais, na perspectiva dessa instituição eram vistos como naturais e não historicamente construídos. A doença, por sua vez, era vista e tratada como causa e

não como consequência das contradições próprias de um sistema fundado na divisão desigual das riquezas socialmente produzidas.

As reflexões de Manoel Bomfim sobre a sociedade de seu tempo intrigam a historiografia porque, apesar de ter buscado na história as causas dos “males” que assolavam o país e apontado soluções não restritas ao tratamento das doenças ou à depuração das raças, utilizou-se, assim como os demais membros da Liga, da metáfora do organismo social ao analisar a sociedade e aderiu ao projeto higienista que escamoteava a luta de classes e propunha medidas paliativas para os problemas sociais.

O debate historiográfico em torno da premissa de que Bomfim foi um intelectual contraditório e pouco reconhecido em suas elaborações teóricas e ações políticas porque movido por certa ingenuidade, passionalidade e pelo fato de ter transitado entre as “velhas” matrizes teóricas de explicação da realidade para propor a superação dessa mesma realidade serão objeto de discussão da próxima parte desta tese.

Por ora, vale destacar sua participação, juntamente com Maurício de Medeiros no ano de 1924 em comissão organizada com vistas à implantação dos testes de inteligência na escola primária brasileira, a produção do livro *O método dos testes* e sua publicação em 1926 como resultado dos debates anteriormente realizados e sua inserção na Seção de Deficiência Mental<sup>40</sup> como membro da Liga Brasileira de Higiene Mental.

É também no ano de 1924 que a Associação Brasileira de Educação (ABE) é criada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como idealizador o professor Heitor Lyra da Silva e como apoiadores intelectuais, professores e professoras, cientistas e até mesmo mães de família. Teoricamente, o objetivo da instituição era pensar os problemas nacionais e propor soluções, contrapondo-se à indiferença dos governantes ante ao atraso do Brasil e da necessidade de investimentos na educação do povo. Contudo, essa perspectiva foi desmistificada por Marta Carvalho

---

<sup>40</sup> Manteremos o termo “deficiência mental” neste trabalho para sermos fiéis à nomenclatura utilizada pelos estudiosos do período. Contudo, reconhecemos que, atualmente, o vocábulo convencional é “deficiência intelectual”, conforme definição da Organização das Nações Unidas (ONU) e órgãos competentes desde o ano de 1995. Em 06 de outubro de 2004 foi anunciada no Canadá a Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual, adotando-se igualmente o novo termo. Para acesso à Declaração de Montreal, ver: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_inclu.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf). Acesso em: 17 out. 2016.

(1998), que problematizou a historiografia que concebe a ABE de forma idealista, como se a preocupação de seus membros se restringisse à situação da educação brasileira.

A autora defende que os ideais de formação propagados pela ABE, como o amor à pátria, a ideia de progresso via industrialização e a exaltação que fazia da escola, da família, do trabalho, dos cuidados para com a saúde, dos professores e da harmonia social atendiam aos interesses de classe das elites e visavam manter os privilégios de uma minoria, a quem se reservava a melhor escolarização e os melhores postos de trabalho, enquanto para o povo restava a formação elementar e ideológica necessária aos trabalhos subalternos. Assim, sob o *slogan* “problema educacional brasileiro”, a ABE se credibilizava junto à sociedade e ocupava seu espaço, promovendo debates, conferências nacionais e medidas para salvaguardar os interesses das elites.

Manoel Bomfim, além de viver na capital, frequentava os círculos culturais de sua época e participava ativamente dos debates afetos à relação entre instrução popular e progresso nacional durante o período de surgimento da ABE. Contudo, nos anos subsequentes, vitimizado por uma grave doença vê-se obrigado a limitar cada vez mais o seu trabalho à produção de livros. Em seus últimos anos de vida<sup>41</sup>, escreve e publica a trilogia pela qual se tornará conhecido entre os pesquisadores brasileiros a partir da década de 1980, a saber, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* e *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, publicados nos anos de 1929, 1930 e 1931, respectivamente. Juntamente com *A América Latina: males de origem*, esses livros constituem a bibliografia básica da maioria dos estudos realizados sobre a obra de Bomfim atualmente, nem sempre cotejados com sua formação em medicina, com seus escritos sobre educação ou com sua experiência como educador de ofício.

Manoel Bomfim faleceu no dia 21 de abril de 1932, mas deixou registradas suas últimas reflexões sobre os problemas educacionais do país no livro postumamente publicado e intitulado *Cultura e educação do povo brasileiro: pela*

---

<sup>41</sup> Manoel Bomfim faleceu devido ao avanço de um câncer de próstata, pelo qual foi submetido a severo tratamento e inúmeras cirurgias em seus últimos anos de vida.

*difusão da instrução primária*. Parte desse livro foi ditada por Bomfim<sup>42</sup> ao teatrólogo Joracy Camargo e depois organizada com o auxílio de seu filho Aníbal, reunindo antigos artigos de periódicos.

A nosso ver, pelo lugar central ocupado pela educação em sua trajetória profissional não se pode prescindir, no estudo de sua obra, de um olhar atencioso às relações entre medicina e educação na Primeira República, do destaque que a psicologia ganha nos debates, meios e concepções educacionais da época e do estabelecimento de diálogo entre suas reflexões sobre história do Brasil e da América Latina e o constructo intelectual pelo qual erigiu sua formação.

Doravante, trataremos do olhar da historiografia brasileira à obra de Manoel Bomfim e de algumas adjetivações a ele atribuídas pelos seus intérpretes. A ideia de que a força motriz de seu projeto societário fora a passionalidade ou a ingenuidade perpassa alguns trabalhos e será problematizada a partir da apresentação de Manoel Bomfim com um intelectual iconoclasta.

### **Considerações finais**

A escrita de um texto com dados biográficos exige recortes e opções que acabam por incidir no formato do produto final. Como nossa intenção neste trabalho é apresentar Manoel Bomfim como um intelectual cuja vivência nos meios educacionais da época foi decisiva para a elaboração de estratégias de enfrentamento à tradição que combatia, buscamos enfatizar suas ações enquanto educador ou mesmo como parlamentar em defesa da instrução pública, sobretudo a primária.

Sua produção sobre história do Brasil e da América Latina, primordial à compreensão de seu posicionamento político foi destacada como desdobramento de seu engajamento na causa educacional, pois foi à educação que se dedicou prioritariamente em defesa de um projeto modernizador em combate à ordem social senhorial escravocrata.

Entretanto, a formação em medicina, a inserção nos meios educacionais, a breve passagem pela Câmara dos Deputados, a adesão ao projeto médico-

---

<sup>42</sup> Como já mencionado na introdução deste trabalho, pela impossibilidade de escrever ante o avanço da doença, o texto foi ditado por Manoel Bomfim e redigido por Joracy Camargo.

higienista brasileiro e as análises histórico-sociológicas que produziu sobre a sociedade de seu tempo são indicadores de que Bomfim compreendia a educação como espaço privilegiado – mas não privativo – de debates e possíveis transformações sociais. A educação, concebida como chave de mudança, fornecera a ele os fundamentos e os meios para fazer frente aos símbolos que obstaculizavam o processo de modernização do país.

Carlos, ao apresentar esta seção, representou a intelectualidade brasileira, os pensadores, profissionais liberais, educadores e políticos provenientes das frações mais favorecidas da sociedade. Enquanto garotos, assim como Carlos, foram privilegiados com uma educação de qualidade e puderam, por conseguinte, pensar o Brasil depois de adultos, elaborar projetos, discutir as demandas sociais a partir de diferentes perspectivas. Manoel Bomfim, a nosso ver, assemelha-se a Carlos nesse sentido.

Na seção a seguir, contudo, daremos destaque a uma fração da historiografia que concebe sua obra e ações políticas sob outra ótica e, na sequência, apresentaremos o conceito de intelectual iconoclasta cunhado pelo próprio Manoel Bomfim.

### 3. UM INTELLECTUAL ICONOCLASTA – ESCLARECIMENTOS A ALFREDO



*“Bom!... Tudo está acabado... Vae brincar.”*

(BOMFIM, 1920, p. 24)

Oi! Sou o Alfredo, irmão do Carlos que vocês já conheceram. Tenho dez anos e todos dizem que sou um menino curioso porque faço perguntas o tempo todo, principalmente ao Carlos, que sempre responde com muito carinho e paciência. Tenho curiosidade sobre as pessoas, os lugares, a natureza, a escola, o país, tudo! Olho para o mundo com muita atenção, como nos ensinou papai, e adoro aprender coisas novas.

Como sabem, estamos viajando pelo Brasil em busca de nosso pai que ficou doente no interior do Recife. Nem sempre temos arranjado o que comer ou lugar para dormir e estamos cansados, tristes e preocupados, mas já conhecemos tantas pessoas bondosas e tantos lugares incríveis pelo caminho que às vezes até consigo me divertir.

No dia em que embarcamos no primeiro trem e pude ficar junto à janela, olhando a paisagem, as matas, os bois, as montanhas, todas aquelas coisas que nunca tinha visto antes na cidade, Carlos disse-me que o Brasil é muito grande e bonito e que devemos fazer a nossa parte para que ele cresça e se desenvolva. Lembrei-me do que papai nos ensinava sempre: “nosso país é rico e enriquecerá ainda mais com o trabalho de todas as pessoas que vivem aqui: brancos, negros, índios e mestiços. Com estradas de ferro – dizia ele –, indústrias, comércio e boas escolas, seremos ainda um povo independente”.

Depois da morte de nossa mãe, papai tornou-se mais dócil, como se quisesse compensar a falta que ela nos faz. O problema é que ele também se foi para trabalhar nessa obra e agora não sabemos se está vivo ou morto. Só de pensar já me aperta o peito e começo a chorar, interrogando Carlos sem parar. Quero saber se papai vai ficar bem, se já estamos chegando, quando e o que vamos comer, se podemos descansar, onde estamos, para onde vamos, onde iremos dormir e muitas outras coisas. E Carlos, com a paciência que herdou de papai, esclarece-me tudo. Imagino se às vezes ele não tem dúvidas ou mesmo vontade de chorar, mas a quem recorrerá aqui, já que não quer me preocupar mais? Pobre Carlos!

Outro dia, a fim de distraí-lo um pouco, lembrei-o da bondade de papai, de como preferia ser amado a temido, atendido do que obedecido, e não conseguimos nos recordar de qualquer castigo que tenha nos imputado. Papai é realmente um grande companheiro, um verdadeiro amigo a quem amamos com todo o nosso coração.

Naquele momento, após as ternas lembranças dos momentos passados em casa, sorrimos juntos e uma profunda saudade tomou conta de nós de repente. Lembramo-nos de papai e ficamos ali, em silêncio depois da longa conversa, olhando para as matas, as montanhas, os animais, aquele Brasil até então desconhecido para nós, na esperança de que nosso pai estivesse vivo em algum lugar não tão distante.

E assim seguimos nossa viagem.

### **3.1. A linguagem como questão**

Nesta parte da tese discorreremos sobre pesquisas que problematizam a especificidade da linguagem utilizada por Manoel Bomfim para analisar as condições históricas, políticas, econômicas e sociais do Brasil e propor os encaminhamentos que julgava viáveis e necessários.

Partimos de um problema assinalado pela historiografia – a linguagem excessivamente combativa, enfadonha, ambígua e ufanista de Bomfim – e buscamos uma justificativa para seu uso por parte do autor, o que só foi possível a partir da leitura dos seus escritos educacionais na relação que estabelecem com suas produções sobre história do Brasil e da América Latina.

Não discordamos desses autores em suas afirmações de que Bomfim foi prolixo e repetitivo (LEITE; 1983; REIS, 2006), passional (LEITE, 1983; AGUIAR, 2000; GONTIJO, 2001; 2003; SILVEIRA, 2011; SANTOS, 2011; FILGUEIRA, 2012; MACHADO, 2014; TONON, 2014), pouco objetivo (LEITE, 1983; SÜSSEKIND; VENTURA, 1984), tampouco do fato de ter utilizado uma linguagem “velha” para apresentar uma ideologia “nova” (SÜSSEKIND; VENTURA, 1984). O que queremos, no entanto, a partir deste tópico e no decurso de toda a seção é apresentar uma possibilidade para a compreensão do lugar estratégico ocupado pela linguagem na ação política de Bomfim.

Entendemos a linguagem como elemento objetivo – apesar de imaterial – porque passível de exercer influência sobre os sujeitos históricos e, assim, impactar a realidade e promover transformações. A linguagem, portanto, como uma prática social, pode ser utilizada de forma deliberada e com intenções políticas. É dessa forma que compreendemos a particularidade da linguagem de Manoel Bomfim, por

nós defendida como ação política e intencional em defesa de uma proposta modernizadora para o país.

Em vista disso, iniciaremos com Sodré (1976) que, já no início dos anos de 1950 atestara certa passionalidade no discurso de Bomfim. Segundo o referido autor,

Tem sido apoucada, ainda no terreno da história, a contribuição de Manuel Bomfim<sup>43</sup>. Apesar de suas paixões, de seus desvios e de suas deficiências, a obra histórica do autor sergipano oferece muitos pontos dignos de estima. E, de qualquer maneira, Bomfim, como Capistrano, menos este do que aquele, retiram a narração histórica do nível meramente cronológico, a que vinha sendo reduzida, e buscam analisar os acontecimentos. Existe na obra de ambos, e mais na de Bomfim, embora também excedendo a outra em fecundidade de orientações, a preocupação em colocar determinados problemas do passado que vinham sendo objeto de simples descrição. A obra de ambos está ainda cheia de contradições, e até mesmo em consequência da heterogeneidade das fontes a que subordinavam as suas interpretações, desligando-as de qualquer sistema. (SODRÉ, 1976, p. 368).

Desvios, deficiências, paixões e contradições são termos que podemos extrair do excerto supracitado para fins de apreciação. Dante Moreira Leite (1983), por sua vez, apresenta Manoel Bomfim como um ensaísta a lutar pela afirmação dos desprotegidos do Brasil. Esse intérprete destaca o fato de Bomfim ter sido pouco referenciado pelos pesquisadores brasileiros<sup>44</sup> e, como um dos motivos para tal, destaca:

O pensamento de Bomfim parece ter sofrido uma lenta maturação, mas somente em algumas páginas atinge o nível de generalidade e consistência lógica, necessárias para uma visão sistemática de sua posição. Muitas vezes, em seus vários livros, perde-se em minúcias ou na demonstração de episódios pessoais; outras vezes, perde-se num antilusismo estéril, procurando demonstrar até que ponto os portugueses prejudicaram o Brasil. Espírito apaixonado – e por isso incapaz de colocar-se na perspectiva histórica para julgar homens e acontecimentos do passado – Manoel Bomfim frequentemente deixa

---

<sup>43</sup> É com essa grafia que Sodré (1976) opta por registrar o nome de Manoel Bomfim.

<sup>44</sup> Dante Moreira Leite (1983) redigiu a primeira versão do referido livro em 1954 e apresentou-a como tese de doutoramento à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Para a edição em forma de livro, afirma o autor que o trabalho foi reescrito e reestruturado. Contudo, cabe lembrar que sua observação quanto à ausência de pesquisadores interessados na obra de Manoel Bomfim está circunscrita ao momento de produção de sua pesquisa.

de dar ênfase à tese fundamental, ao apresentá-la de maneira sentimental e não objetiva. (LEITE, 1983, p. 276).

No livro citado, como se pode verificar, caracteriza-se a obra de Bomfim como redundante em alguns trechos, excessivamente crítica e sobremaneira passional. Em José Carlos Reis (2006) alguns desses elementos também serão retratados e acrescidos de outros que convém mencionar, a despeito da extensão dos excertos. Vejamos:

Ele [Manoel Bomfim] pensava circularmente, repetindo muitas vezes o que já havia dito, perdendo rigor e consistência na análise histórica. Sua prolixidade excessiva, repetitiva, pode tê-lo tornado desanimador para os seus possíveis leitores. Para se ter uma ideia da profundidade da sua rebeldia e da inadequação da sua linguagem para a teoria social, vale lembrar os termos que usou para se referir aos imperadores Bragança. Para ele, os Bragança eram todos “tarados, broncos, orgulhosos, pulhas, maus, ingratos, sórdidos, dissipados, injustos, sibaritas, assassinos, parasitas, beatos, mulherengos, doidos, devassos, sem inteligência, degenerados, nauseabundos, espíritos inferiores, mentecaptos, egoístas, disformes, fracos, boçais, imorais, corruptos, ignorantes...”. D. João VI era tudo isso acima mais “lorpa, insignificante, insulso covarde, cretino, desgraçado, infame, degradado, imbecil, hesitante, dúbio, trêmulo, contraditório, dissimulado, fugido de 1808!”. D. Pedro I era tudo isso acima e mais “aventureiro, calculista, desleal, insincero, mentiroso, embusteiro, farsante, arbitrário, despótico, tirânico, pessoal, ‘português’, epilético, paranoico, louco, exemplo de degradação humana!”. (REIS, 2006, p. 225).

E acrescenta:

É uma linguagem profundamente passional, delirante! Isso pode provocar resistência em quem quer encontrar uma “análise” do Brasil, mesmo por parte daqueles que rejeitam o objetivismo e a imparcialidade na ciência social. O discurso de Bomfim é estranho. Há algo de furioso, que nos faz supor algum desequilíbrio psicológico. Há algo como uma “lucidez louca”, se esse oxímoro faz sentido. Se seu discurso fosse oral, tem-se a impressão de que estaria com o rosto avermelhado e aos berros! Geralmente, quem se expressa assim causa mais estranheza e medo do que interesse. [...] É um “pensamento sentido”, poético, que empolga o leitor que com ele se identifica. [...] Bomfim pensava como um “adolescente revoltado”, literariamente indignado e solitário, como esses “vampiros desamparados” que, embriagados, ingênuos, gritavam a revolução em mesas de bar. (REIS, 2006, p. 225).

Novamente, a especificidade da linguagem exaltada e apaixonada de Bomfim aparece com destaque. Embora fosse “[...] o espírito, o estilo do tempo” (RIBEIRO, s./d, p. 51) polemizar com os opositores, prática exercida por Sílvio Romero, por exemplo, Bomfim diferencia-se por preferir atacar autoridades historicamente estabelecidas e exaltar uma fração da população até então marginalizada.

Entretanto, não é somente sua “paixão” objeto de observação da historiografia. Flora Süssekind e Roberto Ventura (1984, p. 56), assim como Antonio Candido (s./d.), identificam na linguagem de Bomfim uma estranheza mais relacionada ao sistema metafórico que utilizou para propor mudanças ao país. Para Cândido (s./d., p. 210-211),

Embora declare separar-se dos que veem na sociedade um organismo animal, acha que ela é um organismo vivo que se rege por leis próprias. No seu estudo parece, todavia pender irresistivelmente para o primeiro ponto de vista, aplicando com estreiteza analogias organicistas.

Assim, por ter-se utilizado de uma linguagem pouco clara e ambígua, Bomfim teria ocupado uma posição secundária entre os intelectuais brasileiros de sua época, como atestam Süssekind e Ventura (1984, p. 56):

No discurso de Bomfim, sai-se de uma imagem assente, nítida, para um campo ainda indeterminado. Assim como o microscópio que sua época lhe oferece não permite a observação do “aparelho cerebral” e dos “processos integrais da consciência”, também a linguagem científica então utilizada não propicia a compreensão dos novos contornos que pressente em seu objeto de investigação.

É possível que o debate sobre a legitimidade das pesquisas científicas produzidas em fins do século XIX e início do XX tenham contribuído para a problematização da linguagem de Bomfim por parte da historiografia contemporânea e mesmo pelos seus pares. A busca pelo saber imparcial a partir de métodos racionais implicava no estabelecimento de relações objetivas no processo de investigação com vistas ao alcance de resultados neutros. Bomfim, contudo, refutava a imparcialidade da ciência e assumia uma posição crítica em relação ao debate.

Pobres almas!... Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas destemperando a linguagem e moldando a forma à

hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista!... Não; prefiro dizer o que penso, com a paixão que o assunto me inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica. (BOMFIM, 1993, p. 329).

O “tempero” da linguagem, como ele mesmo afirmou, era adicionado intencionalmente. Por isso concordamos com as afirmações de Rebeca Gontijo (2003, p. 132) quando se refere a Bomfim:

A paixão é tida como uma espécie de força propulsora da vontade, capaz de controlar ou guiar os interesses, sendo que, neste caso, paixões e interesses estariam relacionados com o campo das práticas científicas e políticas das quais o autor participava. Para Bomfim, os interesses estariam referidos à comunhão de tradições – científicas e políticas (e, mais especificamente, nacionais) –, o que se opunha a uma prática científica neutra, uma vez que tais interesses continham em si mesmos as razões de uma parcialidade. O autor identificava dois modos de lidar com essa parcialidade: negando-a ou explicitando-a, sendo que ele defendia esta última opção.

Gontijo (2003), portanto, admite que Bomfim posicionou-se ante o debate político e científico de seu tempo e optou por declarar sua parcialidade, marcando-a com um teor de paixão. Atesta que o autor buscou conciliar compromisso intelectual e ciência, mas não a partir da neutralidade esperada dos pensadores e políticos da Primeira República.

No trabalho de Cristiane da Silveira (2011) essa perspectiva é mantida. A autora reforça a ideia da paixão como elemento preponderante na obra e ação política de Bomfim, mas uma paixão direcionada ao país. Afirma que “O amor à pátria foi um sentimento forte e presente na argumentação de Bomfim, e fazia parte do imaginário de um homem movido pela paixão e não apenas pela ciência”. (SILVEIRA, 2011, p. 50).

A autora ora referenciada declara que a crítica elaborada por Manoel Bomfim à sociedade de seu tempo transitava entre as esferas íntima e pública, e acrescenta: “Solidariedade, alteridade, indignação, paixão, humilhação são sentimentos que se identificam nos escritos de Bomfim, com vistas a outro entendimento sobre o Brasil e o brasileiro” (SILVEIRA, 2011, p. 82), sentimentos assumidos pelo próprio autor, como já buscamos demonstrar. Em *A América Latina* Bomfim ratifica aos seus leitores que a especificidade de sua linguagem traduzia uma opção e, portanto, não se tratava de uma característica fortuita. Citemos:

Demais, é bem fácil a cada leitor julgar por si do valor dessas demonstrações, e da lógica das conclusões; elas se fundamentam em fatos universalmente reconhecidos. Toda doutrina que se apoia sobre a observação e a teologia, e se acorda com as leis gerais do universo, deve ser tida como verdadeira até prova do contrário. A paixão da linguagem, aqui não dissimulada, traduz a sinceridade com que essas coisas foram pensadas e escritas<sup>45</sup>. (BOMFIM, 1993, p. 36).

Manoel Bomfim reconhece que seus escritos poderiam ser julgados pelo teor passional, o que denota conhecimento sobre o debate patente em seu tempo acerca da objetividade da ciência. Denota sua preferência quanto à utilização de certo padrão de linguagem em detrimento do modelo já reconhecido nos meios acadêmicos, literários e políticos dos quais fazia parte. Teria sido ingênuo em sua escolha?

A perspectiva de Davi Siqueira Santos (2011) vai ao encontro das leituras que identificam, na obra de Manoel Bomfim, um trânsito entre sentimento e racionalidade. Ao expressar-se sob a forma discursiva, afirma o autor, “[...] surge então um texto singular, pois ao mesmo tempo que é movido pelo entusiasmo, precisa, a todo momento, estabilizar-se em uma racionalidade de expressão para assumir contornos lógicos”. (SANTOS, 2011, p. 45).

Trata-se de uma paixão com objeto definido, ressalta a historiografia aqui apresentada. Paixão pelo Brasil, pela causa nacional, pela busca de solução para os dilemas sociais do país naquele contexto de transformação. Paixão como peculiaridade do autor e como especificidade de sua linguagem. Paixão por vezes exacerbada a enfraquecer a razão e a credibilidade do intelectual, asseguram alguns. Linguagem subjetiva que flerta com a lógica e torna nebulosa a sua proposta modernizadora, ressaltam outros. André Luiz de Souza Filgueira (2012, p. 46), corroborando com Aguiar (2000) aponta que “[...] essa paixão é ainda mais vigorosa quando a atenção é voltada para obras dedicadas à análise social brasileira [...]”.

É interessante notar que o exercício de alguns intérpretes tende à formulação de uma resposta para a utilização, por parte de Bomfim, desse padrão de linguagem crítico e ufanista ao mesmo tempo. Dênis Wagner Machado (2014) e Marina

---

<sup>45</sup> Essas palavras foram escritas em Paris, no mês de março de 1903 e encerram a advertência de Manoel Bomfim aos leitores de *A América Latina: males de origem*. A edição citada data de 1993, publicada pela Editora Topbooks.

Rodrigues Tonon (2014), assim como Gontijo (2001; 2003), buscam justificativas para o modelo de discurso do autor.

A parcialidade apaixonada de Bomfim é apresentada por Tonon (2014) como uma prática deliberada, com o que concordamos, porque dela dependia a produção de uma história verdadeiramente nacional que contribuísse para a construção da nacionalidade brasileira.

Para isso, assumir a paixão e deixar de lado o suposto objetivismo que buscavam os historiadores oficiais era fundamental: já que cada tradição faz a sua história a partir de seu ponto de vista, a historiografia brasileira deveria assumir o ponto de vista de sua legítima tradição e defendê-lo com ardor. (TONON, 2014, p. 48).

Já Machado (2014, p. 192) entende a linguagem de Bomfim como uma tessitura original e estrategicamente articulada que o habilitava a atuar em diferentes frentes e difundir suas propostas para o desenvolvimento do Brasil, como se verifica no excerto a seguir:

Embasados nos versos do sergipano, fomos constatando que seu sonho possuía um sistema de ideias implícito. [...] conseguimos confirmar a hipótese que vinha se instalando em nós, a de que o discurso bomfiniano detinha múltiplas facetas (pedagógica, filosófica, histórica e política pelo menos), todas essas intrinsecamente vinculadas para, na união das partes, formar uma ideologia bastante autoral. (MACHADO, 2014, p. 192).

Consideramos que pesquisas dessa natureza fazem avançar o debate na medida em que não se restringem a problematizar o discurso de Bomfim. Apresentam, antes, possibilidades para pensarmos a não neutralidade de sua produção e inserção nos meios políticos e educacionais. Afirmar que Bomfim teve razões para ser parcial na defesa de seus interesses, inserindo-o no tempo e no espaço de produção de sua obra e detectar as “múltiplas facetas” expressas por meio de sua linguagem são tentativas de exceder a crítica e buscar os fundamentos da práxis do autor.

Contudo, os recortes dessas pesquisas e as fontes privilegiadas pelos seus autores não incluem enquanto proposta um estudo sistemático das produções educacionais de Bomfim relacionadas aos seus escritos sobre história. Além disso, as elaborações teóricas de Bomfim afetas à psicologia têm sido correntemente

citadas pelos intérpretes, porém, secundarizadas como fonte. Trata-se, sabemos, de opções do próprio pesquisador no caminho investigativo, mas que acabam por incidir nas conclusões formuladas.

Nosso esforço doravante se dará no sentido de apresentar mais um caminho explicativo para a especificidade da linguagem de Manoel Bomfim. Partimos das constatações, críticas e explicações até aqui enunciadas para expormos um elemento-chave do constructo intelectual desse autor, a saber, o símbolo.

A nosso ver, é no livro *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*, publicado pela primeira vez em 1923 que Bomfim, ao discorrer exaustivamente sobre a linguagem como o mais precioso meio de se analisar a atividade psíquica humana, exprime os fundamentos científicos de sua atuação enquanto intelectual. Investigá-lo se faz necessário para a construção de uma imagem de Manoel Bomfim menos relacionada à ingenuidade ou desequilíbrio emocional e mais próxima do que pensou o próprio autor sobre as possibilidades de enfrentamento dos desafios de seu tempo.

### **3.2. O estudo do símbolo no pensamento e na linguagem**

Manoel Bomfim interessou-se pela psicologia já no início de sua trajetória como educador. Em Sorbonne, sob a orientação de Alfred Binet desenvolveu estudos sobre psicologia experimental entre os anos de 1902 e 1903, período em que redigiu *A América Latina: males de origem*, motivado pelo diagnóstico vexatório dos países industrializados a respeito da América Latina.

Posteriormente, tornou-se professor da cadeira de Psicologia Aplicada na Escola Normal do Rio de Janeiro e publicou suas *Noções de Psychologia* no ano de 1917, divulgando parte das lições ministradas às normalistas, assim como havia feito com as aulas atinentes à cadeira de Pedagogia, que lhe renderam o livro *Lições de Pedagogia: theoria e practica da educação*, publicado em 1915.

Foi fundador e diretor do primeiro laboratório de psicologia experimental do Brasil, que funcionou no *Pedagogium*. Envolveu-se nos debates relativos à instituição dos testes de inteligência nas escolas primárias brasileiras e escreveu *O método dos testes: com aplicações à linguagem do ensino primário*. Engajou-se no movimento médico-higienista como membro da Liga Brasileira de Higiene Mental,

ocupando-se de medidas educativas em prol do saneamento, cura e tratamento de doenças e dos debates sobre deficiência mental.

A docência na Escola Normal teve início em fins do século XIX na cadeira de Moral e Cívica, até sua nomeação como professor da disciplina de Pedagogia. Bomfim esteve diretamente ligado à formação de professores primários e ao debate em defesa da difusão da instrução popular no Brasil sob os auspícios do Estado e, embora já tenhamos relatado essa particularidade de sua atuação profissional, convém reforçá-la aqui porque não desvinculamos sua prática pedagógica dos estudos que realizou na área da psicologia. Inversamente, defendemos a ideia de que a psicologia forneceu-lhe os subsídios teóricos e as estratégias necessárias à defesa de suas propostas modernizadoras.

A assistência médico-pedagógica às crianças, com ou sem deficiência, constituiu parte do trabalho dos médicos naquele período. (SOUZA, 2011). À pedagogia foi atribuída central relevância dada a preocupação com a formação das novas gerações ante os desafios impostos pelo novo regime. Contudo, foi na psicologia que intelectuais e educadores preocupados com os destinos da nação buscaram elementos para repensar as práticas pedagógicas e propor encaminhamentos condizentes com as demandas da República.

O pensamento médico e o pensamento educacional, portanto, foram propulsores do processo de legitimação da psicologia como disciplina autônoma (SILVA, 2003), e Manoel Bomfim esteve atrelado às três instâncias – médica, educacional, psicológica – a partir das quais se pensava e organizava o futuro do Brasil.

O preparo para o trabalho na indústria e comércio nascentes exigia investimentos e pesquisas que visassem a racionalização e a otimização do processo produtivo. A ciência, sobretudo a medicina e a psicologia, dariam o respaldo teórico para as ações necessárias, como pontua Lucia Cecilia da Silva (2003, p. 153):

Sendo a época do Higienismo Mental contemporânea à da industrialização no país, esse movimento esteve também preocupado com os processos envolvidos no desenvolvimento da automação e a conseqüente adaptação do homem à máquina. Não só a sobriedade era qualidade bem-vista. Para ser hábil com a máquina, o operário deveria apresentar boas condições físicas e intelectuais, tais como visão nítida, mãos firmes, boa memória,

“costumes temperados”, para que não se mutilasse e cumprisse a produção esperada. Pensando na adaptação do homem ao trabalho e na conseqüente produtividade do indivíduo, pensou-se também que o trabalho não devesse ser maçante para o trabalhador; era preferível que ele apreciasse sua atividade.

Nesse sentido, concebemos que uma análise da produção intelectual de Manoel Bomfim que se isente de um exame sobre sua atuação enquanto médico higienista e estudioso da psicologia num momento em que ambas as áreas são centrais na formulação de ações políticas e educacionais pela organização do Estado republicano pode desprivilegiar aspectos primordiais de sua obra.

A despeito de seus vastos escritos sobre história, há que se reconhecer o lugar da medicina e da psicologia em sua formação, bem como seu trabalho no âmbito educacional para que se compreenda, inclusive, as críticas que proferiu aos governantes de seu tempo e ao modo como o processo de colonização foi conduzido no Brasil.

O estudo que desenvolveu acerca do símbolo não está desconexo de suas preocupações com o saneamento público, com a escolarização das classes populares, com a urbanização do país, com as possibilidades de aprendizado do povo brasileiro, tampouco de suas propostas para a desarticulação e substituição dos quadros políticos representantes da elite agrária do Brasil.

Estudar a linguagem e, em especial, o símbolo permitiu a Manoel Bomfim ampliar seu cabedal teórico e formular uma concepção de intelectual oportuna ao momento histórico que vivenciava. O “problema humano” (BOMFIM, 2006, p. 33), termo que utilizou para referir-se aos dilemas da espécie humana no decorrer da história poderiam ser elucidados a partir de um estudo apurado da linguagem vinculada ao pensamento e não restrita a mera expressão dele, como queriam os linguistas, gramáticos e filólogos.

Na realidade da existência social, a língua – aquela que ainda não sucumbiu à asfixia gramatical – é uma expressão de vida do sublime da vida humana, e que é a própria vida do pensamento. Figuremo-la, a transparência de uma organização que se tece em fios animados e luminosos, ânimo e luz que são da sua essência mesma: a organização do espírito. E a língua se institui como a formação primeira de cada tradição humana; realiza-se numa estrutura viva, nimamente ativa, desenvolvendo-se, evoluindo, expandindo-se, refazendo-se, progredindo e fortalecendo-se, como se desenvolve, e evolui, e se expande, e se refaz, e progride o próprio espírito.

Assim é a linguagem para quem julga a realidade das coisas; não para o gramático. (BOMFIM, 2006, p. 33-34).

Bomfim esclareceu aos leitores, já no prefácio à primeira edição de *Pensar e Dizer*<sup>46</sup> que seu estudo fora pautado no método interpretativo, pouco usual entre os psicólogos da época. Por meio de uma análise que primava pelo estudo das dimensões individual e social do sujeito, refutou as investigações que apresentavam pensamento e linguagem como elementos desconexos, e a linguagem como simples expressão do pensamento. Ao articular a história humana e as condições sociais ao substrato neurológico do indivíduo, contrapunha-se às pesquisas experimentais desenvolvidas em laboratório com o objetivo de compreender o pensamento humano.

Alertou para o fato de ter ultrapassado os limites da psicologia e adentrado em outros domínios, o que nos leva a crer que suas motivações ao escrever sobre linguagem excediam o próprio tema.

Em muita circunstância, parecerá que o pensamento transborda no assunto aqui estudado... É próprio da psicologia: se ela estuda o espírito humano, transbordará, e irá com ele, por todos os horizontes onde ele se projeta, ora, estética, ora, moral, ora, civilização, ora, política... tudo isto é psíquico. É bem no realizar do espírito que esta verdade se impõe – *humanum sum*... (BOMFIM, 2006, p. 37).

“Eu sou um ser humano”, e por isso complexo, amplo e não circunscrito a uma ou outra dimensão. Psicologia, política, estética, moral, civilização se entrecruzam e dialogam em seu texto, edificando uma estrutura propícia à apreensão de seu pensamento e ação enquanto intelectual.

Bomfim se propõe a estudar o papel e a importância do símbolo na vida consciente partindo do pressuposto de que a consciência humana se forma no meio social. A sociedade, segundo ele, é imprescindível à vida humana por três motivos: o ser humano depende da educação para receber as tradições sociais que lhe permitem sobreviver em seu grupo, já que não possui instintos naturais que o habilitam a este fim; a adaptação humana acontece tanto no meio físico quanto no meio social, sendo que o segundo exige maior grau de consciência por parte dos

---

<sup>46</sup> Prefácio escrito em novembro de 1922. (BOMFIM, 2006).

indivíduos e, por fim, pelo fato de a própria adaptação ao meio físico implicar em cooperação social entre os envolvidos, cooperação esta que garantiu a primazia da espécie humana sobre a natureza. (BOMFIM, 2006).

Mas por que razão Bomfim atribui tamanha relevância ao símbolo? Pelo fato de que, para ele, a tradução das ideias em símbolos é um atributo exclusivo dos humanos e ferramenta essencial para a vida em sociedade e desenvolvimento da inteligência. Não obstante, afirma:

[...] para bem compreender a formação e evolução dos símbolos, é indispensável ter em consideração dois aspectos primários da atividade psíquica: a associação das ideias e a lei da economia. O primeiro é de ordem estrutural; o segundo, de caráter dinâmico. (BOMFIM, 2006, p. 61).

Pela sua capacidade de associar ideias o ser humano transita mentalmente num vasto espaço rico em informações e conhecimentos conectados entre si. A simbolização, por sua vez, é apresentada por Bomfim como um tipo distinto de associação. Quanto ao símbolo, define-o com as seguintes palavras:

**O símbolo é geralmente uma imagem, um valor sensorial.** Só por exceção funcionam ideias como símbolos; mas, mesmo assim, há interferência de elementos sensoriais, porque, quase sempre, a representação evocada é imagem. **As ideias ocorrem geralmente em símbolos significativos.** O mecanismo da simbolização baseia-se essencialmente na associação. [...] **a formação dos símbolos inclui, de fato, comparações, metáforas, analogias, condensações...** Ora, tudo isso se realiza mentalmente, num **jogo de associações.** São elas que, finalmente, nos **impõem as imagens e governam as comparações e analogias.** (BOMFIM, 2006, p. 64, grifos nossos).

As palavras supracitadas levam-nos a refletir sobre o modo como Bomfim tem sido interpretado por parte da historiografia dedicada ao estudo de sua obra. Temos pontuado neste trabalho que o estilo de sua linguagem tem recebido críticas por parte de alguns intérpretes que concebem o uso de analogias organicistas pelos intelectuais como prática em vias de superação desde os fins do século XIX. Bomfim comumente comparava a sociedade a um organismo vivo, mas não no sentido de transpor as leis gerais da biologia ao mundo social, senão para evocar a imagem, impô-la de modo a causar impacto e facilitar a compreensão por parte dos ouvintes e leitores. Vejamos como ele próprio explica o papel do símbolo:

[...] por mais extensos e gerais que sejam, os nossos estados de consciência têm a tendência de unificar-se, e podem ser utilizados como unidades ou valores mentais; a unificação se torna explícita numa imagem-símbolo, e é o símbolo que se evoca quando o respectivo valor mental ocorre no pensamento. O exercício da memória nos dá demonstração muito expressiva do quanto vale a simbolização. As nossas lembranças incluem, muitas vezes, processos longos, num complexo relacionamento de representações. No entanto, utilizamo-nas normalmente como unidades mentais, porque **as lembranças correntes existem, sempre, ligadas a um símbolo, e é a ele que nos dirigimos quando queremos evocá-las. Os símbolos facilitam, e como que governam o exercício da memória;** é neles que reconhecemos explicitamente as lembranças. (BOMFIM, 2006, p. 66, grifos nossos).

Logo, o papel do símbolo é condensar as lembranças e proporcionar ao ser humano um acesso rápido aos registros complexos e abrangentes de sua memória. Para Luc Benoist (1975, p. 10), “[...] na ordem das ideias, um símbolo é um elemento de ligação pleno de intervenção e de analogia. Une o que é contraditório e reduz as oposições. Não podemos compreender nada, nem comunicar nada, sem a sua participação”.

A palavra enquanto símbolo pode trazer à tona imagens e, com elas, emoções e sentimentos. Utilizada para expressar, noticiar e persuadir, ela funda o humano, visto que somente aos seres de consciência foi dado o poder de convencer. Alguns aspectos do símbolo, incluindo-se as palavras, são destacados por Bomfim como primordiais à compreensão de seu papel no processo de cognição humana, bem como ao entendimento de seu uso no meio social.

Um símbolo deve ser uma representação sensorial e concreta da ideia que evoca e, necessariamente, deve evocar uma ideia, um conceito, um sentimento, a partir das associações feitas pelo indivíduo. Pode ter uma origem natural e representar diretamente ideias, ou não conter em si nenhuma relação direta com o que representa e evoca, tomando a forma de pura convenção. Por fim, Bomfim (2006, p. 86) exalta “[...] a utilização dos símbolos como excelente recurso de comunicação e expressão”.

É devido à capacidade de generalização do pensamento, essência do mecanismo de funcionamento mental humano que o símbolo é criado e significado como “[...] uma imagem, simbolizando uma categoria, ou generalidade de relações”. (BOMFIM, 2006, p. 50). Na criança ou no selvagem, exemplifica Bomfim, a

simbologia é diretamente representativa e atrelada ao mundo concreto, enquanto para o adulto, para o qual as abstrações complexas já são possíveis o símbolo adquire a característica de sinal convencionado.

A palavra, por sua vez, é apresentada por Bomfim como o símbolo superior. Se a essência do pensamento é a generalização, e esta se concretiza em forma de símbolos, dentre os quais a linguagem ganha destaque, infere Bomfim que a linguagem se funde ao pensamento e, portanto, ambos não podem ser estudados isoladamente. Além disso, não ressalta apenas a propriedade associativa da atividade psíquica como critério para a simbolização, mas a lei da economia, ou lei do menor esforço, por ele definida da seguinte forma:

A atividade psíquica, consciente, é essencialmente complexa e reformável; todas as suas reformas e modificações se fazem, rigorosamente, para corresponder a modificações do meio ou para tornar as reações e os movimentos mais fáceis, com economia de tempo e de força. Nuns casos, substituem-se completamente as formas e os processos, como aconteceu na transformação gradativa da escrita ideográfica em escrita fonética, ou na substituição do antigo sistema métrico decimal. Noutros casos, conservam-se as formas das reações, mas, por tendência natural, repetindo-se, tornando-se habituais, os atos simplificam-se no mecanismo, isto é, reformam-se, no sentido de se tornarem mais fáceis, exigindo menos esforço de atenção e contração muscular. Tal é o caráter dos atos que, pelo hábito, se tornam automáticos – fazem-se mecanicamente num mínimo de tempo, com um mínimo de trabalho muscular, e quase que inconscientemente, sem nenhuma atenção especial. (BOMFIM, 2006, p. 69).

É o que ocorre com o símbolo, prossegue Bomfim. A atenção humana é aliviada e os processos mentais, reduzidos. Substitui-se complexos encadeamentos por um único sinal, uma abreviação simples e de fácil compreensão.

A linguagem, no entanto, não se restringe à exposição aleatória de ideias, valores, conceitos, sentimentos. Ela é, sobretudo, uma prática social por meio da qual se disseminam propostas, projetos, argumentos, críticas, apologias. O símbolo, um elemento imprescindível que faz emergir de forma rápida o complexo conteúdo que contém em si. A força prática do símbolo possibilita, assim, o seu uso deliberado para fins variados, inclusive políticos.

Nos meios educacionais, quando utilizado – e vale ressaltar a sua recorrência na educação ao longo da história –, exerce a função de motivador e mobilizador, na medida em que promove a identificação da comunidade escolar com as ideias que

sintetiza. Israel Scheffler (1974) desenvolveu estudo sobre a especificidade da linguagem da educação e concluiu que os *slogans* educacionais são recursos comuns no meio acadêmico e que, diferentemente das definições, têm como objetivo impactar o maior número de pessoas, dispensando profundas reflexões. Atesta o autor que,

Em educação, os *slogans* proporcionam símbolos que unificam as ideias e atitudes chaves dos movimentos educacionais. Expressam e promovem, ao mesmo tempo, a comunidade de espírito, atraindo novos aderentes e fornecendo confiança e firmeza aos veteranos. Assemelham-se, assim, aos *slogans* religiosos e políticos e, como esses, são produtos de um espírito partidário. (SCHEFFLER, 1974, p. 46).

Contudo, ao tornar-se popular, o *slogan* pode esvaziar-se de sua essência e sentido original e até mesmo sofrer deturpação por parte de seus usuários, exigindo reavaliação de sua função prática e significação literal. Veremos adiante que Manoel Bomfim profere crítica similar à utilização dos símbolos de forma descontextualizada como estratégia para manutenção de ideias, atitudes e valores na sociedade. Essa crítica está diretamente relacionada ao papel que atribuiu ao intelectual como um problematizador e até destruidor de símbolos, discussão que aprofundaremos no próximo tópico deste estudo.

Bomfim lecionou Moral e Cívica na Escola Normal da capital até a extinção da referida cadeira, como já atestamos, assumindo na sequência a cadeira de Pedagogia e, posteriormente, a de Psicologia Aplicada. Ao professor de Educação Moral e Cívica, o conhecimento e estudo dos símbolos nacionais representava mais que uma questão de cunho pessoal. Para citar apenas um exemplo ilustrativo da relevância dos símbolos pátrios no contexto da Primeira República, mencionamos a festa da Bandeira realizada no Rio de Janeiro no ano de 1908, solenidade divulgada por meio de um manifesto que Sebastião Ferrarini (1979) apresenta em seu livro *Armas, brasões e símbolos nacionais*, trabalho organizado em comemoração aos noventa anos da bandeira do Brasil. Observemos o teor de parte do discurso:

**Concidadãos** – a bandeira da nossa Pátria é, certamente, adorada por todos os brasileiros. Não há coração de patriota que não sinta, ao contemplá-la, esse nobre alvoroço que nos despertam os grandes símbolos nacionais. Diante dela, cessam todas as divergências partidárias para ficar somente, e bem nítida, a imagem da Pátria, que

nos abriga a todos e em todos nós confia. (FERRARINI, 1979, p. 70, grifo do autor).

Esperava-se que a bandeira, enquanto símbolo evocasse o amor à pátria, a identificação com o país, que comovesse e fosse um elemento de integração nacional, capaz de dissipar as divergências e reunir todos em um só espírito.

A simbologia republicana é rica e um estudo aprofundado do tema excederia os limites desta pesquisa, mas cabe-nos destacar que Bomfim não somente utilizou o recurso do símbolo em seus textos, livros e discursos, como desenvolveu o estudo que ora analisamos sobre o símbolo e sua relação com o pensamento e a linguagem. A utilização que fazia do símbolo, portanto, estava fundamentada em substancial investigação.

Tal estudo não está de modo algum desvinculado de sua concepção de educação como formadora da personalidade, e da atividade psíquica como o esforço de adaptação das exigências internas do indivíduo às condições do meio, de modo a garantir a própria sobrevivência. (BOMFIM, 1928). O ser humano, para Bomfim, é passível de aperfeiçoamento ou “correção psíquica” porque sua estrutura cerebral é plástica e pode ser alterada sob a influência do meio.

Quasi sempre, são substituições determinadas pela educação, e que se ligam a intervenções intencionais, ou a influências quaisquer do meio. A substituição correctiva póde ser determinada: por uma imposição, que despreza a consciencia da criança, e lhe domina a acção; ou por uma sugestão, que procura captar a consciencia, e obter, a acceitação convencida e franca da modificação indicava. Dahi, os dous programmas educativos: o autoritario e o liberal. (BOMFIM, 1928, p. 329).

O programa educativo ao qual Bomfim aderiu pautava-se na sugestão como forma de “captar a consciência”, convencer o interlocutor e, assim, provocar as transformações de comportamento almejadas. Se o ser humano é educável pela capacidade plástica de seu aparelho cerebral, e se a educação intencional é vista por ele como eficaz na substituição de ideias e atitudes, o símbolo se constitui em profícuo recurso de intervenção política e educativa. Um símbolo inadequado, por sua vez, pode ser substituído por outro, haja vista que no aprendiz as possibilidades de desenvolvimento não estão esgotadas. Usado deliberadamente e de forma

estratégica, o símbolo teria o poder tanto de corromper quanto de elevar a consciência, de acordo com os fins aos quais fosse aplicado.

Nesse sentido, é elucidativa a discussão de Bomfim sobre as metáforas, sua evolução em forma de mitos e sua degradação, quando perdem o sentido original ou quando são elaboradas sem a sensibilidade ou inspiração necessárias para instigar e comover. Segundo Bomfim (2006), as metáforas costumam se tornar puros símbolos com o passar do tempo; por outro lado, teorias científicas e sistemas de ideias, quando transformados em metáforas ressaltam o significado dos símbolos, penetrando com mais avidez no pensamento. Eis a sua justificativa para o uso das metáforas, indício de que reconhecia esse recurso como eficaz na comunicação humana:

Vamos, com o nosso pensamento, por entre as realidades; nova conjuntura se apresenta em tal particularidade de aspectos, que já não é possível a ela ajustar as ideias comuns e dar regime comunicável, se não procuramos um modo mediato – figurado e metafórico – de aproveitar os valores mentais socializados. (BOMFIM, 2006, p. 340).

Metáforas e símbolos são elementos característicos da obra de Manoel Bomfim. As analogias são recorrentes, sobretudo aquelas que fazem menção ao universo que lhe era familiar enquanto médico: os seres vivos, a natureza, as doenças, os sistemas biológicos. Seu estudo sobre o símbolo abrange as diferentes manifestações simbólicas, desde as convencionais até as afetivas, desde os lemas, os emblemas até seu uso na poesia, no culto, na arte, na literatura, nas imagens, no vocabulário. Sobre os emblemas e sua utilização na sociedade de seu tempo, por exemplo, destacou que

Um dos aspectos característicos da vida moderna, nas grandes cidades, é essa profusão de emblemas, verdadeira luta de símbolos, e em que se tranluz a mentalidade típica de uma classe. Haveria, mesmo, uma vasta biblioteca a fazer, para conter a análise do simbolismo comercial, biblioteca curiosíssima, [...] pelo pitoresco do que subjaz nestes símbolos, desde a psicologia de finíssima argúcia, até a sandice e a definitiva estupidez. (BOMFIM, 2006, p. 146).

A superioridade da espécie humana não se restringiria à sua capacidade de pensar; era preciso considerar a propriedade de tornar objetivos os estados de consciência por meio do símbolo. (BOMFIM, 1928). Observemos que Bomfim

atribuiu à “psicologia de finíssima argúcia” o uso adequado dos símbolos, em contraposição às “sandices” e à “estupidez” daqueles que faziam uso do recurso sem o devido preparo. O conhecimento adquirido em psicologia daria condições ao intelectual de intervir na realidade de modo eficaz.

Não obstante, na ausência de uma análise de sua produção sobre psicologia e pedagogia salta aos olhos do pesquisador da obra de Manoel Bomfim a paixão expressa em símbolos nas sua mais variadas representações: metáforas; palavras; emblemas; histórias; personagens; analogias como a que se segue, empregada pelo autor para criticar as relações de exploração estabelecidas pela metrópole com o Brasil e suas consequências para o desenvolvimento do país: “Mais presos a esses antecedentes do que a qualquer túnica infecta – covarde represália de vencido, sufremos e sufocamos, sem outra perspectiva de cura que a de arrancar a infecção com as carnes contaminadas”. (BOMFIM, 1986, p. 58).

Não se trata de uma transposição das leis naturais para a vida em sociedade, mas de um recurso de linguagem utilizado por um estudioso da psicologia que compreendia o psiquismo humano e a capacidade dos indivíduos de sintetizar conceitos complexos em simples sinais. Entretanto, reconhecia as particularidades da vida em sociedade e refutava as teorias da sociedade-organismo, bem como as suas analogias. Em sua perspectiva,

Não ha duvida que a sociedade é uma organização viva; e nisto se resume a sua aproximação relativamente aos complicados seres biologicos. Nem pela estrutura dos respectivos órgãos, nem pela distribuição das funcções, nem pela natureza das relações intimas, nem pelo processo de formação, podemos comparar o conjunto social a um organismo biologico, principalmente aos individuos das elevadas especies zoologicas. (BOMFIM, 1928, p. 346).

A comparação restringia-se ao fato de serem, sociedade e seres biológicos, organizações vivas. Corrupção é apresentada como infecção, parasitismo, doença que contamina e apodrece a carne, ou seja, a sociedade. São símbolos utilizados para comunicar, linguagem figurada formulada a partir de “[...] valores mentais socializados”, como afirmou o próprio Bomfim (2006, p. 340).

Ausência de objetividade? Excesso de paixão? Ingenuidade? Poderia um intelectual com tais características promover ações efetivas para a modernização do Brasil naquele contexto de transformação? Teria sido Bomfim mais movido pelo

sentimento que pela lógica e secundarizado suas intencionalidades políticas em nome de um patriotismo exacerbado? Ou seria esse mesmo ufanismo a própria estratégia para materialização de suas intenções políticas?

É o que abordaremos a seguir, dando prosseguimento ao debate sobre a relação de Manoel Bomfim com os símbolos e apresentando-o como um intelectual iconoclasta a combater os símbolos representantes da tradição oligárquica brasileira.

### 3.3. A função social do intelectual iconoclasta

Caberá, neste tópico, uma explanação acerca do surgimento da figura do iconoclasta na história do Ocidente, o que faremos adiante. Antes, queremos apresentar a relação do estudo de Manoel Bomfim sobre o símbolo com o papel que atribuiu aos intelectuais de seu tempo, papel que, a nosso ver, foi assumido por ele próprio nas ações políticas que promoveu e na escrita de sua obra.

As ideias sustentam-se na experiência, afirmava Bomfim (2006), e os valores mentais são sempre relativos porque nascem de uma necessidade histórica datada. Os sujeitos produzem os seus próprios símbolos, de acordo com as expectativas e demandas de seu tempo e os consomem até o esgotamento. Bomfim (2006) cita como exemplo a filosofia grega e atesta que

[...] se houvéramos de comparar, uma a uma, as substâncias de pensamento em que os gregos fizeram a sua filosofia, com os correspondentes valores atuais, verificaríamos que nenhum poderia ser considerado idêntico, através de 23 séculos. Mesmo no caso de ideias constantes, no primeiro plano das realidades: *terra, sol, homem, vida, luz, planta, dor...* cada uma dessas tem, para nós, uma significação bem diferente daquela em que servia, no decorrer de então. (BOMFIM, 2006, p. 364).

O que se altera, portanto, é o significado das palavras, das ideias, dos valores, dos símbolos. Formular ideias e objetivá-las em forma de símbolos seria, para Bomfim, especificidade humana que denotava a extraordinária superioridade da espécie, mas que, em contrapartida, exigia um olhar atencioso por parte do intelectual, tendo em vista dois aspectos:

1º) as ideias existem, praticamente, nas formas de seus símbolos e se movem sob a intrincada tessitura por eles formada; 2º) as

condições naturais de nossa inteligência tornam necessária essa constante reforma de valores mentais, mas as ideias, sobretudo as de acentuada repercussão no pensamento, tendem a conservar-se, a persistir, como acontece a tudo o que existe. (BOMFIM, 2006, p. 364).

Os símbolos, enquanto síntese de complexas associações mentais carregavam em si valores importantes e válidos para a organização social, mas careciam de renovações constantes porque condensavam ideias relativas, ou seja, temporais e questionáveis. Entretanto, dada a tendência humana de conservar ideias “de acentuada repercussão no pensamento” um problema se impunha: a persistência do símbolo.

A iniciativa de manter um símbolo intacto, mesmo reconhecendo a sua influência no imaginário popular e tendo consciência de que a ideia propagada por meio dele se fazia alheia à realidade foi denunciada por Bomfim como estratégia dos grupos conservadores para sua permanência no poder. É nesse sentido que a função social que atribuiu ao intelectual torna-se relevante para a compreensão de seu posicionamento na luta pela modernização da sociedade brasileira. Para Bomfim (2006, p. 365, grifos nossos),

[...] todo verdadeiro reformador e inovador de pensamento teve que ser um revolucionário, porque **toda renovação de ideias exige o despedaçar dos símbolos**, em que se abrigam e se defendem os valores que devem ser substituídos, e em que **o passado procura resistir e conservar-se**. Assim, em símbolos, de cada época tem de ficar-nos uma idolatria (*eidolon* – símbolo); por isso, **o portador de novas ideias se realiza em iconoclasta e destruidor**, para ser eficaz.

Afigura-se como divergente a afirmação de Bomfim de que o reformador deveria ser um revolucionário. Ela nos remete à reflexão sobre o tipo de revolução que propunha: uma revolução contra a ordem ou uma revolução dentro da ordem? (FERNANDES, 1984). Parece-nos que o ato de revolucionar, no sentido exposto por Bomfim, está diretamente ligado à ação de destruir deliberadamente, não a estrutura de sustentação da sociedade de seu tempo, senão os valores simbólicos que ratificavam aquele modelo societal.

Bomfim propõe “o despedaçar dos símbolos” e a substituição dos valores atrelados ao passado. Não defende a transformação estrutural da sociedade, porém,

considera que os símbolos a serem substituídos representavam ideias mortas e antidemocráticas a serem atacadas sob a pena de estagnação social.

Todavia, para o entendimento do papel que atribuiu ao intelectual importa discorrermos sobre a figura do iconoclasta, os desafios que assumiu no percurso da Idade Média e sua relação com os símbolos. Foi em Bizâncio, nos séculos VIII e IX que a história ocidental vivenciou uma crise que teve na imagem o cerne de um longo conflito político. Na arena, os iconoclastas, contrários ao culto à imagem e iconófilos, favoráveis a essa prática.

O poder eclesiástico, sobretudo por meio dos símbolos religiosos, ameaçava os domínios do imperador Leão III e, posteriormente, de seu filho Constantino V. Constantinopla torna-se palco de um debate religioso e passional em torno da proibição ou da manutenção dos ícones cristãos. De acordo com Marie-José Mondzain (2013), instituiu-se, assim, o movimento iconoclasta cujos defensores, membros da Igreja, não se opunham aos seus preceitos, exceto ao culto às imagens por considerá-lo prática de idolatria, uma vez que o concreto não poderia, a seu ver, representar o imaterial, o sagrado, o eterno, o invisível. Na contramão do movimento surgem, então, os iconófilos a defender a legitimidade do ícone religioso como transfiguração do sagrado. A Igreja não tardara em resistir às iniciativas imperiais para minar o seu poder simbólico.

A crise do iconoclasmo em Bizâncio foi, essencialmente, uma crise política constantinopolitana, isto é, uma crise daquilo que fundava simbolicamente a autoridade. A crise disse respeito à própria concepção do poder no nível das mais altas instâncias hierárquicas. (MONDZAIN, 2013, p. 17).

Observemos que Mondzain (2013) refere-se a uma disputa pela autoridade a partir de fundamentos simbólicos. A autora destaca que ambos os polos foram “apaixonados” e “apaixonantes” (MONDZAIN, 2013, p. 16) porque imperador e patriarca aspiravam, ao mesmo tempo, convencer a sociedade de que sua luta era a luta do bem contra o mal pela salvação ou condenação da humanidade.

O iconoclasta denuncia o culto às imagens e propõe a destruição dos símbolos representantes do sagrado no mundo material. Em contrapartida, é reputado pelos iconófilos por

[...] ateu, acusador de Cristo, apóstata, incrédulo, blasfemador, cristômaco, criminoso, perturbado, destruidor, difamador, idólatra, herege, fora da lei, impuro, ímpio, impiedoso, indócil, incrédulo, infame, ingrato, instável, iníquo, judeu de coração, malfeitor, perjuro, perverso, saqueador, politeísta, profanador, sacrílego, celerado e sujador, teômaco, violador, violento... Todas essas palavras estão aí para descrever o inimigo da economia teológica e cristológica, isto é, da economia constitutiva da doutrina cristã e da religião correta. (MONDZAIN, 2013, p. 147)<sup>47</sup>.

Por declarar oposição à tradição católica, o iconoclasta, embora detentor de poder político e partícipe da fé cristã foi julgado como incrédulo. Não obstante o fato de ter lutado “em nome de Deus”, ele atacava o alicerce da Igreja, a saber, os símbolos que, absorvidos no imaginário popular garantiam a manutenção de um poder historicamente estabelecido.

Na Primeira República, embora a participação popular no processo de transição do regime não tenha sido expressiva houve mobilização de determinados setores da sociedade (CARVALHO, 1990) e, de modo similar ao ocorrido na Idade Média, um embate ideológico foi levado a termo. A luta simbólica, no entanto, não é premissa dos primeiros republicanos brasileiros porque “[...] o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder”. (CARVALHO, 1990, p. 9).

Carvalho (1990) confirma que os modelos de sociedade preconizados pelos intelectuais do Brasil após 1889 não se conformavam a padrões científicos rigorosos. Caracterizavam-se, pois, pelo teor utópico e idealista que perpassava as correntes teóricas influentes do período: o positivismo; o liberalismo e o jacobinismo.

No caso do jacobinismo, por exemplo, havia a idealização da democracia clássica, a utopia da democracia direta, do governo por intermédio da participação direta de todos os cidadãos. No caso do liberalismo, a utopia era outra, era a de uma sociedade composta por indivíduos autônomos, cujos interesses eram compatibilizados pela mão invisível do mercado. Nessa versão, cabia ao governo interferir o menos possível na vida dos cidadãos. O positivismo possuía ingredientes utópicos ainda mais salientes. A república era vista dentro de uma perspectiva mais ampla que postulava uma futura

---

<sup>47</sup> A autora citada traduziu do grego os *Antirréticos* escritos por Nicéforo, um iconófilo nascido em meados do século VIII, no reinado de Constantino V. Nicéforo representou o poder do patriarca e foi um adversário do imperador iconoclasta, envolvendo-se no fervoroso debate medieval em torno da legitimidade da imagem religiosa.

idade de ouro em que os seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada. (CARVALHO, 1990, p. 9).

Como detentores de projetos modernizadores peculiares, cada grupo buscava, a seu modo, propagar suas ideias, gerar identificação na população e comprovar a superioridade de suas propostas, contrapondo-as às demais. Há que se considerar, ainda, as divergências entre intelectuais partidários de uma mesma vertente teórica, posto que não havia hegemonia dentro dessas escolas.

O liberalismo progressista da República Velha sustentava uma proposta intimidada pelo peso da tradição, ou seja, pela correlação de forças antagônicas ao projeto. Sua ruína com a Revolução de 30, portanto, não foi a ruína de um ou outro intelectual, mas resultado de um complexo de forças influentes que acabaram por sufocar seus opositores. Assim, como concluiu Cunha (1986), o desdobramento da proposta no plano pedagógico foi essencialmente bem sucedido com a Escola Nova e seu manifesto de educação para a cidadania, além da criação de universidades fundadas sob a égide da modernidade.

A sociologia, sobretudo a escola francesa de Émile Durkheim (1858-1917) ofereceu um importante contributo à nova configuração do liberalismo. De acordo com Merquior (1991), Durkheim, apesar de defensor do individualismo e da liberdade, estudou a anomia (ausência de normas) na sociedade moderna e fortaleceu o princípio da solidariedade social. (DURKHEIM, 1977). Em fins do século XIX, sob a influência do caso Dreyfus<sup>48</sup>, a sociedade francesa e todo o Ocidente passam a refletir com mais atenção sobre a moral moderna e o papel do Estado, questões candentes na obra de Bomfim, que buscou um ponto de intersecção entre o individualismo e o bem comum, entre a liberdade e a necessidade de normas sociais, como se pode verificar na citação abaixo:

A liberdade não é vaidade, nem o isolamento. Ser livre é, antes de tudo, escapar da escravidão que a ignorância impõe, da escravidão que em nós mesmos reside, e trazer a inteligência a iluminar os atos

---

<sup>48</sup> Referência à condenação do oficial judeu Alfred Dreyfus (1859-1935), acusado de espionagem em favor da Alemanha. O caso ocorreu na França no ano de 1894 e Dreyfus foi deportado para a Ilha do Diabo. Contudo, a sentença foi revista e o oficial foi indultado em 1899 pelo presidente Émile Loubet. As polêmicas em torno da probidade da acusação se estenderam até a sua morte, expressando-se na imprensa e dividindo a opinião da intelectualidade francesa. Sobre o Caso, sugerimos: ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

e a vida; ser livre é compreender que a injustiça é o mal, e que a ordem social não deve ser a ordem exterior, prepotente, instável, resultando de uma imposição tirânica, mas sim o acordo normal de todas as aspirações. “Ser livre é elevar-se à ideia do bem superior, geral, humano, que só pode ser realizado pelo concurso de todos, pela solidarização de todos os esforços; é fazer-se obreiro deste ideal, querê-lo, buscá-lo. Assim, o indivíduo é verdadeiramente autônomo, sem, no entanto, entrar em conflito com as atividades estranhas e bem dirigidas; lutará, apenas, contra o mal. A verdadeira liberdade não é fantasia sem regras; ela não existe sem o exercício pleno da inteligência; consiste em dar um fim à vida, em conformar-se com ele. (BOMFIM, 2008, p. 282).

Do excerto anterior podemos destacar alguns aspectos fundamentais do pensamento radical de Bomfim. Se liberdade não é isolamento, mas a compreensão de estar inserido em uma sociedade nem sempre guiada pelo princípio da justiça, e se ser livre é concorrer para o bem comum e se solidarizar com a coletividade, inferimos que Bomfim problematizou o individualismo característico do liberalismo tradicional. Além disso, afirmou que o mal é a injustiça e que, ao combatê-lo, expurga-se a sociedade, ideia que o distancia da corrente socialista e sua proposta revolucionária. Em Bomfim há a crença na regeneração da sociedade capitalista, pressuposto inconcebível entre os socialistas.

Como maior expressão da frente liberal da Primeira República podemos citar Rui Barbosa. Este célebre polímata brasileiro defendeu os direitos sociais como desdobramento dos direitos individuais e advogou pela universalização das conquistas materiais que o mercado competitivo produzira. Suas propostas expressam otimismo frente às mudanças que favoreciam a coletividade em detrimento do rígido individualismo próprio do liberalismo conservador. (LACERDA, 1960).

Em que pese a singularidade do Brasil em relação à industrialização e ao processo de modernização nas primeiras décadas do século XX, cabe afirmar que alguns intelectuais brasileiros não ficaram alheios às propostas de cunho social que circulavam pelo Ocidente, embora as condições político-econômicas não fossem favoráveis a reformas profundamente radicais. Contudo, os temas sociais permaneceram na agenda desse grupo que, de acordo com Ubiratan Borges de Macedo (1997), viu-se limitado diante da estrutura social e das determinações impostas pela Constituição.

Bomfim defendeu o seu projeto modernizador: uma sociedade urbanizada, industrializada e dirigida por governantes comprometidos com a instrução popular como elemento fundante da democracia. (BOMFIM, 1904; 1918; 1932; 1996; 1997; 2003; 2013). Ao afirmar que o “[...] o portador de novas ideias se realiza um iconoclasta e destruidor [...]” (BOMFIM, 2006, p. 365) define o seu próprio modo de enxergar a história e de se posicionar diante dela. A sociedade de seu tempo se sustentava em valores simbólicos obsoletos e caberia ao intelectual atacá-los, desvelando o seu caráter conservador na tentativa de promover mudanças. Esse esforço se fazia necessário em vista do uso intencional que determinados grupos faziam do símbolo. Bomfim (2006, p. 365) os denunciava, alegando:

Antes que o símbolo seja casco inteiramente vazio, o formalismo, espécie mais estúpida no conservantismo, injeta-se-lhe nos primeiros espaços, mumifica a ideia, dando-lhe o aspecto de abantesma, o que nos leva, muitas vezes, a esse quase ridículo de lutar contra fantasmas, e ter de os derruir.

O intelectual iconoclasta, portanto, ao destruir símbolos estaria destituindo “fantasmas” que se mantinham presentes no imaginário popular. Como o iconoclasta medieval que refutava os ícones sagrados responsáveis pela vasta influência da Igreja, ele compreendia que o embate político na Primeira República excedia os domínios da ciência e da racionalidade e que o poder se mantinha, de fato, entre os que dominavam a arte de influenciar por meio dos símbolos.

Não se trata, a nosso ver, de um posicionamento de rejeição ao símbolo. Pelo contrário, pois Bomfim fez uso deliberado desse recurso, como temos defendido. Seus estudos sobre o símbolo o capacitaram a compreender a especificidade da aprendizagem humana – pensar a partir de símbolos – e, com base nessa constatação, confrontar o conservadorismo patente em sua época. Além disso, o instrumentalizaram a criar símbolos e a defendê-los por meio de metáforas, histórias e personagens consonantes com o seu projeto modernizador.

Bomfim (2006) cita exemplos de símbolos que se mantinham no tempo e que, devido ao hábito, à má vontade e a interesses particulares continuavam a evocar emoções, gerar medo e induzir comportamentos. O direito de punir as crianças é um deles. Considerado por Bomfim como um problema para a vida social, essa prática teria conotação simbólica e por isso a dificuldade de superá-la.

É interessante notar que, nas histórias infantis que escreveu<sup>49</sup>, os adultos cujos comportamentos são apresentados como modelares primam, na relação com as crianças, pelo estabelecimento de diálogo e tomada de consciência, sem o uso de castigos físicos. Implicitamente, Bomfim está, ao mesmo tempo, negando a eficácia do modelo educacional punitivo, encarnado como símbolo no imaginário popular, e fortalecendo simbolicamente outro padrão educacional que julgava condizente com o momento histórico.

A República exigia a formação de sujeitos ativos, comunicativos e dinâmicos para a vida cidadina e o mercado de trabalho e uma educação pautada no medo não possibilitaria o exercício dessa função. A leitura de *Através do Brasil* e de *Primeiras Saudades*, desconectadas dessa dimensão política da obra de Bomfim pode levar o leitor a crer que se trata de um autor ingênuo e romântico por ter criado personagens exemplares e alheios à realidade.

Outro exemplo de símbolo “fossilizado” citado pelo autor é a palavra ordem que, graças à influência positivista teria adquirido um poder sobrenatural entre os brasileiros. “Um mágico poder consagrou o conceito, cristalizando-lhe o valor; e, como cristalização produzida num organismo vivo, eis a ordem, como pedra ou cálculo, no seio da vida social, a entorpecer-lhe o movimento”. (BOMFIM, 2006, p. 366).

Bomfim novamente se utiliza da metáfora do organismo vivo para representar os danos que a cristalização de uma ideia pode causar à sociedade. Utiliza-se também de referências aos ciclos da natureza para comprovar a impossibilidade da manutenção perpétua da ordem, e reforça: “Mas os nossos conservadores precisam de ordem definitiva, para o seu definitivo viver e gozar, e, com isto, dão ao respectivo símbolo toda vida que podem dar”. (BOMFIM, 2006, p. 367).

Em outros casos, assevera Bomfim (2006, p. 367), os “retardatários de pensamento” apropriam-se dos símbolos e lhes atribuem outro significado, deturpando seu sentido original. Pátria, direito, liberdade, justiça, Deus podem, assim, ganhar sentido próprio e até oposto, mantendo-se no imaginário da sociedade por séculos e obstaculizando qualquer movimento de mudança. A proposta de Bomfim, como intelectual iconoclasta é descrita na citação a seguir:

---

<sup>49</sup> Referência aos livros *Através do Brasil* (BILAC; BOMFIM, 2000) e *Primeiras Saudades* (BOMFIM, 1920).

Quebrem-se tais símbolos, refaça-se a simbólica, quando a ideia se refez e se apurou, e terão cessado muitos dos equívocos, que são para a história do pensamento o transunto dos piores momentos. Verifica-se que as consciências devem existir e realizar-se na tessitura dos símbolos, em que se faz a atividade do espírito, mas também se verifica que essa tessitura pode chegar a abafar e embaraçar o pensamento. Será preciso rompê-la toda vez que ela pretenda suplantá-lo o espírito. (BOMFIM, 2006, p. 367).

O símbolo é profícuo quando submetido à razão, mas pernicioso enquanto instrumento de manipulação pelos grupos conservadores. Pelo seu poder de mobilizar emoções e persuadir deve ser usado para fins democráticos e não para cegar o entendimento e amedontrar, assevera Bomfim.

Quanto ao papel do intelectual, vale ressaltar a particularidade dessa categoria social e sua relação com o pensamento e a linguagem na perspectiva de Bomfim. O intelectual, na obra bomfiniana é apresentado como o sujeito responsável por pensar em prol da coletividade e, mais que isso, promover ações que repercutam em mudanças positivas. Considerava que,

Nas condições do viver humano, há categorias de pessoas, com a função explícita de pensar para a comunidade. Sábios, filósofos, artistas, inventores... são inteligências votadas a essa missão: organizar os conhecimentos, formular os moldes de ação, sugerir os tons de sentimentos, definir os modelos de afetos, e, de tudo isto, inferir as normas do viver humano. Eles pensam o necessário, para que se possa realizar, humanamente, o comum dos espíritos. Neles, a atividade psíquica é, essencialmente, uma atividade de pensamento; ora, o pensamento só existe, quanto aos efeitos sociais, se está realizado e pode ser apreciado no seu aspecto sensível, a linguagem, que seja a linguagem propriamente dita, seja a linguagem artística, pois que toda arte e expressão é linguagem. (BOMFIM, 2006, p. 32).

Vemos, assim, que a linguagem é compreendida por Bomfim como a ferramenta do intelectual para agir no meio em que vive. Porque sua função é eminentemente pensar e, a partir dos pensamentos “formular modelos de ação” e “inferir as normas do viver humano”, a linguagem, em suas diferentes manifestações é para ele estratégia de intervenção na realidade. É com base na linguagem que o intelectual organiza a cultura, reforçando símbolos, destruindo-os ou mesmo os criando por entender que o agir humano, em cada momento histórico, é motivado por crenças, valores, paixões, medos e hábitos sempre mutáveis.

O intelectual iconoclasta é, portanto, aquele que reconhece a linguagem como elemento de persuasão e domínio simbólico e posiciona-se declaradamente como um contestador a problematizar a legitimidade das “verdades” de seu tempo. Não é ao acaso que incomoda, como não é fortuita a irritação de Sílvio Romero após a publicação de *A América Latina: males de origem*. Os vinte e cinco artigos escritos por Romero, eminente representante da tradição que Bomfim atacava pode ser um indicador de que o objetivo fora atingido: desequilibrar as estruturas da oposição.

Aguiar (2000) acredita que um posicionamento mais incisivo por parte de Bomfim teria lhe garantido maior reconhecimento no meio intelectual da época e mesmo posteriormente. Contudo, ao intelectual iconoclasta não cabe contemporizar e sim gerar polêmica, suscitar dúvidas. Bomfim não se defendeu, a não ser por uma única e breve carta escrita em resposta a Romero porque aquele era seu projeto. Em outras palavras, não houve malogro porque o plano materializou-se e seu idealizador, por conseguinte, foi bem sucedido.

Não há em Bomfim excesso de passionalidade, senão enquanto projeto de intervenção social. Não há ausência de argumentos ou motivação para enfrentar os cânones da época e sim uma definição clara de como fazê-lo. Não por diálogo, mas pelo ataque deliberado. Assim como na Idade Média, quando os iconoclastas foram verbalmente atacados pelos iconófilos, o intelectual iconoclasta conta com a reação do opositor porque tem consciência de que está a refutar estruturas consolidadas historicamente. A ressonância entre os conservadores, portanto, há que ser esperada.

Nessa perspectiva, a obra de Manoel Bomfim deixa de ser vista como uma voz silenciada apenas. Ainda que coibida, essa voz cumpriu a função para a qual se propôs, qual seja, confrontar outras vozes e contribuir para a desestabilização do edifício simbólico que sustentava a política conservadora das primeiras décadas republicanas. Bomfim radicalizou propositadamente o discurso e não pode, por isso, ser reputado por ingênuo.

### **Considerações finais**

A particularidade da linguagem de Manoel Bomfim, expressa especialmente em seus escritos tem sido ressaltada por estudiosos de sua obra. Por ter produzido

uma obra que se propôs a impugnar “verdades” estabelecidas em seu tempo, o autor transmite a imagem de um crítico revoltoso e apaixonado, pouco movido pela lógica e até ingênuo, como se suas ações político-pedagógicas fossem esvaziadas de projeto social.

Na primeira parte desta seção apresentamos o debate da historiografia em torno dessa temática para, na sequência, discorrermos sobre o estudo desenvolvido por Manoel Bomfim sobre o papel do símbolo no pensamento e na linguagem. Quisemos, com isso, promover uma reflexão acerca da seguinte problemática: Bomfim, como um estudioso da psicologia e do símbolo como especificidade do pensar humano teria lançado mão de uma linguagem particularmente simbólica movido apenas pela paixão à causa da democracia? Tendo consciência do debate afeto à legitimidade da ciência que se pretendia neutra naquele momento, por que razão optou por discutir questões de natureza científica com acentuada parcialidade?

A investigação possibilitou-nos um olhar distinto para a questão. Manoel Bomfim demonstra em seus estudos que o ser humano é capaz de pensar a partir de símbolos graças à faculdade de fazer associações mentais e reger-se intelectualmente pelo princípio da economia. O símbolo, para o autor, é apresentado como elemento imprescindível ao estudo da relação entre pensamento e linguagem e, por conseguinte, à compreensão da dinâmica da vida em sociedade.

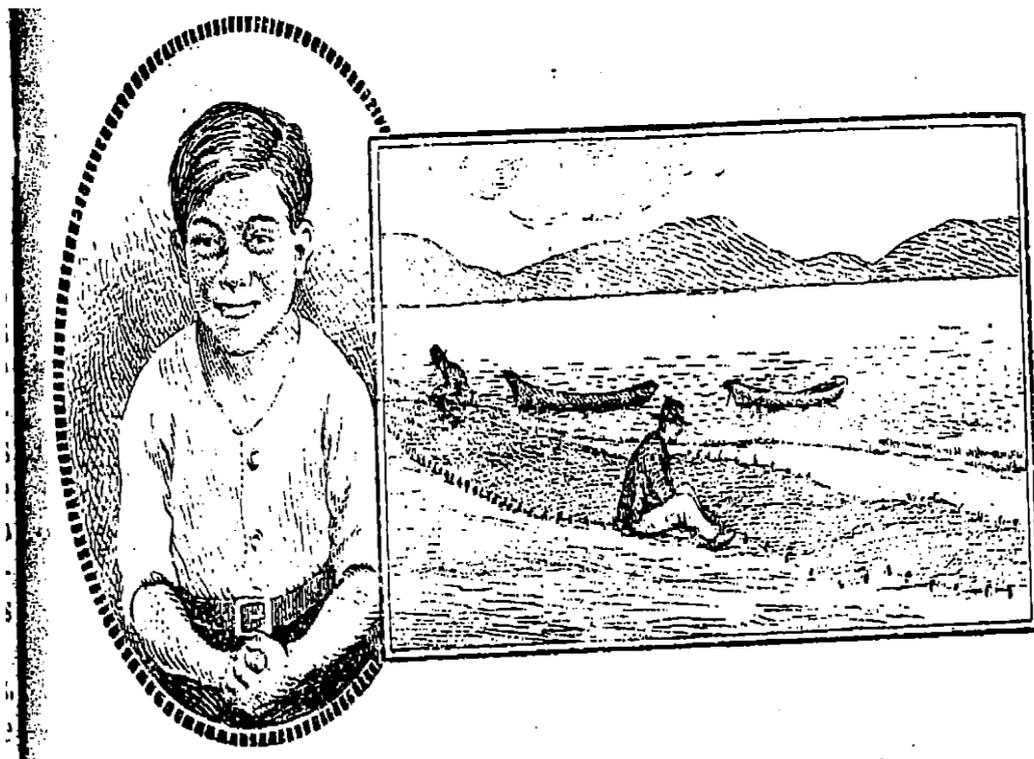
Para Bomfim, o símbolo está presente em toda a obra humana e toda a história da civilização é a história do símbolo. Por atribuir acentuada relevância ao meio social no processo de adaptação do indivíduo à sociedade, a linguagem em todas as suas formas de expressão é vista como fundamental para o desenvolvimento da espécie.

A historiografia foi representada no início desta seção pelo pequeno Alfredo. Jovem e curiosa dedica-se a interrogar os “mais velhos” na tentativa de desvendar o mundo, explorar novos horizontes e ampliar conhecimentos. Por vezes indiscreta, lança-se ao desconhecido e encontra, a cada nova experiência, diferentes formas de enxergar a realidade. Quando despida de preconceito, assim como Alfredo, percebe com facilidade a beleza dos caminhos trilhados.

As questões debatidas nesta seção serão aprofundadas na próxima, na qual abordaremos a relação entre cultura popular, educação e identidade nacional no projeto modernizador de Manoel Bomfim. Suas críticas ao uso inadequado do poder

simbólico pelos grupos dirigentes são imprescindíveis para a compreensão de seu posicionamento enquanto intelectual iconoclasta.

#### 4. O BRASIL DE JUVÊNIO: CULTURA POPULAR, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL NO LIMIAR DA REPÚBLICA



*“Camillo, filho de um pescador, tinha aspecto vivo, ar inteligente e bom.”*

(BOMFIM, 1920, p. 51)

“Foram-se os tempos felizes,  
Mas outros dias virão;  
E eu cantarei mais alegre,  
Ao lembrar o meu sertão...”. (BILAC; BOMFIM, 2000, p. 112)

Olá! Eu aqui cantando na estrada e nem me dei conta de que vosmecê estava aí a me observar.

E então, como vai? Sou o Juvêncio e tenho quase dezessete anos já. Gosto de andar assim como vês, com meu paletó e minha calça de algodão riscado, minha camisa branca e meu chapéu de couro vermelho. Sou um caboclo simpático, como dizem, porque vivo a sorrir e a cantar e mantenho os olhos curiosos a tudo o que me passa à frente.

Numa tarde feliz a caminho de Vila Nova da Rainha, numa de minhas andanças, conheci Carlos e Alfredo, dois irmãos à procura do pai adoecido. O pequeno Alfredo estava exausto e com sede e Carlos, sem saber exatamente o que fazer, buscava meios para acalmar e revigorar o irmãozinho. Comoveu-me aquela situação e aquela união que eu, andarilho nessa vida, até então desconhecia. Tratei, então, de acompanhá-los e ajudá-los como podia, e assim nos tornamos grandes amigos.

Somos diferentes, é verdade, mas um profundo amor nasceu entre nós e hoje nos apoiamos em tudo. Carlos acha que tenho a fisionomia franca de uma pessoa sincera, interessada, de quem se compadece do próximo. Ele sempre usa essas palavras bonitas com muita facilidade. Alfredo diverte-se comigo e pergunta-me coisas sobre a vida e sobre a natureza, com a curiosidade que lhe é própria.

Aprendi desde cedo a defender-me. Ando pelo mato e pelas estradas e já não me espanto com os perigos, com as cobras, com a falta de comida, de água ou de lugar para dormir. Sigo cantando, sorrindo, atento e buscando formas para resolver os problemas do dia a dia, um de cada vez. Foi assim que sempre me virei: trabalhando aqui e ali, ajudando e sendo ajudado, fugindo quando necessário e tenho passado esses meus conhecimentos aos meus novos amigos agora.

Sabe... eu conheço todos os costumes dos sertanejos que cultivam roça e criam gado para sobreviver com fartura até o tempo das secas, quando muito animal e muita gente morre ou muda para outros lugares menos quentes. O sertanejo é um povo honrado, bondoso, leal e hospitaleiro!

Não tenho pai nem mãe. Meu pai era vaqueiro e morreu ao cair de um cavalo no trabalho; minha mãe adoeceu das bexigas e se foi logo em seguida. Fui criado por padrinhos amorosos que me ensinaram a ler e a escrever e me prepararam para o ofício de ferreiro, até que meu padrinho veio a falecer e minha madrinha casou-se com um homem rude, bêbado, preguiçoso e interesseiro. Fiquei perdido, sem ter para onde ir depois disso, e por isso ando cá e lá. Pretendo chegar à Bahia para viver em paz com minha madrinha que agora vive só a fugir daquele desalmado.

É... reconheço que minha história não é assim tão divertida para um menino da minha idade, mas não pense que sou infeliz por isso. Como lhe disse, sigo cantando, fazendo amigos e trabalhando, com a esperança de que tudo irá se ajeitar a seu tempo.

Agradeço a companhia e fico feliz em conhecer vosmecê.

O que mais nos ocorreu durante a viagem? Será preciso que leiam *Através do Brasil* porque agora vou preparar nossa refeição do dia: peixe assado na fogueira com farinha, um naco de carne-de-sol mais os biscoitos que os meus amigos trouxeram. Parece bom, não é? Hum... “[...] falei tanto, que já estou com fome outra vez...”. (BILAC; BOMFIM, 2000, p. 142).

Até um dia!

“Foram-se os tempos felizes,  
Mas outros dias virão...”

#### **4.1. O Brasil para os brasileiros**

As pesquisas desenvolvidas sobre Manoel Bomfim e seu projeto de nação analisadas para a produção desta tese, como já mencionado, privilegiam determinados temas característicos da Primeira República. Nesta seção analisamos os debates em torno da necessidade de construção da identidade nacional a partir da Proclamação da República, buscando cotejar o pensamento de Manoel Bomfim com o de alguns de seus contemporâneos. Buscamos problematizar o modo como alguns pesquisadores interpretam o envolvimento de Bomfim no referido debate.

Manoel Bomfim foi um intelectual envolvido com o movimento de valorização da cultura popular brasileira, mas para que se compreenda seu posicionamento é

preciso situá-lo no grupo ao qual pertenceu, visto que o conceito de cultura popular não é unívoco, assim como não o são as relações dos intelectuais com o modo de pensar e de viver do povo.

Marilena Chauí (2009) apresenta três vertentes consolidadas no decorrer da história ocidental, mais especificamente a partir do século XVIII, que assumiram perspectivas distintas em relação à cultura popular. São elas: a Ilustração Francesa, o Romantismo do século XIX e os populismos do século XX.

A primeira vertente vincula cultura popular ao atraso, à tradição, à superstição e à ignorância e propõe uma “correção” via educação escolar; a segunda, concebe cultura popular como a cultura genuína porque proveniente do povo bom, generoso e justo, pelo que propõe a sua preservação; a terceira, por sua vez, adere à visão romântica na medida em que vê a cultura popular como algo valoroso, mas defende a necessidade de se atualizar o pensar e o agir do povo como forma de se evitar a estagnação e o atraso e promover o progresso. Nesse sentido, a ação pedagógica do Estado far-se-ia imprescindível, ou para conscientizar o povo, formando-o para uma consciência revolucionária, ou para garantir a sustentação do Estado a partir de uma cultura popular amoldada às necessidades e demandas nacionais.

Bomfim pertenceu à terceira vertente. Sua obra e ações políticas convergiram para a valorização do elemento nacional e da cultura popular, mas de forma alguma prescindiu da defesa da escolarização das massas como critério para se superar o atraso cultural do país. Para ele, a ausência de um projeto educacional republicano cerceava as possibilidades de fazer do Brasil um país independente e próspero, capaz de competir no mercado com as nações industrializadas.

A despeito de sua declarada oposição à visão etnocêntrica e iluminista de cultura, eminentemente política e ideológica, é fato que Bomfim vivia num momento histórico em que as noções de evolução e progresso vinculavam-se ao poder de mercado, ao domínio da escrita e à estabilidade econômica dos Estados nacionais, tendo a Europa como modelo de cultura, como medida padrão para as nações pouco ou nada industrializadas.

Diversos foram os fatores desencadeados com a instituição do novo regime no Brasil que impulsionaram a discussão sobre a identidade nacional (ou a falta dela), como o regime federalista previsto na Constituição Federal de 1891, o processo de imigração, as ameaças imperialistas, o desenvolvimento do comércio e da indústria, a diversidade étnico-cultural, o sufrágio universal, o paradigma do

racismo científico, os debates sobre eugenia e higienismo. A soma desses fatores conduziu políticos e intelectuais a discussões e à elaboração de projetos que, via de regra, passavam pela emergência de escolarizar as classes populares.

A escola primária, precária e medíocre até então – segundo os republicanos paulistas (SOUZA, 2004) –, entra na ordem do dia dos debates e ganha centralidade nesse período de intensas expectativas e receios quanto ao futuro da nação. Manoel Bomfim se engajou nessa luta. Buscou evidenciar em seus escritos a função social da escola primária para a construção da identidade nacional de acordo com o seu projeto. Contudo, enquanto muitos desprestigiavam a imagem do brasileiro, apresentando-o como inferior, degenerado e incapaz, preferiu valorizar as especificidades do país e de seu povo.

Esse seu posicionamento, apresentado como um contradiscurso por pesquisadores que mencionamos na introdução de nossa tese requer um olhar atento. Apesar da ênfase atribuída por ele à escola primária como instituição responsável pela formação das novas gerações de cidadãos republicanos, Bomfim não se limitou a ela nem tampouco às instituições educativas. A identidade nacional, segundo ele, só poderia ser consolidada por meio da conscientização, ou seja, era preciso compreender as condições do Brasil como resultado de um processo histórico de espoliação para, assim, libertar o país das amarras impostas pelos representantes desse passado. O investimento nas instituições era um dos elementos necessários ao progresso da nação.

Essas questões serão discutidas a seguir no intuito de esclarecer a seguinte questão: o que teria impelido Manoel Bomfim à defesa da diversidade étnico-cultural brasileira e qual a relação desse posicionamento com sua proposta de educação popular com vistas à constituição da identidade nacional?

São contundentes as considerações de Manoel Bomfim sobre a visão negativa da Europa em relação às nações latino-americanas e ao modo como difundiam deliberadamente suas ideias por meio da imprensa. O que mais intrigava Bomfim, contudo, não era a disseminação de tais informações, mas a especulação que caracterizava as críticas, nem sempre resultantes de pesquisas sérias sobre o continente. “[...] como de costume, sempre que se trata das repúblicas latino-americanas, os doutores e publicistas da política mundial se limitam a lavrar sentenças – invariáveis e condenatórias”. (BOMFIM, 2008, p. 5).

Essas sentenças, por sua vez, evidenciavam o desconhecimento e desinteresse dos europeus pela história dessas nações, de sua política, de suas condições sociais e econômicas. Para Manoel Bomfim (2008), ao mencionarem a América do Sul em seus escritos, esses autores se limitavam a acontecimentos pontuais, omitindo o contexto que os engendraram ou postergando sua importância. Dessa forma, produziam críticas parciais e frágeis, embora apoiadas na autoridade das nações consideradas civilizadas.

De acordo com Octavio Ianni (1976), a importância das ideias e da disseminação de teorias e doutrinas pelos países dominantes pode ser explicada pela lógica que estrutura a dominação das nações dependentes nos aspectos político e econômico. Para que as relações imperialistas de produção se mantenham e difundam há que se ter, segundo o autor, uma produção cultural que codifique, legitime e perpetue essas relações numa espécie de concatenação entre produtos materiais e espirituais. Assim, o excedente produzido pelas nações colonizadas é apropriado historicamente pelas grandes potências e a reprodução internacional do capital se mantém.

A construção da identidade nacional nos anos iniciais da República não foi, portanto, uma tarefa simples. Não bastava aos políticos e intelectuais expor ideias e criar projetos. Era preciso confrontar teorias consolidadas, fazer oposição a renomados escritores, apresentar novas possibilidades de interpretação da realidade brasileira e latino-americana de modo sistematizado, apoiando-se devidamente na ciência.

Para conduzir o país ao progresso impunha-se uma condição: desconstruir um conjunto de fatores que se desdobravam em crenças arraigadas socialmente, tanto entre os estrangeiros como entre os próprios brasileiros. Bomfim, por perceber a questão em suas múltiplas dimensões, negou-se a aceitar de forma incondicional as ideias correntes. A isto se deve, entre outros fatores, o fato de ser reputado por rebelde.

De fato, suas críticas eram acirradas. Seu projeto de nação previa o desenvolvimento do país a partir de suas particularidades e, por isso mesmo, divergia daqueles grupos que partilhavam da mesma visão dos europeus. Na tentativa de convencer o leitor, Bomfim descredenciava os críticos, rechaçando a política corrupta dos países industrializados. Segundo o autor, a América do Sul

[...] está julgada e condenada pela Europa, em razão da desonestidade dos seus estadistas – por essa Europa!... cujos escândalos neste assunto rebentam por toda parte, e tanto se generalizam que se fizeram normais. É tão monstruoso este modo de julgar, tão estúpida a injúria que, apesar da malevolência, ela não se teria generalizado se não fora a ignorância, que em todos se acusa, das coisas sul-americanas. (BOMFIM, 2008, p. 9).

Como se observa, há na produção de Bomfim a formulação de um projeto modernizador. Seus escritos se caracterizam pela crítica, são libelos a desmascarar o jogo de interesses que caracterizou a Primeira República. Entretanto, não se limitam ao combate, pois a intencionalidade é o convencimento e a proposição de uma alternativa. São textos otimistas em sua maioria, e revelam expectativas do autor quanto aos destinos da nação.

A acidez contraposta à esperança, como já destacado, é interpretada como ingenuidade por alguns críticos. Bomfim foi considerado um “espírito apaixonado” e pouco objetivo, um homem conduzido pelo sentimentalismo. (LEITE, 1983, p. 276). Ao dirigir severas acusações ao modo como Portugal se apropriou das riquezas brasileiras, o que deu base para a sua teoria do parasitismo social, Manoel Bomfim nem sempre é compreendido, quando não acusado de antilusita. Em nosso entendimento, há que se pensar o debate sobre a identidade nacional no alvorecer da República como uma disputa desigual que envolveu estrangeiros e brasileiros, autoridades de prestígio social e autores jovens de pouco influência, uma nação latino-americana com histórico de dependência econômica, política, cultural e cuja força de trabalho foi o braço escravo por séculos, explorada por grandes potências industrializadas do mundo ocidental.

Por outro lado, a despeito da desigualdade que caracterizou o embate, é evidente que as novas “vozes” incomodaram e desequilibraram as estruturas de sustentação daquele modelo de sociedade. Não fosse assim, Bomfim (1993; 2008) não teria sido repellido pelos representantes do pensamento hegemônico da época, como Sílvio Romero<sup>50</sup>, por exemplo. Compreendemos o incômodo da ala conservadora como prova de que as ideias de Bomfim encontraram espaço de interlocução no momento em que foram produzidas, ainda que tenham causado certo estranhamento.

---

<sup>50</sup> Referência ao embate já mencionado neste trabalho entre Sílvio Romero e Manoel Bomfim em torno das ideias publicadas por Bomfim em *A América Latina, males de origem*, livro publicado em 1905.

O sentimento de nacionalidade necessário à consolidação da jovem República esbarrava-se em um sistema político que obstaculizava a prática da democracia, como destaca Skidmore (2012, p. 135). “[...] a baixa mobilização política, as frequentes mobilizações e as fraudes das eleições, o governo unipartidário e o alto grau de descentralização” são fatores apontados pelo autor referenciado como entraves ao processo de mudanças necessário.

Ao mesmo tempo em que se discutia a necessidade de formação do brasileiro em consonância com as transformações e necessidades em voga, não se previa romper radicalmente com a tradição. Esse movimento de tímida inovação em contraste com velhas estruturas, quando não compreendido, conduz a equívocos na interpretação da obra de determinados autores. Intelectuais que produziram em momentos de transição não são aceitos sem resistência, a não ser que legitimem o discurso hegemônico, e entendemos que o estudo desses processos históricos de mudança devem superar a explicação maniqueísta que resume qualquer contexto ao binômio injustos e injustiçados. É preciso compreender as disputas e em que medida as mudanças propostas representam, de fato, uma questão de segurança nacional, pois é quando isto ocorre que o Estado passa a agir de forma mais efetiva.

Foi na Primeira República que Manoel Bomfim produziu toda a sua obra e por isso mesmo todos os debates candentes no período foram objeto de sua preocupação. Trata-se de um autor que discutiu o caráter nacional e esteve profundamente envolvido no movimento nacionalista. Nas palavras de Aguiar (2000, p. 184),

[...] o nacionalismo do médico sergipano tinha um duplo significado. De um lado, tratava-se de um processo de afirmação diante do parasitismo, ou seja, diante do colonialismo e do imperialismo; de outro, era também uma reação ao racismo científico, que dividia a sociedade entre indivíduos capazes e incapazes, superiores e inferiores, úteis e inúteis, com vistas à dominação dos últimos. E, é claro, da própria nação brasileira.

O autor citado compreende, portanto, que, para Bomfim, a valorização do elemento nacional passava, necessariamente, pela luta contra forças materiais e ideológicas. Não bastava combater o parasitismo inerente à política externa e interna sem enfrentar os efeitos funestos do racismo científico nos países latino-americanos formados, em sua maioria, por negros, indígenas e mestiços. Além disso, influentes

teóricos brasileiros referendavam as ideias de Gobineau<sup>51</sup> e seus pares, o que dificultava a aceitação de propostas divergentes.

Esse processo de luta pela manutenção e resistência que caracterizou a República oligárquica justifica-se pela própria configuração da nova forma de governo proclamada sob os auspícios do Império. (SEVCENKO, 1985; RÉ, 2010). Embora o discurso da época estimasse a modernização e enfatizasse o nacionalismo, a égide dos grandes proprietários de terras em parceria com os governadores cerceava iniciativas radicais.

Soma-se a esse fator a ascensão econômica dos Estados Unidos em fins do século XIX. Bomfim não hesitou em declarar-se temeroso ante a *Doutrina Monroe*<sup>52</sup> por enxergar nela uma ameaça à liberdade, à autonomia e à consolidação da identidade nacional no Brasil. A esse respeito, Santos Junior (2013, p. 233) declara que “[...] mais que uma simples preocupação acerca de uma provável hegemonia econômica norte-americana sobre os seus vizinhos do Sul, discutia-se na América Latina, durante esses anos a própria autonomia dos países da região [...]”.

Para Manoel Bomfim (1993), ao mesmo tempo em que a *Doutrina* enfraquecia o domínio europeu sobre a América Latina, representava um presságio de dominação norte-americana que, segundo ele, nada tinha de positivo, visto que “[...] a soberania de um povo está anulada no momento em que ele tem de acolher à proteção de outro. Defendendo-nos a América do Norte irá, fatalmente, absorver-nos”. (BOMFIM, 1993, p. 45).

Assim, para o intelectual, a bandeira do nacionalismo só poderia ser hasteada mediante a retirada dos entraves existentes e o enfrentamento das possíveis ameaças que circundavam o país. Se havia descrença em relação à possibilidade de aprendizagem da grande massa do povo brasileiro, logo não havia justificativas para

---

<sup>51</sup> Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), escritor, diplomata e filósofo francês, um dos mais importantes teóricos do racismo científico.

<sup>52</sup> No ano de 1823, o presidente norte-americano James Monroe enunciou uma mensagem ao Congresso dos Estados Unidos, opondo-se à intervenção europeia nos países do Novo Mundo. No Brasil, a *Doutrina Monroe* recebeu pronta aderência. Para leitura da mensagem presidencial de Monroe, ver: **Doutrina Monroe – 1823** Disponível em: [http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/doutrina\\_monroe.pdf](http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/doutrina_monroe.pdf). Acesso em: 21 dez. 2016. Para uma leitura atualizada da temática, ver: TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Uma política para o continente – reinterpretando a Doutrina Monroe. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 57, n. 2, Brasília, jul./dez., 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292014000200115&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000200115&lang=pt). Acesso em: 21 dez. 2016.

o investimento do Estado em educação pública e logo seríamos para sempre subordinados, haja vista que nossa condição de inferioridade estava “cientificamente” comprovada e, portanto, deveria ser aceita como algo dado e natural.

Cabe aqui ressaltar um elemento que aproxima as pesquisas sobre Manoel Bomfim desenvolvidas até o presente momento, qual seja, a ideia do contradiscurso, seguida de adjetivos como rebelde, radical, polêmico. Concordamos que os escritos de Bomfim divergiam do projeto republicano do grupo hegemônico, contudo, parecemos que os trabalhos caracterizam o intelectual, mas nem sempre relacionam a força do seu contradiscurso à influência exercida pelo discurso dominante. Lutar pela consolidação de uma identidade nacional a partir da oposição aos setores influentes da sociedade representava, necessariamente, combater com veemência e ser rechaçado.

Ora, para que houvesse ao menos uma possibilidade de divulgação de seu projeto modernizador, não havia outro caminho senão o da luta, da oposição, do enfrentamento, da crítica, ou mesmo da rebeldia como querem alguns. No entanto, entendemos que a oposição não estava direcionada a Bomfim, especialmente, mas a qualquer intelectual e a qualquer projeto que pusesse em xeque o domínio da elite detentora do poder nas primeiras décadas republicanas.

Outro ponto a considerar é o sistema criteriosamente articulado para a manutenção do *status quo* na Primeira República: no campo político, um grupo representante dos interesses da elite agrária; no campo ideológico, símbolos fortalecedores de uma teoria que legitimava a dominação com representação na intelectualidade brasileira; no campo legal, uma Constituição federalista que possibilitava alianças entre governadores e coronéis, além de limitar o voto à população alfabetizada, impossibilitar o voto secreto e impor barreiras ao investimento do Estado em educação elementar.

Analete Regina Schelbauer (1998) define os anos de 1870 a 1914 com um período de “ideias que não se realizam”, dada a desproporção entre a quantidade de propostas apresentadas e a efetivação de projetos educacionais no país. A despeito de ter excedido esse recorte temporal e permanecido em atividade por praticamente mais duas décadas, Manoel Bomfim vivenciou esse momento de efervescentes conflitos nos quais o Estado e sua função social permaneciam como centralidade. Reformas que previssem intervenção estatal enfrentavam fatalmente a inflexibilidade

dos não intervencionistas e o descrédito dos socialistas. Estes últimos suspeitavam de melhorias via legislação, vistas por eles mais como um entrave à transformação almejada do que como um avanço.

O exame dessas questões nos permite compreender o nacionalismo de Manoel Bomfim como um movimento de luta pela consolidação da identidade nacional, um processo que, posteriormente, se materializou em práticas e políticas públicas de valorização das especificidades do país. Por ter produzido num momento de transição e enfrentado poderosos oponentes, seu discurso não poderia ter sido suave, tampouco aceito passivamente. A despeito disso, acreditamos que a imagem de autor esquecido e injustiçado há que ser repensada, pois a própria discussão em torno de suas ideias já nos evidencia o incômodo que as propostas divergentes representavam. Em outras palavras, o sustentáculo da Primeira República ruía na medida em que a sociedade se complexificava e abria espaço para a discussão de projetos como o de Bomfim.

Nosso ponto de partida, portanto, não é a força da oposição com vistas a desmontar o constructo teórico de Bomfim. Partimos, antes, do pressuposto de que suas ideias encontraram terreno fértil para discussão, embora não tenham sido implementadas naquele momento. É possível que essa perspectiva contribua para a construção de um novo olhar sobre o intelectual em tela, que deixa de ser visto como silenciado e esquecido para ser tratado como uma das peças-chave e fundamentais, não somente para o desmantelamento de um sistema como para a construção de uma sociedade mais aderente aos princípios democráticos nas décadas posteriores à publicação de sua obra.

A questão da democracia, por sua vez, se desdobrava em efervescentes debates acerca do nacionalismo, da cidadania, da identidade nacional. A circulação de ideias era intensa, sobretudo daquelas provenientes da Europa. José Murilo de Carvalho (1987, p. 42) evidenciou esse processo ao relatar o modo como os políticos e intelectuais brasileiros se apropriavam do pensamento estrangeiro, como destacaremos na citação a seguir:

Na maioria das vezes, eram ideias mal absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando em grande confusão ideológica. Liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas. Contudo, seria enganoso descartar as ideias da

época como simples desorientação. Tudo era sem dúvida, um pouco louco. Mas havia lógica na loucura [...].

Na perspectiva do autor supracitado, os conflitos políticos e ideológicos que caracterizavam os anos iniciais da República sinalizavam para uma inquietação em relação ao futuro, concomitante ao descontentamento pelo passado. As disputas e divergências ocorriam não somente pela coexistência de diferentes grupos, mas também, segundo Carvalho (1987), pelo público leitor das propostas apresentadas. Diante da irrisória participação política dos poucos “cidadãos” do país, não se escrevia para o povo. Autores como Manoel Bomfim, que discutissem projetos modernizadores envolvendo, direta ou indiretamente, o povo brasileiro, faziam-no para a apreciação da elite. O povo, como afirmou Aristides Lobo<sup>53</sup>, assistia a tudo bestializado.

Nesse sentido, ao analisar a sociedade ocidental de fins do século XIX e início do XX, Hobsbawm (2014) salienta as diferenças de interesse entre grupos que constituem uma mesma sociedade dita democrática. Para o referido escritor, “[...] evidentemente, os interesses dos pobres e os dos ricos, dos privilegiados e dos desprivilegiados não são os mesmos; mesmo que presumíssemos que são ou podem ser [...]”. (HOBSBAWN, 2014, p. 136).

Contudo, para Hobsbawm (2014), a clara diferença entre ricos e pobres é abrandada a partir de algumas mudanças rumo à democracia, entre elas a escolarização das massas e sua conseqüente habilitação para o exercício do voto. Nesses termos, Manoel Bomfim contribuiu para a decadência daquele regime legalmente democrático, mas despótico em suas práticas e essência, pois se envolveu na luta pela escola pública e atribuiu a ela, dentre outras tarefas, a de construir a identidade nacional<sup>54</sup>.

Cabe ressaltar as críticas de Bomfim (2010) proferiu ao modo como a instrução primária estava organizada em seu tempo. Mesmo após a Independência

---

<sup>53</sup> Aristides Lobo (1905-1968) foi um propagandista da República que descreveu o modo como o brasileiro reagiu à mudança de regime no Brasil em 1889. Para ele, a população foi mera espectadora, observando tudo de maneira bestializada, termo que foi utilizado por José Murilo de Carvalho em seu livro *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*.

<sup>54</sup> Manoel Bomfim atribuiu outros papéis à escola pública, como a formação de mão de obra especializada, o preparo para o exercício do voto, a adaptação ao meio, enfim, o ensino de princípios e valores necessários a uma nação democrática em vias de desenvolvimento.

poucas mudanças haviam ocorrido, em sua opinião<sup>55</sup>. O investimento na formação cultural das massas foi parco e, em razão disso, os homens de letras nem sempre se motivaram a produzir livros, já que não havia público leitor. O analfabetismo condenava as massas à ignorância, e por isso a indiferença do povo em relação às questões políticas e aos acontecimentos que presenciavam, já que contávamos “[...] com uma população onde 70% são (eram) analphabhetos [...]”. (BOMFIM, 1932, p. 20). Bomfim considerava um disparate a adoção de um regime democrático sem povo, ou melhor, sem o contingente necessário à tomada consciente de decisões, como deixa claro no excerto que se segue:

Recebendo este legado – uma massa popular inculta e incaracterizada – cumpria e cumpre, à República, educá-la, para continuar definitivamente a alma brasileira, dando-lhe a feição republicana, criando a homogeneidade dos interesses nacionais, unificando, desenvolvendo e caracterizando os sentimentos de patriotismo e os altos motivos políticos, elementos indispensáveis à integridade e ao progresso do país, principalmente quando a descentralização veio quebrar os únicos laços que, na ausência

---

<sup>55</sup> Embora Manoel Bomfim acuse os governantes do Império pela indiferença para com a instrução pública brasileira, é importante ressaltar as iniciativas antecedentes à República em prol da educação das classes populares. A Constituição Federal de 1824 é um exemplo, pois instituiu a gratuidade do ensino primário a todos os cidadãos brasileiros, princípio regulamentado em 1827 com a primeira Lei Geral de Ensino. Implementada em 15 de outubro de 1827, a referida Lei determinou a criação de escolas de primeiras letras no país “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos”. Em relação à formação de professores, citamos o Decreto de Criação da Escola Normal promulgado em 1835 e a criação da primeira Escola Normal do Brasil em Niterói, que expandiu as possibilidades para a formação de professores primários e contribuiu para a ampliação do acesso à escola primária. O Decreto número 7.247, instituído em 19 de abril de 1879 por Leôncio de Carvalho é também um exemplo, pois “[...] propôs reformas no ensino primário e secundário no Município da Corte, cidade do Rio de Janeiro, e no ensino superior em todo o Império”. (MELO; MACHADO, 2009, p. 294). É comum entre os intelectuais da Primeira República o discurso de oposição ao regime político antecedente como estratégia política para se autoafirmar em contraposição ao “velho”. Contudo, é inegável a continuidade do debate e das iniciativas pela difusão da instrução primária no país no decorrer de nossa história. Para conferir a legislação citada, ver:

- Constituição Federal de 1824. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em 12 out. 2016.

- Lei Geral de Ensino (Lei de 15 de outubro de 1827). Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm). Acesso em 12 out. 2016.

- Lei n. 10, de 4 de abril de 1835. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99970>. Acesso em 12 out. 2016.

desses de ordem moral e intelectual, podiam conservar unida esta grande nação. (BOMFIM, 2010, p. 65).

Vê-se nas palavras de Bomfim a tentativa de atribuir responsabilidade ao Estado e delegar poder às autoridades competentes da República. Todo o seu trabalho se caracterizou pela intencionalidade de conscientizar o leitor acerca do passado e da necessidade de enfrentamento dos desafios do presente. Sobre essa atitude de luta e contestação é possível encontrar observações apoteóticas como as de Souto Maior (1993, p. 47), que afirma:

Incansável, usando sua pena como espada, defendeu com ardor e paixão seu povo e sua pátria, artigo por artigo, livro por livro. Seu apelo para a resistência contra os inimigos do Brasil caminhou pelo tempo e ressoa atual nesses dias de tão pouca fé e resistência.

Podemos citar as observações de Aguiar (2000) que, de forma similar, exalta o trabalho de Bomfim, atribuindo-lhe um papel ímpar no contexto histórico em tela. Para esse intérprete, Bomfim foi “[...] uma voz que ousava dizer o *indizível*, um pensador que não temia pensar o *impensável*, num meio social mais alienado, conservador e inculto que o de hoje.” (AGUIAR, 2000, p. 25).

Em ambas as citações, os autores mencionam o seu próprio tempo e o relacionam ao tempo histórico de Bomfim. Têm em comum a ideia de isolamento, oposição e entrega próprios de um mártir. Cabem-nos, entretanto, algumas indagações às observações dos pesquisadores referenciados. Em consonância com as lentes pelas quais enxergamos a história, tudo o que é dito e pensado está essencialmente em acordo com as condições materiais de existência dos homens. Logo, as possibilidades para o enfrentamento político de Bomfim estavam dadas pela própria sociedade “alienada, inculta e conservadora” em que ele vivia.

Pensar a Primeira República, a luta pela formação do caráter nacional, os debates sobre a instrução primária e o papel do Estado, bem como todas as mazelas que preocupavam os intelectuais do período sob essa perspectiva nos permite um olhar menos apologético para a obra do autor. Sob esse ponto de vista, o esforço se concentra menos na ausência, ou seja, no que não aconteceu a partir das ações políticas de Bomfim, e mais na prática, que pode ser definida, neste caso, pela representatividade que sua obra teve no momento histórico de sua produção e mesmo nos anos subsequentes.

Uma interessante reflexão sobre essa representatividade de Bomfim no contexto da Primeira República pode ser encontrada no trabalho de José Maria de Oliveira Silva (1990). Para esse intérprete, Bomfim pertencia à elite ilustrada de sua época que vinculava o progresso diretamente à educação das classes populares. Em sua pesquisa, o autor referenciado não é apresentado como uma voz solitária ante um grande grupo opositor, mas como um intelectual radical que, como outros de seu tempo, defendia a escola como instituição responsável pela consolidação da democracia. Silva (1990, p. 49) assevera que,

Em Bomfim, a cidadania e a prática política aparecem vinculadas ao processo de expansão da educação. Estava convencido de que somente através da instrução popular o indivíduo analfabeto poderia participar da democracia. O sistema eleitoral, dizia, além de ser uma fraude devido à “absoluta ignorância das massas” restringia o direito do voto aos 10% da população alfabetizada.

Essas ideias aparentemente inovadoras não constituíam uma novidade na República do “entusiasmo pela educação”, como expressou Jorge Nagle (1977). Bomfim, em sua luta pela construção da identidade nacional, não disse o “indizível”, mas sim o que grande parte de seus pares dizia, a saber, que a educação poderia elevar o nível econômico e a representatividade da nação, que o país se encontrava em desvantagem em relação às nações industrializadas e que era preciso modernizá-lo. Ainda que os projetos de nação variassem em determinados aspectos, a crença na instrução popular como mola propulsora do progresso prevalecia entre os críticos da tradição oligárquica.

O patriotismo enquanto um dos temas centrais dos debates da época implicava na valorização das riquezas brasileiras e de seu povo. Discuti-lo naquele contexto era pensar na formação das novas gerações de brasileiros, no tipo de relação que estabeleceriam com o trabalho, com a vida pública e com a própria nação. Estariam esses futuros cidadãos, ao passar de uma ou duas décadas, preparados para viver, trabalhar e lutar pelo seu país, enfrentando com vivacidade os desafios da vida urbana?

Bomfim (2013), em sintonia com a sua realidade social, creditava à escola a função de formadora desses cidadãos e disseminadora dos conteúdos e valores necessários. Definia patriotismo como o “[...] sentimento que brota da terra através dos corações que dela vivem, [...] fórmula de solidariedade vivaz, explícita, vigorosa,

concreta, porque procede na nitidez e no rigor dos motivos egoístas, para efeitos nitidamente sociais.” (BOMFIM, 2013, p. 165).

Na superação do individualismo e no desenvolvimento de uma consciência pautada no bem comum residia o desafio da escola. A identidade nacional se fazia necessária para potencializar no povo o sentimento de patriotismo e, no caso do Brasil, dadas as diferenças étnicas da população, a tarefa exigiria ainda mais esforço e investimentos públicos. Foi por relacionar a dimensão do problema aos recursos injetados na educação pública, sobretudo na primária, que Bomfim se mostrou revoltoso em seus escritos e pronunciamentos<sup>56</sup>. Por considerar o nacionalismo “[...] condição natural, necessária, na realização da sociedade humana, [...] não deve ser considerado degradante ou motivo de menosprezo”. (BOMFIM, 2013, p. 168). Daí a exigência de se investir na educação das massas não somente para instruir, mas em especial para educar as crianças e jovens, os futuros patriotas brasileiros, visto que educar, no contexto da Primeira República, extrapolava o exercício de instruir. (SOUZA, 2004).

Bomfim considerava as especificidades do contexto em que vivia e defendia um novo posicionamento do Estado diante daquela realidade, mas buscou apresentar o brasileiro como um povo provido do nobre sentimento de amor à pátria e coragem para lutar em prol da coletividade, virtudes, segundo ele, historicamente construídas entre nós. Um povo que teria aprendido a conviver com a diferença e que, por isso mesmo, não encontraria dificuldades para se adaptar à nova realidade. (BOMFIM, 2008; 2013). Contrário às críticas que os europeus divulgavam sobre o brasileiro pela imprensa, caracterizando-o como preguiçoso e negligente, esforçava-se para superar essa imagem por meio de exaltações ao caráter, à força, à união, à coragem e à persistência de nossa população.

Essa característica marcante da escrita de Bomfim, que apresenta o que considera como problema e, ao mesmo tempo, lança ao leitor outro ponto de vista por meio de argumentos ora ácidos, ora exaltados e apaixonados, em nosso entendimento, tinham como objetivo mais do que expor ideias, aversões ou apologias. Acreditamos que seus escritos visavam o convencimento para

---

<sup>56</sup> No Projeto Tavares Lyra (BRASIL, 1918), cuja referência se encontra ao final deste texto é possível identificar com clareza o posicionamento político de Manoel Bomfim sobre o papel do Estado no financiamento da instrução primária.

determinado fim, qual seja, o investimento público necessário para a promoção do progresso do país. Ora, se os homens de Estado de seu tempo dispunham de inúmeras razões para não acreditarem na possibilidade de desenvolvimento do Brasil, era preciso apresentar outros tantos argumentos consistentes para prová-los do contrário. Para vencer a resistência, Bomfim desnudava o opositor e lançava à elite ilustrada uma possibilidade de enxergar o Brasil a partir de outras lentes.

Vemos nesse esforço do autor, muitas vezes interpretado como paixão ou luta parcial em benefício dos pobres a estratégia política de um intelectual republicano cuja produção era também arma de combate. Enquanto parte da historiografia exalta o amor de Bomfim pelo Brasil, optamos por interpretar sua luta pela valorização da nação mais como astúcia política sem, no entanto, desconsiderar a afetividade que supostamente o motivava. Queremos, com isso, desmitificar a imagem historicamente construída no Brasil de um Manoel Bomfim pouco objetivo e movido pelo sentimentalismo. No trabalho de Andrade (2008), por exemplo, é essa a concepção preponderante, como se observa na passagem seguinte:

A principal marca de seu pensamento era o nacionalismo. O amor pela terra está presente em todo seu trabalho, que incluía atividades sócio-pedagógicas, além de uma vasta bibliografia. Enalteceu o Brasil como pôde, enxergou na rude colônia qualidades de uma grande pátria. Aceitou seu povo e refutou as ideias que o inferiorizavam. Cultuava o Estado, pois o entendia como o responsável pela construção da nação. Mas não conseguiu libertar-se de seus condicionantes históricos e suas interpretações foram pautadas pelo parâmetro racial, pelo biologismo, pelo empirismo. (ANDRADE, 2008, p. 10).

A utilização de verbos como “enaltecer” e “cultuar”, embora possam ser aplicadas a algumas ações de Bomfim em sua luta pela formação da identidade nacional, merecem contextualização para que o autor não seja verberado como ingênuo. É evidente em sua obra a valorização que faz do povo brasileiro e das riquezas nacionais, bem como a função social que atribuiu ao Estado na tarefa de modernizar a nação, mas neste trabalho buscamos compreender o porquê dessas práticas. E na busca desses “porquês” encontramos um intelectual perspicaz e profundamente conectado à realidade de seu tempo.

O “culto” ao Estado, entendemos, pode ser interpretado como oposição à política descentralizadora que favorecia as oligarquias regionais, assim como já destacou Aguiar (2000). Nessa perspectiva, a defesa de Bomfim à centralização da

instrução primária, por exemplo, é por nós entendida como estratégia para o enfraquecimento dos poderes locais, que só poderia se dar por meio do fortalecimento do Estado, ação igualmente importante para a contenção dos movimentos separatistas em processo no país. Como se pode observar, as “apologias” de Bomfim não são manifestações de uma paixão inocente e romântica ou de mera veneração, seja pelo povo, pelo Estado ou pelo próprio país. Ao exaltar, ele estava refutando, depreciando; ao enaltecer, estava rejeitando. Trata-se, portanto, de apresentar um projeto modernizador e “vendê-lo” à sociedade utilizando-se de dois instrumentos distintos e complementares: o enaltecimento e a depreciação, não necessariamente nessa mesma ordem.

Para melhor compreensão do pensamento e ação política de Bomfim nos valem do debate sobre raças que marcou o cenário mundial em fins do século XIX e início do XX. Reconhecemos nesse embate elementos importantes para o entendimento da práxis do autor, o que será abordado no tópico subsequente.

#### **4.2. Inferiores para quem? Uma crítica aos *superiores do momento*<sup>57</sup>**

O debate sobre raças no alvorecer da República motivou políticos e intelectuais, conservadores e progressistas, cada qual com suas próprias perspectivas ante a questão. Por meio da imprensa divulgavam oficialmente suas ideias, corroborando as teses estrangeiras sobre o racismo ou apresentando outros pontos de vista.

O grupo conservador considerava inviável qualquer esforço no sentido de levar o Brasil ao progresso, condenando o país ao “atraso” em função das diferentes etnias que aqui conviviam. Em posição intermediária havia intelectuais defensores do branqueamento viabilizado pelas ondas imigratórias. Para estes, a chegada dos brancos representava uma esperança para a nação que, em dado momento, pelas relações estabelecidas entre brancos, negros e índios teria superado ou, ao menos, amenizado a condição de inferioridade perante a Europa. No terceiro e menor grupo estavam os intelectuais que refutavam ambos os posicionamentos; para estes a

---

<sup>57</sup> Neste título fizemos alusão à afirmação do próprio Bomfim em *O Brasil na História, deturpação das tradições, degradação política. Os superiores do momento*, segundo Bomfim, eram os países industrializados que lutavam pela hegemonia econômica, política e cultural no Ocidente. (BOMFIM, 2013, p. 69).

miscigenação não era sinônimo de atraso, mas um importante elemento para a formação da nacionalidade brasileira.

Bomfim pertencia ao terceiro grupo. Seu posicionamento lhe rendera severas críticas e intensos embates, exigindo-lhe vivacidade no enfrentamento da oposição. Com a mesma intensidade empregada para condenar o parasitismo que atribuiu aos portugueses e governantes brasileiros, a corrupção política e a espoliação da Europa sobre os povos latino-americanos, criticou o discurso pseudocientífico de superioridade da raça branca formulado a partir da teoria de Charles Darwin sobre a origem das espécies e o pressuposto da seleção natural como fator preponderante da gênese e propagação dos seres vivos, intencionalmente adaptada à realidade social<sup>58</sup>.

Importa-nos, contudo, explicitar o conceito de raça que baliza nossas reflexões sobre a inserção de Manoel Bomfim nesse debate. Por considerarmos o pensamento fruto do esforço humano materializado em produções para a garantia da sobrevivência no meio social, compreendemos a discussão sobre raças e o próprio racismo, em qualquer contexto histórico, como uma representação do concreto. Assim, a categoria raça não pode ser compreendida quando analisada de forma desconexa da realidade e o racismo, por sua vez, não pode ser entendido com uma simples forma de pensar. Há que considerar raça e racismo em suas múltiplas dimensões que, em sua forma concreta, dão ocasião ao jugo do homem pelo homem.

Nesse sentido, estudar a posição dissonante de Manoel Bomfim é também refletir sobre o contexto que possibilitou a subjugação de grande parcela da população, mas que, ao mesmo tempo, permitiu a disseminação de um discurso opositor. Compete-nos, portanto, compreender as condições materiais estabelecidas na Primeira República que, em meio à legitimidade do determinismo racial, abriu espaço para a inovação, nem sempre mencionada pelos estudiosos do período. É comum a caracterização das décadas iniciais da República como um tempo de inércia criativa e reprodução passiva de ideias estrangeiras, posicionamento já criticado por Carvalho (1989), que refuta a crença na existência de uma elite brasileira acrítica e alheia às transformações pelas quais passava o país.

---

<sup>58</sup> Em *A América Latina, males de origem* (1905), Manoel Bomfim lamenta a forma como Darwin estava sendo interpretado e os fins a que sua obra estava sendo utilizada.

Concordamos que tenha sido um período de resistência às mudanças e de intenso conflito de interesses, mas assumimos a perspectiva de que um projeto de nação ou mesmo um projeto educacional, ainda que não implementados no momento de sua produção e divulgação, são passíveis de desestabilizar estruturas e incitar transformações.

Bomfim não compactuava com o grupo hegemônico e conservador, mas não estava sozinho em suas reflexões e propostas como sugerem alguns de seus intérpretes (AGUIAR, 2000; REIS, 2006). Pesquisas antropológicas desenvolvidas no Brasil, em especial no Museu Nacional<sup>59</sup> por Roquette-Pinto apontavam para a queda da concepção determinista e para o fortalecimento de ideais nacionalistas, como destaca Santos (2010, p. 100):

Roquette-Pinto foi um intelectual com considerável envolvimento com o projeto de redenção nacional em curso nas primeiras décadas do século XX, e suas interpretações acerca da antropologia do povo brasileiro estiveram a ele veiculadas. A leitura de seus trabalhos demonstra intensa preocupação com saúde e educação; estariam no plano ambiental/social, e não no biológico/racial, as razões para se compreender a suposta inferioridade dos tipos nacionais.

Para o autor supracitado, a iminência da 1ª Guerra “[...] foi uma lembrança de que o nacionalismo não era algo obsoleto e de que a força de um país estaria associada à sua capacidade de mobilizar recursos: seu povo, sua terra e sua indústria”. (SANTOS, 2010, p. 100). Entretanto, a identidade nacional se via ameaçada pela suposta fragilidade racial disseminada pelas teorias em circulação. Para possibilitar o devido preparo de toda a população aos desafios impostos pelo momento, conforme destaca Skidmore (1976), teve início um movimento nacionalista cujo objetivo fora desmantelar o racismo científico no país. A Liga Pró-Saneamento, por exemplo, foi uma mobilização político-intelectual que reuniu esforços no combate às doenças entre os anos de 1916 e 1920 por acreditar que o descuido com a saúde obstruía e protelava o progresso. (SANTOS, 2010).

Os intelectuais que se filiaram à Liga, de forma análoga a Manoel Bomfim, discordavam das explicações deterministas que atribuíam todas as mazelas sociais à raça e ao clima, e imputavam às endemias rurais o problema do atraso. As

---

<sup>59</sup> O Museu Nacional foi criado em 1818 no Rio de Janeiro para ser um centro de divulgação de pesquisas em Ciências Naturais no país.

doenças eram vistas por eles como causa principal da apatia da população; a solução, portanto, estava na prevenção e cura das doenças, na higienização física e moral da sociedade, na conscientização das novas gerações para a formação do cidadão que se almejava. A contradição dessa visão de mundo, todavia, reside na doença apontada como causa e não como manifestação das desigualdades sociais, cuja explicação exigiria uma análise mais complexa e abrangente.

Contudo, há um avanço quando o cerne da discussão deixa de ser a eugenia e passa a ser a higiene. As iniciativas para o melhoramento da raça vão perdendo espaço paulatinamente para uma tendência que se propunha a aperfeiçoar o indivíduo e seu meio. Segundo Santos (2010), duas vertentes disputavam a primazia no referido debate: uma, denominada negativa, que se identificava com o eugenismo e tinha maior representação nos Estados Unidos e na Europa; a outra, positiva, mais recorrente na América Latina e na França e que defendia a adoção de medidas médico-higiênicas com vistas à profilaxia e ao tratamento das doenças. Maria Lúcia Boarini (2003) destaca que enquanto a vertente positiva estimulava o nascimento de pessoas saudáveis, a negativa cerceava a união e reprodução de pessoas com doenças crônicas, vícios ou qualquer característica que pudesse comprometer a saúde mental, física ou moral dos seus possíveis descendentes.

Esse conhecimento nos possibilita vislumbrar a dimensão do debate e constatar que as condições materiais estavam postas para a divulgação do projeto modernizador de Bomfim. Embora alguns pesquisadores tenham optado por considerá-lo rebelde e revolucionário, preferimos interpretar sua obra como produto de um momento que permitiu a disseminação tanto dos ideais eugenistas quanto dos pressupostos higienistas. A adesão ao segundo grupo, no entanto, não define a ação política do intelectual como necessariamente revolucionária, haja vista a preocupação implícita do movimento com a modernização da sociedade a partir das bases já estabelecidas. Por outro lado, ser higienista não se resume, em nosso entendimento, a uma posição assumida estritamente em benefício da elite dirigente.

Se refletirmos sobre a segunda metade do século XIX, como pontua Marcos Chor Maio (2010), constataremos que o campo médico se encontrava imerso no determinismo racial. Contudo,

A despeito de o paradigma higienista vigente nos anos 1870 ser alçado pelo historiador à condição de ideologia da classe dominante,

ele não comportava hipóteses atreladas ao determinismo biológico. Indo além, esse saber a-racialista persistiu nas décadas seguintes a ponto de se tornar um parâmetro para aqueles que se opunham a visões deterministas, fatalistas da sociedade brasileira. (MAIO, 2010, p. 66-67).

Ou seja, o deslocamento da discussão do conceito de raça para a questão do sanitarismo se deu num processo que envolveu grupos de intelectuais de diferentes áreas, dos quais Bomfim fazia parte. Se em meados do século XIX não era possível superar a visão determinista, a partir da proclamação da República as condições vão se tornando cada vez mais propícias para mudanças. Foi, sobretudo, com a proeminência da Primeira Guerra Mundial que a matriz ambientalista se fortaleceu por meio de um discurso nacionalista de otimismo e adoção de medidas médico-higiênicas, além da realização de pesquisas médicas e antropológicas e produção de materiais para a divulgação do ideário por importantes personalidades, como Monteiro Lobato, Roquette-Pinto e, posteriormente, Gilberto Freyre. (MAIO, 2010).

Sem querer atribuir um lugar secundário a Bomfim nos embates políticos da época, resistimos à ideia do isolamento que perpassa a maioria das pesquisas sobre o autor. Não obstante, sua militância foi de fato considerável, como se verifica no excerto a seguir no qual critica o paradigma determinista:

Tais despautérios constituem as últimas falsificações de critério, no sentido de diminuir ou, mesmo, desclassificar os povos hoje decaídos, em favor dos dominadores do momento, e que se atribuem, por isso, superioridades essenciais. O fato seria para indignar, se não compreendêssemos que toda tradição é um aspecto subjetivo do desenvolvimento social e que, nos julgamentos definitivos, muitos desses valores subjetivos têm que ser descontados. E é por isso mesmo que os superiores do momento procuram reforçar os seus valores de tradição com esses motivos de aparência científica – dolicocefalia e arianismo: pulhices que se desmentem na própria história. (BOMFIM, 2013, p. 69).

Bomfim, como se pode verificar, combateu seus opositores e desqualificou as teorias em voga, mas não como uma voz a clamar no deserto. Pronunciou-se e escreveu em nome de um grupo já não satisfeito com interpretações que consideravam pseudocientíficas e cujo intuito seria, a seu ver, o predomínio econômico das nações industrializadas.

O intelectual, na perspectiva deste trabalho, é reconhecido como expressão de seu tempo, como admite Rocha (2004, p. 6-7), alertando-nos que

[...] certamente, não são expressões quaisquer. O fato de dominarem a linguagem escrita e as elaborações conceituais mais altas de um certo campo cultural os faz articuladores de um discurso abstrato que os descola das situações empíricas e casuísticas, permitindo percebê-los como portadores de estratégias de realização histórica em andamento ou em contraposição às vigentes.

Nesse movimento caracterizado pela tentativa de legitimação de projetos em curso ou de oposição às estruturas vigentes, levado a termo por uma minoria de homens e mulheres letrados, Bomfim contribuía a seu modo para a realização da principal tarefa dos intelectuais da Primeira República, a saber: a luta pela constituição de uma identidade ao país. (CARVALHO, 1990). Seu esforço por evidenciar as contradições das teorias deterministas expressava uma preocupação com os rumos de uma nação miscigenada e multicultural. A primazia dos brancos ameaçava os latino-americanos, condenava-os à subserviência e ao atraso e minava possíveis tentativas de luta pela autonomia.

Entendemos que a questão norteadora da ação política de Bomfim era sua crença na possibilidade de fazer do Brasil uma nação civilizada mediante o enfrentamento político e ideológico. Seu nacionalismo, se analisado em relação ao contexto, deixa de ser visto como exacerbado. Ora, não se tratava de mera paixão ou amor profundo pelo Brasil e pelos brasileiros, mas do confronto consciente de um intelectual engajado cujas ideias se conectavam ao seu tempo histórico.

Pensar em identidade nacional nos tempos de Bomfim era pensar no Brasil em suas especificidades, bem como na visão que os estrangeiros cultivavam dos brasileiros e na visão dos próprios brasileiros sobre si mesmos. Intelectuais que compactuavam com o determinismo racial conflitavam com o grupo progressista do qual Bomfim fazia parte. Essa fração defendia a adoção de medidas para a valorização do brasileiro em sua diversidade e o investimento em instrução pública, sobretudo a primária.

O conhecimento adquirido na medicina lhe autorizava a transitar entre as ciências biológicas e as sociais, traço marcante em toda a sua obra<sup>60</sup>. Bomfim, estrategicamente, apresentava os preceitos teóricos dos autores que buscava refutar

---

<sup>60</sup> Na pesquisa desenvolvida por Gisele dos Santos Oliveira (2014) esse trânsito de Bomfim entre a medicina, a psicologia e a educação é mencionado.

para, na sequência, lançar argumentos contrários. Em *O Brasil na América*, por exemplo, há uma clara e insistente crítica ao mendelismo<sup>61</sup> no intuito de comprovar cientificamente a fragilidade da referida tese. Afirmava:

[...] toda a argumentação contra o nosso caso vem das pretensas teorias de superioridade das raças puras, com um mendelismo mal assimilado, e em que se afirma não poder formarem-se raças estáveis, provindas de cruzamento (disjunção mendeliana). Ora, tudo isto é teorização a rever. E, sem receio de desmentido valioso, pode-se admitir que o cruzamento, nos casos de população brasileira, em vez de ser um mal, é uma vantagem. (BOMFIM, 1997, p. 167).

Inferimos, portanto, que Manoel Bomfim não apenas descredenciava o determinismo racial como defendia a miscigenação, chamando a atenção dos leitores para os seus benefícios. Em sua concepção, admitir os inconvenientes do cruzamento entre raças distintas era aceitar passivamente “[...] que a nação brasileira está radicalmente prejudicada no seu elemento de valor – o Homem”. (BOMFIM, 1997, p. 167, grifo nosso).

No excerto anterior a palavra nação recebeu nosso destaque porque, a partir dela, pretendemos reforçar a seguinte ideia: o projeto societário de Bomfim, por prever a modernização do país tendo como um de seus pilares a escolarização das classes populares, era incompatível com as teorias deterministas. Logo, para vê-lo concretizado, era preciso descredenciar o opositor e supervalorizar o povo. No entanto, acreditamos que seu objeto de preocupação não foi prioritariamente o povo, mas a própria nação. A observação pode parecer irrelevante, mas contribui para a problematização da imagem de Bomfim como um intelectual movido estritamente pela causa popular.

As diferenças biológicas entre os povos utilizadas como instrumento de segregação ocuparam lugar de destaque nos debates intelectuais desde o século XIX, recuperando a oposição entre monogenistas e poligenistas, como destacam Jair de Souza Ramos e Marcos Chor Maio (2010). Enquanto para os primeiros os seres humanos teriam uma única origem, para os segundos, que contestavam os preceitos bíblicos, as diferentes raças eram justificadas a partir das variadas origens da humanidade.

---

<sup>61</sup> Referimo-nos aos estudos sobre transmissão dos caracteres hereditários elaborados por Johann Gregor Mendel (1822-1884).

Nesses termos, ao invés de uma espécie humana comum, autores que se baseavam no poligenismo acreditavam que as raças configuravam diferentes espécies biológicas, ao mesmo tempo que estavam organizadas em uma hierarquia que postulava a superioridade da raça branca e a inferioridade de negros e amarelos nos termos de uma escala evolucionista em que as raças expressariam a caminhada da humanidade da selvageria à civilização. (RAMOS; MAIO, 2010, p. 30).

Os mesmos autores atestam que, quando os estudiosos das raças passam a determinar lugares fixos a uns e a outros, legitimando a exploração, cedem lugar ao racismo. Foi o que ocorreu no período que examinamos: o domínio da Europa sobre as nações latino-americanas era explicado a partir do racismo, alegando-se a superioridade da raça branca. Soma-se a esse debate a polêmica causada pela publicação de Darwin, *Origem das espécies*, editado pela primeira vez em 1859. Embora escrito para discutir questões concernentes à biologia, o livro foi utilizado como fundamento científico para o processo de evolução da espécie humana, no qual – alegavam os racialistas – algumas raças teriam se sobressaído às demais.

Os pressupostos de Darwin se tornaram um sólido paradigma em fins do século XIX e décadas iniciais do XX. Nesse terreno de autoridades e influentes teorias é que Bomfim escreve, leciona e milita a representar o grupo dissonante que previa o desmonte do constructo teórico, político e cultural que sustentava a Primeira República.

Ele defendia que a imagem negativa dos brasileiros era produto da visão distorcida dos viajantes europeus e da imprensa estrangeira, pouco comprometida com a verdade. O livro do cronista e viajante alemão Hans Staden (1995), intitulado *Meu cativo entre os selvagens do Brasil* é um exemplo elucidativo dessa prática. Em meados do século XVI, Staden descreve o Brasil como um país de selvagens cruéis e seu livro ganha traduções em francês, latim, flamengo, inglês e português quando, em 1892, o Instituto Histórico e Geográfico o edita sob a tradução de Alencar Araripe<sup>62</sup>.

Em *A América Latina* o ponto de vista de Bomfim sobre essas publicações é explicitado de forma revoltosa. Bomfim não admite o estigma de inferioridade e o

---

<sup>62</sup> Monteiro Lobato criou uma novela narrada por Dona Benta com o mesmo título do livro de Hans Staden sobre suas viagens ao Brasil. Além disso, ordenou literariamente o texto original.

modo como parte da intelectualidade de seu tempo o aceitava passivamente. Para ele,

Esse estado de espírito, esse modo de ver mantém-se também pela absoluta ignorância dos publicistas e sociólogos europeus sobre a América Latina. Pode-se dizer que essa condenação tem uma dupla causa: a causa afetiva, interesseira; e uma causa intelectual – a inteira ignorância das nossas condições e da nossa história social e política, no passado e no presente. Esta é uma verdade que se reflete em cada conceito com que se nos acabrunham. (BOMFIM, 2008, p. 6).

As duas causas por ele apresentadas, a saber: os interesses subjacentes às críticas e a ignorância dos próprios críticos teriam de ser desnudados se se quisesse construir uma imagem mais fidedigna dos povos da América do Sul. As generalizações imprecisas divulgadas pela imprensa tendiam sempre a depreciar, na opinião de Bomfim, nosso povo, nosso clima, nossa política, nossas lutas, nosso exército, nossa história. Contudo, não eram fruto de séria pesquisa, tampouco opinião digna de reconhecimento. Bastava a esses publicistas a influência do determinismo racial para lançarem suas ideias quase sempre equivocadas, o que instigava Bomfim a atacar e desvalidar o suposto cientificismo das teses europeias.

Sua proposta de modernidade, assim como atesta Souto Maior (1993), o conduzia à defesa de aspectos fundamentais ao progresso do país, tais como o valor da miscigenação, a riqueza das diferentes culturas, a necessidade de investimento na educação, a emergência da democracia, as discussões sobre reforma agrária e ecologia, entre outros temas. Em suma, para modernizar era preciso ajustar, e não bastava formular projetos sem o devido enfrentamento às causas dos “males de origem” da nação. A citação que se segue evidencia sua crença na necessidade de enfrentar o problema em suas raízes, como temos evidenciado. Vejamos:

Deverá concluir-se, daí, que são essas violências e extorsões a causa única dos males que nos atormentam? Não; justamente, tais violências só se realizam porque outras causas, que vêm de longe, perturbam e embaraçam profundamente o nosso progresso. Reconhecendo esta verdade, temos que reconhecer também que a nossa situação social, política e econômica é efetivamente bem triste. Quando os publicistas europeus nos consideram como países atrasadíssimos, têm certamente razão; não é tal juízo que nos deve doer, e sim a interpretação que dão a esse atraso, e, principalmente

as conclusões que daí tiram, e com que nos ferem. (BOMFIM, 2008, p. 15).

Bomfim, portanto, reconhecia o “atraso” brasileiro. O que o intrigava, como exposto na citação anterior, não eram as constatações da situação precária de seu país por parte dos estrangeiros e sim o modo como justificavam essa situação. As explicações, na opinião do referido autor, eram sempre tendenciosas e acabavam por desmerecer, desqualificar e eliminar qualquer possibilidade de avanço nacional em termos democráticos.

Em *A América Latina* ficam evidentes ao leitor as expectativas de Bomfim em relação à República e à viabilidade da democracia. É neste livro que o autor, apesar das críticas lançadas aos “parasitas” que subjugavam o Brasil política, econômica e culturalmente, mostra-se otimista quanto aos rumos da nação e propõe uma solução via educação. Bomfim prevê um investimento maciço em instrução popular por entender que a democracia não se efetiva sem povo e que, por isso mesmo, tratava-se de uma falácia no Brasil de seu tempo.

Ao combater a visão negativa do Brasil disseminada pelos teóricos da época, apresentava seus argumentos, dentre os quais o atraso de ordem cultural desencadeado pela falta de investimento na escolarização das massas. E defendia:

Em vez de esperar que os analfabetos, entusiasmados pela ciência, se combinem e se cotizem, e venham organizar escolas para si e para os filhos, ou que, desiludidos da própria ignorância, nos venham pedir instrução, vamos nós oferecer-lhes essa instrução, que eles desconhecem e que os reerguerá. Começemos pelo princípio: difusão do ensino primário. (BOMFIM, 2008, p. 287).

O excerto denota a crença de Bomfim no poder regenerador da educação e evidencia que, em seu projeto de nação, o Estado desempenharia importante papel no processo de elevação cultural do povo. Isto é inegável, mas os que se debruçam sobre os demais livros do autor constatam que, em *O Brasil Nação* a análise de Bomfim, bem como as soluções que apresenta para os problemas sociais se alteram. Mantêm-se as críticas, as explicações para o suposto atraso e a defesa da escolarização popular, mas acrescenta-se a esses elementos uma profunda descrença nos dirigentes brasileiros e o reconhecimento do impasse de sua proposta.

O passar de mais de duas décadas teria levado Bomfim a reflexões mais amadurecidas. Souto Maior (1993) afirma, com base na leitura de *A América Latina*, que a instrução popular, sobretudo a primária, fora a principal arma de combate do autor contra os apelos ideológicos e as ações concretas que sujeitavam o Brasil aos desmandos dos governantes locais e das grandes potências estrangeiras. Contudo, é importante ressaltar que, em *O Brasil Nação*, o autor propõe uma revolução nacionalista popular, ou seja, aposta na reestruturação política como caminho para os investimentos necessários ao progresso do país, sobretudo os investimentos em educação.

De um ou de outro modo, é evidente sua luta contra o estigma de inferioridade do brasileiro e pela busca de soluções afinadas com os ideais republicanos. Seguimos com a inserção de Bomfim no debate em torno da luta pela constituição da identidade nacional, destacando: 1) os conceitos que criou para explicar a condição de inferioridade da sociedade brasileira, quais sejam, parasita e parasitado e; 2) o modo como sua concepção de sociedade se afina à sua proposta educacional e ao seu projeto de nação.

#### **4.3. Entre homens e *fantasmas*<sup>63</sup>: o concreto e o simbólico na luta pela construção da identidade nacional**

Como já destacado, a ampla formação de Manoel Bomfim e seu trânsito em diversas áreas do conhecimento são elementos fundamentais para a compreensão de seu projeto societário e da função social atribuída por ele à educação. Entendemos, como já mencionado, que o estudo isolado de uma ou outra faceta do autor pode comprometer a análise do pesquisador, uma vez que seus estudos em medicina, psicologia, pedagogia, sociologia e história constituem, reunidos, o seu arcabouço intelectual, formado pela rede de conexões entre esses vários campos do saber.

---

<sup>63</sup> O título deste subtópico foi escolhido com base num excerto retirado do livro de Manoel Bomfim intitulado *Pensar e Dizer: Estudo do Símbolo no Pensamento e na Linguagem*, publicado pela primeira vez em 1923. No referido trecho o autor faz uma crítica ao símbolo quando utilizado para a manutenção do *status quo*, configurando uma espécie de luta contra “fantasmas”, ou seja, contra abstrações do imaginário social que obstaculizavam as transformações necessárias ao país.

De sua formação médica e seu vasto conhecimento da biologia, Bomfim traz a história do *Chondracanthus gibbosus*, um animal marinho parasita. (BOMFIM, 2008). O autor faz uma detalhada explicação para comprovar que o parasitismo não é inerente a nenhuma espécie viva da natureza, tampouco aos homens em suas relações sociais. O referido animal marinho, de constituição extremamente rudimentar e comparado a um simples verme, teria sido estudado em seu estágio embrionário e larvar. Para surpresa dos pesquisadores, sua estrutura nesses estágios mostrava-se muito mais desenvolvida e complexa que na fase adulta.

O pequeno animal, portanto, nada tinha de verme. Era na verdade um crustáceo que, em algum momento de sua evolução, teria se deparado com a possibilidade de obter alimento de forma mais fácil. E foi assim que o *Chondracanthus* degenerou, perdendo paulatinamente os órgãos e as funções que deixou de utilizar na luta pela própria sobrevivência.

A partir desse exemplo, Bomfim explicita seu conceito de parasitismo social, a saber, relações desiguais e exploratórias estabelecidas nacional e internacionalmente. Em âmbito nacional, entre governantes e povo; no plano internacional, entre países desenvolvidos e nações agroexportadoras pouco ou nada industrializadas. O complicador do parasitismo aplicado à dinâmica social, contudo, é que a degeneração acontece no aspecto moral, ou seja, os parasitas abdicam e perdem a consciência dos efeitos de seus atos, passando a praticá-los de forma generalizada e banal.

Em busca dos interesses próprios, os “parasitas” perdem o senso de pertença e deixam de lutar pelo bem comum. O senso moral, portanto, é entendido por Bomfim como um hábito que pode tanto ser adquirido como perdido, ideia que sintetiza no excerto a seguir: “[...] colcai um organismo em condições que o dispensem de exercitar os seus órgãos sensoriais e locomotores, e estes se atrofiarão fatalmente”. (BOMFIM, 2008, p. 23). É o que teria acontecido aos portugueses no Brasil Colônia e Império e o que estaria acontecendo nas décadas iniciais da República por influência dos próprios brasileiros.

Discorrer sobre os parasitas e os parasitados, categorias tão recorrentes na obra de Bomfim e, por conseguinte, nos trabalhos dos seus intérpretes, é algo necessário. Primeiro, porque é o tema que permeia o seu mais polêmico livro, *A América Latina, males de origem*; segundo, porque os conceitos estão presentes,

direta ou indiretamente, nos demais livros que produziu no decorrer de toda a sua vida.

A construção da identidade nacional no alvorecer da República, de acordo com os escritos de Bomfim, exigia o enfrentamento de dois tipos de inimigos: os concretos e os simbólicos. O estudo de ambos passava, necessariamente, pela valorização das tradições por meio de uma história comprometida com a verdade. (BOMFIM, 2013). A educação, por sua vez, constituía-se em veículo imprescindível para a formação de uma geração orientada por outros princípios e preparada para superar as influências negativas dos homens e dos espectros que assombravam a nação.

Os parasitas, portugueses que exploraram indiscriminadamente as riquezas brasileiras e estabeleceram com a colônia uma relação de subserviência, bem como os governantes brasileiros que mantiveram o mesmo tipo de política predatória, impediam a modernização necessária ao país. Já os parasitados, na condição de ignorância em que se encontravam nada podiam fazer com os poucos instrumentos de que dispunham. A construção da identidade nacional como critério para alavancar o progresso do país estava comprometida pelo conservadorismo que se materializava não somente no domínio prático, mas no imaginário do povo.

Quanto ao enfrentamento desses “males” em sua origem, no entendimento de Bomfim, a iniciativa era quase nula. Os *superiores do momento*, ao tratar os sintomas como causas deixavam de encontrar as soluções apropriadas e reforçavam os estigmas que mantinham o Brasil e os brasileiros estagnados em seus projetos. A citação que se segue descreve, a nosso ver, o posicionamento de Bomfim em relação às condições gerais do Brasil de seu tempo e evidencia a luta política e ideológica travada entre grupos opositores naquele contexto.

Sofremos todos os males, desvantagens e ônus fatais às sociedades cultas, sem fruirmos quase nenhum dos benefícios com que o progresso tem suavizado a vida humana. Da civilização, só possuímos os encargos: nem paz, nem ordem, nem garantias políticas; nem justiça, nem ciência, nem conforto, nem higiene; nem cultura, nem instrução, nem gozos estéticos, nem riqueza; nem trabalho livre, muita vez, nem mesmo possibilidade de trabalhar; nem atividade social, nem instituições de verdadeira solidariedade e cooperação; nem ideais, nem glórias, nem beleza... (BOMFIM, 2008, p. 15-16).

Na sequência, o autor ressalta a possibilidade de avanço dessas “sociedades novas” e repletas de riquezas naturais e humanas, mas lamenta e condena a mesquinhez e torpeza da política imoral que, segundo ele, produzia a miséria e seus males. Bomfim, portanto, assim como atestam Flora Sussekind e Roberto Ventura (1984), Ivone Bertonha (1987), Roselânia Francisconi Borges (2006) e José Maria de Oliveira Silva (1990) não entendia as desigualdades sociais como desdobramento da luta de classes e sim como resultado de uma política predatória que estabelecia o lugar de cada nação e de cada grupo na distribuição das benesses materiais e culturais produzidas coletivamente.

No sentido exposto por Marx e Engels (1990), segundo o qual a produção coletiva, quando apropriada individualmente gera toda sorte de desigualdades e problemas sociais não há de possibilidade ‘cura’ senão pela transformação estrutural, visto que “[...] a condição mais essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a acumulação nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado”. (MARX; ENGELS, 1990, p. 77).

Bomfim (1993; 2008), por sua vez, vislumbra essa possibilidade, sobretudo nos primeiros anos de seu trabalho como educador no *Pedagogium*, na Escola Normal e até mesmo enquanto parlamentar. Todavia, sua obra é um conclave ao enfrentamento consciente à oposição, ou melhor, ao conservadorismo em todas as suas formas de manifestação.

Aos políticos representantes da ala conservadora Manoel Bomfim atribuía a “podridão” do governo e comparava seus atos a um “[...] câncer em ulceração”. (BOMFIM, 1996, p. 505). É comum e característico de sua obra o emprego de termos provenientes da biologia e da medicina para explicar, criticar ou enaltecer a sociedade. A autoridade médica naquele momento, como pontua José Gonçalves Gondra (2004), dava legitimidade ao discurso dos intelectuais cuja formação inicial se vinculava à saúde. Contudo, muitos desses “doutores” optavam por ampliar seu espaço de atuação, dedicando-se ao magistério, à política e até mesmo à carreira de escritores, mantendo, de modo geral, o vínculo com a medicina por meio de sua visão de mundo, de seus projetos, de suas publicações e de suas ações político-pedagógicas.

Gondra (2004) ressalta que o saber científico e a racionalidade, sustentáculos da medicina, paulatinamente ganharam legitimidade naquele cenário em que

prevalciam as crendices populares. Os médicos de meados do século XIX e início do XX, enquanto portadores de um tipo de conhecimento capaz de libertar os indivíduos e a nação das intempéries causadas pelas grandes epidemias são chamados a dar respostas a outros problemas sociais. Manoel Bomfim pertenceu a esse grupo e seu projeto médico-higienista, além de prever medidas socioeducativas para o cuidado físico e moral das novas gerações, caracterizava-se ele próprio pelo uso de termos médicos.

Dante Moreira Leite (1983) reconhece essa característica na escrita de Bomfim, mas é importante compreendê-la como representação de um grupo de visibilidade que se propôs a pensar o Brasil e, conseqüentemente, a educação do povo. Nesse sentido, é válido afirmar que a escola pública republicana teve como parceira inicial a medicina, visando ao preparo de cidadãos, de soldados e da mão de obra especializada necessária ao país.

Essa perspectiva sintoniza Bomfim com o importante e influente movimento higienista da época na luta pela construção da identidade nacional, retirando-lhe o estigma de solitário, esquecido ou desconhecido, como já destaca Oliveira (2014). A “podridão” dos governantes degenerava o meio e a cura não se restringia à substituição das autoridades, pensava Bomfim. Para garantir a derrocada dos conservadores era preciso combater os “fantasmas” por meio do ensino de preceitos morais, de práticas de higiene, de valores e hábitos necessários ao convívio no meio urbano, estratégia usada por esses médicos para garantir a substituição de um modo de pensar e viver vinculado à vida no campo por outro condizente com a República.

Marta Maria Chagas de Carvalho (1989), em seu clássico *A escola e a República*, atesta que o tema da amorfia era recorrente entre os propagandistas da educação. Para esses, a escola representava o remédio necessário àquela sociedade obsoleta. O debate em torno do tema da amorfia,

Referido às populações brasileiras, proliferava em signos da doença, do vício, da falta de vitalidade, da degradação e da degenerescência. O trabalho é, nessas figurações, elemento ausente da vida nacional. As imagens de populações doentes, indolentes e improdutivas, vagando vegetativamente pelo país, somam-se às de uma população urbana resistente ao que era entendido como trabalho adequado, remunerador e salutar. (CARVALHO, 1989, p. 10).

A migração dos sertanejos para os grandes centros sobrecarregava as cidades e evidenciava a ausência de uma política de organização do trabalho livre. Era preciso fixar aqueles homens no campo, promovendo condições para sua sobrevivência na zona rural e, ao mesmo tempo, desenvolver a indústria ao ponto de incorporar a mão de obra disponível. A escola, em ambos os casos, teria como função formar moral e intelectualmente a grande massa analfabeta pouco beneficiada com a instituição da democracia. Segundo Carvalho (1989), despontavam, naquele contexto, os debates sobre a importância de disciplinar o povo sem instrução no intuito de conter a anarquia e a vadiagem.

Jeca Tatu, o conhecido sertanejo da obra de Monteiro Lobato tornou-se o protótipo do homem que não servia mais à sociedade. Apresentado como pacato, doentio, preguiçoso e ignorante, ele simbolizava o velho em contraposição à imagem que se pretendia difundir de um cidadão dinâmico, adaptável, dado ao trabalho e minimamente instruído. Vejamos como a personagem foi descrita pelo seu criador:

Jéca Tatú era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Vivia na maior pobreza, em companhia da mulher, muito magra e feia, e de varios filhinhos palidos e tristes.

Jéca Tatú passava o dia de cocoras, pitando enormes cigarrões de palha, sem animo de fazer coisa nenhuma. Ia ao mato caçar, tirar palmitos, cortar cachos de brejaúva, mas não tinha a ideia de plantar um pé de couve atrás de casa. Perto corria um ribeirão, onde ele pescava de vez em quando uns lambaris e um ou outro bagre. E assim ia vivendo.

Dava pena ver a miseria do casebre. Nem moveis, nem roupas, nem nada que significasse comodidade. Um banquinho de tres pernas, umas peneiras furadas, a espingardinha de carregar pela boca, muito ordinaria, e só.

Todos que passavam por ele murmuravam:

- Que grandississimo preguiçoso!<sup>64</sup> (LOBATO, 1951, p. 329).

As comparações do autor entre o sertanejo e o imigrante europeu eram recorrentes, como se verifica no excerto abaixo:

Jéca só queria beber pinga e espichar-se ao sol no terreiro. Ali ficava horas, com o cachorrinho rente; cochilando. A vida que rodasse, o mato que crescesse na roça, a casa que caísse. Jéca não queria saber de nada. Trabalhar não era com ele.

---

<sup>64</sup> As citações do livro de Monteiro Lobato, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, mantêm a gramática original do texto. Utilizamos a quarta edição publicada pela Editora Brasiliense Limitada no ano de 1951.

Perto morava um italiano já bastante arranjado, mas que ainda trabalhava o dia inteiro. Por que Jéca não fazia o mesmo?

Quando lhe perguntavam isso, ele dizia:

- Não paga a pena plantar. A formiga come tudo.
- Mas como é que o seu vizinho italiano não tem formiga no sítio?
- É que ele mata.
- E por que você não faz o mesmo?

Jéca coçava a cabeça, cuspiu por entre os dentes e vinha sempre com a mesma história:

- *Quá!* Não paga a pena...
- Além de preguiçoso, bebado; e além de bebado, idiota, era o que todos diziam. (LOBATO, 1951, p. 331).

A história de Jeca, além de ser um elucidativo registro da imagem do caipira brasileiro não condizente com o perfil do cidadão que se queria forjar, apresenta a relevância da medicina e o papel que esta ciência assumiu no contexto em análise. Na sequência da história Jeca recebe a visita de um atencioso médico que identifica a causa de sua canseira: anquilostomiase ou amarelão, como popularmente a doença era conhecida. O doutor receita-lhe um remédio e prescreve alguns cuidados básicos, como andar calçado e abandonar o vício da bebida, e o “milagre” se faz na vida de Jeca.

O homem antes indolente e apático torna-se ágil, forte e determinado. Sua fazenda transforma-se num reduto produtivo de causar inveja até mesmo ao vizinho italiano. Jeca enriquece, passa a investir em tecnologia para aumentar a produção e decide aprender inglês na intenção de conhecer os Estados Unidos. Por fim, o caboclo bem sucedido resolve contribuir com sua comunidade e cria um centro de cuidado à saúde dos “caipiras da redondeza”. (LOBATO, 1951, p. 31)<sup>65</sup>.

O estudo da inserção de Manoel Bomfim nesse movimento em prol da formação física e moral do povo é importante para compreendermos a dimensão de seu projeto de nação, o qual procurou resguardar em suas teorizações e ações políticas. Bomfim foi fiel à medicina – a despeito de ter abdicado de seu exercício direto –, enfrentou seus opositores e utilizou seu conhecimento para debater com autoridades e transitar estrategicamente em diferentes áreas.

---

<sup>65</sup> A breve história de Monteiro Lobato foi adotada por Cândido Fontoura e publicada em formato de livreto com o objetivo de divulgar preparos medicinais contra a opilação e a malária, ficando conhecida como *Jecatatusinho*. A proposta de Cândido Fontoura era disponibilizar exemplares ao maior número de sertanejos possível, divulgando noções de profilaxia e tratamento das doenças mencionadas. Sua iniciativa foi bem sucedida, visto que as tiragens chegaram a quinze milhões de exemplares. (LOBATO, 1951).

Sua formação deu-lhe base para enfrentar os “homens” de seu tempo, buscando implantar o que acreditava ser necessário ao país naquele momento e, ao mesmo tempo, fazer frente aos “fantasmas”, desnudando teoricamente a história da nação e os motivos que entravavam o seu desenvolvimento. Sua obra, portanto, reputada como incoerente por Sílvio Romero nos artigos que escreveu em 1906 já mencionados neste trabalho e como indefinida por parte da historiografia é por nós entendida como produto da práxis de um intelectual comprometido com os dilemas de sua época e cômico das barreiras a serem superadas na luta pela modernização nacional.

A compreensão do embate político e ideológico que caracterizou a Primeira República implica, a nosso ver, no entendimento do imaginário social a ser superado e na construção de uma imagem para a República (CARVALHO, 1990, p. 10), visto que

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.

Contudo, dada a coexistência de forças opositoras nas primeiras décadas da República, fez-se necessário aos adeptos da modernização não apenas a construção de um novo projeto societário e de um novo imaginário social, mas o ataque ao imaginário já consolidado e às teorias que lhe davam suporte. Nesse sentido, a obra de Manoel Bomfim é bastante representativa da época, pois revela os interesses em jogo, a dificuldade de se instaurar o “novo” e, ao mesmo tempo, a paulatina ruína do que Carvalho (1990, p. 09) chama de “arranjo oligárquico”.

Para o autor supracitado, o ato de manipular o imaginário social torna-se, especialmente, relevante em momentos de transição política, quando se quer redefinir a identidade de uma nação ou de um povo. Pensar a obra de Bomfim sob essa perspectiva, inserindo-a no processo de lutas, resistências, afirmações, ataques e polêmicas próprias do período contribui para a compreensão dos termos que utilizou para explicar a dinâmica da sociedade brasileira e atacar os seus opositores.

Os “fantasmas” eram tão poderosos quanto os “homens” e a identidade coletiva que se pretendia forjar deveria ser tão influente quanto a antiga que dera sustentação ao Império. Souto Maior (1993) já afirmara que os adversários ideológicos de Bomfim, ao lançarem críticas severas à sua obra não teriam compreendido a proposta modernizadora do autor e as estratégias por ele utilizadas ao exaltar o povo brasileiro e as riquezas do país e ao criticar a exploração dos portugueses e as teorias europeias em voga. A nosso ver, entretanto, foi por compreenderem sua proposta que fizeram oposição, haja vista que Bomfim, além de apresentar um projeto para o desenvolvimento da nação, colocava em evidência as fragilidades do imaginário social mantenedor daquele modelo de sociedade.

O arcabouço político e ideológico do nacionalismo, conforme afirma Hobsbawm (2014), alterou-se profundamente entre os anos de 1880 e 1914. Nacionalismo foi a palavra utilizada por todos os Estados que lutavam para assegurar sua independência e sua identidade enquanto nação.

A base dos “nacionalismos” de todos os tipos era igual: era a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com “sua” nação e podiam ser mobilizadas, como tchecos, alemães, italianos ou quaisquer outras, presteza que podia ser explorada politicamente. (HOBSBAWM, 2014, p. 224).

Merece destaque na frase do historiador a menção às emoções do povo. Segundo ele, a identificação emocional com a nação interessava aos governantes, pois a partir do vínculo era possível mobilizar as massas conforme as necessidades que emergiam. Manoel Bomfim esteve diretamente envolvido com a questão do nacionalismo e com a criação de um sentimento de amor à pátria por parte das pessoas que aqui viviam, brasileiros ou não. Ao refutar os “fantasmas” do antigo regime, utilizava-se da ideologia como recurso de convencimento.

Toda a exaltação que faz do índio e do negro em sua obra e todas as afirmações otimistas que lança sobre os mestiços e sobre o Brasil são indícios claros de sua destreza política. Em *Através do Brasil*, por exemplo, livro de leitura produzido em parceria com Olavo Bilac destinado para alunos da escola primária, Bomfim e Bilac (2000) visavam a formação das novas gerações de cidadãos republicanos conectados emocionalmente com a nação. Ora, como mobilizar uma massa alheia à história da pátria em que vive e desidentificada com ela? Como

alavancar o progresso nacional senão pela criação de um exército de brasileiros amantes de seu país, independentemente de sua nação de origem?

Ao seletor público leitor, portanto, Bomfim lançava suas críticas ao sustentáculo político e ideológico do grupo conservador, buscando desmontá-lo. Ao povo, buscava convencer por meio de seu trabalho médico-higienista e de seus contatos com a Escola Normal e escola primária. Em *Através do Brasil* esse esforço é evidente: os autores enaltecem a beleza e a abundância das riquezas naturais do Brasil a partir da história de Carlos e Alfredo e sua viagem em busca do pai adoecido. A cada parada uma nova personagem tipicamente brasileiro surge, ensinando-lhes novas lições sobre a história do país. Essas personagens são apresentados, em sua maioria, como pessoas generosas, acolhedoras, sábias (ainda que sem instrução) e dadas ao trabalho. Juvêncio, o jovem sertanejo que acompanha os irmãos em grande parte da viagem é feliz, otimista, resiliente e extremamente habilidoso para resolver questões práticas na luta pela própria sobrevivência. (BILAC; BOMFIM, 2000).

A mensagem subjacente à imagem do Brasil e do brasileiro que aparece na obra de Bomfim, em nosso entendimento, pode ser sintetizada da seguinte forma: é possível promover o desenvolvimento do país a partir do que temos e do que somos. Desmistificar a crença corrente na inferioridade das populações latino-americanas era algo mais racional que paixão e mais político do que caridoso. Bomfim, enquanto estadista de seu tempo conclamava os seus pares e o Estado à necessidade de investimento na educação do povo e em todos os setores primordiais para a modernização do país, como a indústria e o comércio.

Vejamos, para exemplificar, o diálogo que aparece em *Através do Brasil* entre os irmãos viajantes e um vendedor de fumo que se dirigia à Bahia. As insistentes perguntas de Alfredo deixam o homem motivado a discorrer sobre o seu ofício e sobre os lucros que a exportação do produto geravam para o país. Alfredo, então, encantado com as informações recebidas, exclama:

- A Bahia é rica! [...]

O homem sorriu:

- Será muito rica! Muito rica, quando todas as suas riquezas naturais forem intensamente exploradas. Na Bahia, há fumo, café, cacau, ferro, ouro, diamantes. E todas as lavouras, todas as indústrias e todo o trabalho que há, não só na Bahia, como em todo o Brasil, progredirão, ainda muito mais do que hoje, quando todo o território

estiver coberto de estradas de ferro... (BILAC; BOMFIM, 2000, p. 259-260).

Riqueza, trabalho, investimentos, lucro, desenvolvimento e progresso. Sobre a ideologia ou os “fantasmas” representantes da tradição, Bomfim produzia novas perspectivas, também carregadas de peso ideológico para tornar público o seu projeto modernizador e viabilizá-lo, a despeito das resistências.

Lutar contra o concreto e o simbólico, como se percebe, não foi simples opção de um rebelde revolucionário, mas uma necessidade aos que almejavam mudanças naquele momento transitório caracterizado pelo embate entre forças divergentes. Ser radical na Primeira República implicava em atacar as velhas estruturas e propor novas possibilidades e novos caminhos à nação, mas não sem oposição.

Nesse íterim, a obra de Bomfim, inserida em seu tempo, constitui importante fonte para a compreensão do momento em que foi produzida e da função social que a educação assume no período republicano.

### **Considerações finais**

A história evidencia que a luta contra as estruturas de domínio da Primeira República não ocorreu senão num processo que teve importantes intelectuais como partícipes. Não foi um fenômeno isolado impulsionado por uma voz dissonante e solitária, mas o desdobramento de transformações materiais em nível macro e micro que incitaram debates e movimentaram o meio político e educacional da época.

Juvêncio, o adolescente alegre, leal, otimista e prático deu início a esta seção por ser, em nosso entendimento, a personificação da cultura popular brasileira que Manoel Bomfim buscou evidenciar e valorizar em toda a sua obra. A análise do projeto modernizador bomfiniano e sua relação com o movimento de luta pela consolidação da identidade nacional na Primeira República constituiu nossa proposta, e a opção por desenvolvê-la partiu do princípio de que a obra de um autor só pode ser compreendida quando relacionada ao seu contexto de produção.

Se os homens pensam e agem na história em consonância com a realidade concreta que vos é apresentada, o estudo de projetos societários e de propostas educacionais implica no estabelecimento de relações entre o pensamento e ação

política do intelectual em questão e as especificidades do período em que produziu. Por isso a necessidade de compreendermos a correlação de forças presente em fins do século XIX e primeiras décadas do XX.

A ênfase dada ao *parasitismo social* se justifica pela força atribuída a esta categoria em toda a obra de Bomfim e sua estreita relação com a luta do autor pela construção da identidade nacional. O conhecimento da própria história, para o intelectual em destaque, era critério para a valorização das nossas tradições e compreensão das forças opressoras que regiam o país. Assumimos a perspectiva de que o momento de transição exigia um enfrentamento mais incisivo, o que teria levado Bomfim a mostrar-se ora apaixonado, ora revoltoso em seus escritos. Ao mesmo tempo em que exaltou o Brasil e seu povo, condenou teorias, governantes e projetos que, no seu entendimento, subjugavam a nação a fim de explorar suas riquezas humanas e materiais.

Quanto ao polêmico debate sobre raças e miscigenação, apresentamos o ponto de vista de Bomfim em relação ao paradigma da inferioridade racial das populações latino-americanas. Defendemos a tese de que o autor, ao opor-se ao denominado racismo científico não estava estritamente defendendo minorias e lutando em prol da justiça social. Seu posicionamento pode ser compreendido a partir do estudo de seu projeto modernizador, que tinha na referida teoria o seu maior entrave. Portanto, desconstruir o monumento teórico de sustentação das forças conservadoras era condição para implantar o “novo”.

Por fim, discorreremos sobre o embate do autor com as forças objetivas e ideológicas que nutriam o imaginário popular no alvorecer da República. O esforço em promover a identificação emocional do povo com a pátria, premissa para a consolidação do nacionalismo é premente na obra de Bomfim. Outrossim, acreditamos se tratar mais de estratégias políticas para mobilização popular do que, necessariamente, de manifestações passionais de um autor de ideias inusitadas para a sua época.

Na seção a seguir priorizamos o debate sobre modernização nacional na perspectiva de Bomfim e a função social atribuída à educação e ao Estado em seu projeto. Fez-se necessário, portanto, o estudo de sua concepção de educação para compreendermos as suas reais expectativas quanto aos destinos da nação.

## 5. RAUL E UM MODELO DE EDUCAÇÃO: ADAPTAR É PRECISO



*“Papae e Mamãe conversaram diante de mim a respeito da minha instrução...”*

(BOMFIM, 1920, p. 11)

Muitíssimo prazer! Meu nome é Raul e sinto-me honrado em apresentar-me aqui e contar a vocês um pouco de minhas vivências em casa na companhia de papai, meu grande amigo e maior exemplo, de mamãe e de meus irmãozinhos e espero não chorar durante a conversa porque a saudade já é imensa.

Posso contar-lhes sobre a escola, sobre minha relação com papai e sobre as viagens que fiz à Europa para estudar e conhecer novas culturas. Confesso que não foi fácil estudar em outro país sem falar a língua, sentir-me estranho numa escola diferente e com professores tão cheios de novidades, mas sabe... acho que acabei até me divertindo e acompanhando os colegas na medida do possível.

No momento estou num navio para novamente estudar fora e preparar-me para a academia. Tenho doze anos, mas o estudo sempre foi a maior prioridade de meu pai. Ele e mamãe conversam sobre tudo de forma muito amorosa, e embora papai sempre dê a resposta final, nunca o faz sem que antes mamãe tenha, de fato, concordado.

Prometi a eles que escreveria muitas cartas durante os dez meses que passarei fora de casa e a promessa já comecei a cumprir durante a viagem. Distraio-me no navio ao escrever as memórias de minha infância, registros de minhas “primeiras saudades” para, assim, aliviar o coração deveras apertado.

Escrever tornou-se hábito para mim porque papai sempre me colocava a redigir cartas, textos, traduções, dissertações, apontamentos e, assim como ele, acostumei-me a registrar os pensamentos. Como ele mesmo disse um dia: “[...] o falar muito torna leviano; o escrever obriga a meditar”. (BOMFIM, 1920, p. 15).

Nesse meu diário de bordo, no entanto, não escrevo sobre o que me acontece no navio e sim sobre minha vida, sobre as lições que aprendi com amigos e com os professores que tive nas escolas que frequentei; escrevo sobre conteúdos que marcaram minha formação e, sobretudo, escrevo sobre as lições de vida que recebi de meu pai nesses doze anos de vida.

Não posso deixar de dizer o quão amoroso e firme em suas convicções ele é, do quanto se dispõe a nos ensinar com palavras doces, olhando-nos nos olhos, apresentando exemplos, levando-nos a praticar e a vivenciar as lições dos livros. Com ele aprendi a respeitar o próximo, a ajudar o semelhante, a valorizar e a preservar o caráter acima de qualquer outra riqueza e a colocar-me à disposição de meu país para servi-lo com amor. Aprendi com ele e com meus professores, brasileiros e estrangeiros, preciosas lições de história, de biologia, de geografia e

tantas outras coisas que nem conseguiria descrever aqui, mas que procuro sintetizar diariamente nesse meu arquivo de memórias que enviarei à minha família ao final da viagem.

Sinto-me só, mas sou feliz e grato pela vida que tenho e pelas pessoas que dela fazem parte. Desejo retribuir a confiança em mim depositada em forma de muita dedicação, estudo e trabalho dedicado à nação em um futuro próximo. É o que papai espera de mim, seu primogênito amado, e hei de lhe dar esse orgulho!

Agradeço a gentileza de me ouvirem e convido-os a continuarem acompanhando minha viagem em *Primeiras Saudades*, pois tenho registrado muitas histórias incríveis por esses dias. Hoje mesmo, escreverei sobre os céus e os astros, lembranças de um aprendizado inesquecível sobre os mistérios da natureza.

Um forte e terno abraço! É incrível a beleza do mar, mas contemplá-lo assim, ao final da tarde, faz aumentar minha solidão. Só espero que o tempo passe logo por aqui...

### **5.1. A educação como adaptação**

Se até estas páginas temos nos ocupado de apresentar Manoel Bomfim, sua história de vida, sua obra e seu posicionamento político ante as questões candentes na Primeira República, nesta seção discorreremos sobre a educação na perspectiva do intelectual iconoclasta Bomfim.

Buscamos, até aqui, problematizar e promover uma discussão sobre a linguagem utilizada por Bomfim em seus escritos e discursos, defendendo a tese de que o ufanismo ou a crítica excessiva do autor aos cânones da época não denotam ausência de projeto social, mas estratégia de intervenção política e educacional pautada na linguagem enquanto símbolo.

Assim como no debate que travou sobre a necessidade de construção da identidade brasileira a partir da valorização do elemento nacional – índio, negro, mestiço –, apresentando-os como símbolos de coragem, força, trabalho, generosidade, resiliência, entendemos que Bomfim, além de defender um modelo específico de educação e representá-lo por meio das personagens simbólicas, concebeu o modelo escolar como propício para a difusão de novos símbolos. A

própria educação, em nosso entendimento, é por ele compreendida como insígnia de mudança.

Para fundamentar nossas afirmativas, pautar-nos-emos nos escritos bomfinianos sobre educação na unidade que estabelecem com a produção do autor sobre história do Brasil e da América Latina. A nosso ver, o intelectual iconoclasta aparece, com maior ou menor evidência, em toda a sua obra, ora por meio de metáforas, ora a partir das personagens, ora no modo como exalta o Brasil e o brasileiro, ora na forma como rechaça os símbolos representantes da “velha” ordem.

Há que se entender, de início, que a educação é conceituada por Bomfim como adaptação. É em *Lições de Pedagogia*<sup>66</sup> que essa perspectiva do autor é apresentada e exaustivamente explicada ao leitor. Fruto de seu trabalho como professor na cadeira de Pedagogia na Escola Normal do Rio de Janeiro, o livro é um compêndio de lições ministradas às normalistas e que dialogam com as *Noções de Psychologia*, produto de seu trabalho docente na Escola Normal<sup>67</sup>. Ambos os livros, por sua vez, estão em consonância com o estudo desenvolvido por Bomfim sobre o papel do símbolo no pensamento e na linguagem, mais amplamente explorado em seção anterior.

A expressão – *educação* – corresponde a uma noção muito corrente, mas sem um valor preciso, sem definição vigorosamente justa. Por ter um sentido muito complexo, o termo varia de acepção, e se torna vago e indefinido. Geralmente lhe atribuímos a ideia de *modificação* ou *correção*, e a de *desenvolvimento*. Effectivamente, na educação, ha sempre modificações, e todas ellas se fazem como – desenvolvimento; mas apreciada em synthese, a educação é a *adaptação do individuo ás condições da vida humana*. A ideia central, ou dominante, no conjunto do conceito é a de adaptação ou *preparo*. E vem dahi o valor que tem a educação, e a importância que se dá á Pedagogia. (BOMFIM, 1926, p. 11-12).

---

<sup>66</sup> O livro citado foi publicado pela primeira vez em 1915 e hoje é reputado por obra rara. Nesta tese utilizamos a terceira edição, publicada em 1926 pela Livraria Francisco Alves do Rio de Janeiro.

<sup>67</sup> No prefácio à primeira edição de *Lições de Pedagogia* (1915), Manoel Bomfim destaca que a cadeira de Pedagogia fora criada na Escola Normal do Rio de Janeiro no ano de 1897 e desdobrada em dois cursos: o de Psicologia, de caráter preparatório, e o de Pedagogia e Metodologia, ministrado na quarta série. Contudo, uma reforma teria reduzido ambas as disciplinas a um só curso e sintetizado a parte de Psicologia a noções introdutivas. Já no prefácio à segunda edição, escrito em 1917, Bomfim informa aos leitores que os programas da Escola Normal carioca teriam sofrido outra reforma e que, como consequência, as cadeiras de Pedagogia e de Psicologia teriam sido absolutamente separadas, passando a ser ministradas por professores diferentes e seguindo programas distintos. (BOMFIM, 1926).

Para Manoel Bomfim, o ser humano não subsiste sem a adaptação ao meio social. Diferentemente das demais espécies vivas, os processos humanos de adaptação são extraordinariamente desenvolvidos, possibilitando uma acomodação consciente que só ocorre porque contamos com uma vida psíquica. Além disso, a transmissão dos caracteres hereditários na espécie humana, ou seja, a herança biológica e os instintos são reduzidos porque prevalece na espécie a atividade consciente.

Dada a natureza e o viver social da espécie, as formas e os processos de adaptação se generalizam em grande parte, constituindo uma sorte de experiência comum, social, e essa experiência concretizada na tradição, transmite-se de geração em geração. Toda superioridade da espécie humana está, pois, nesse psychismo socializado, que permite condensar em cada individualidade, em cada consciência, a experiência de todas as outras; e a educação vem a ser a forma de transmissão psychica dos processos e das capacidades adaptativas. (BOMFIM, 1926, p. 13).

Por afirmar que a educação tem como objetivo promover a adaptação do homem ao meio em que vive, Bomfim já foi considerado um legítimo representante da ética social burguesa. (BORGES, 2006). Neste trabalho, entretanto, compreendemos que a adaptação no sentido exposto por Bomfim não se restringe à sociedade capitalista e independe do modo de produção em vigor. Em cada momento histórico, todos os seres humanos estariam sujeitos aos mesmos processos e dependentes da educação para receberem a herança cultural necessária à sua sobrevivência.

Nesse sentido, qual a relevância da pedagogia? Seria ela uma ciência ou uma arte? Para Bomfim (1926, p. 9),

A Pedagogia<sup>68</sup> é, de facto, uma systematisação theorica, um corpo de doutrinas em plena evolução, e não uma sciencia propriamente dita, pois que o seu objeto é nimamente pratico – a educação. A Pedagogia é, pois, a systematisação dos principios scientificos, na discussão dos methodos racionaes de intervenção educativa.

---

<sup>68</sup> Ao referir-se à disciplina Pedagogia ministrada na Escola Normal, Manoel Bomfim utiliza inicial maiúscula. Porém, para tratar da pedagogia enquanto “[...] sistematização dos princípios científicos na discussão dos métodos racionais de intervenção educativa” (BOMFIM, 1926, p. 9) a opção do autor é pela letra minúscula.

Não é ciência, porque a ciência é eminentemente teórica, e a Pedagogia, para Bomfim, tem um intuito prático. Não é, tampouco, uma arte, pois a arte é a realização da Pedagogia, ou seja, a própria educação em sua dimensão transformadora. Vê-se, portanto, que o debate sobre a racionalidade e a cientificidade do ensino estava na ordem do dia entre a intelectualidade brasileira, como se pode verificar no excerto que se segue:

A pedagogia não é uma simples condensação de princípios científicos, ou um formulario de preceitos praticos. É uma discussão interpretativa, uma doutrina de deduções racionais , rigorosas, mas aparentemente variáveis. A educação, obra complexa, longa, exigente e ardua, deve ser feita muito racionalmente, sob um regimen rigorosamente científico. Dahi advem a grande importância da Pedagogia. (BOMFIM, 1926, p. 10).

Verifica-se, no trecho supracitado, uma preocupação nítida do autor com um ensino pautado em princípios científicos. Percebe-se que ao tratar de fundamentos teórico-metodológicos Manoel Bomfim abre mão da linguagem “apaixonada” e mantém-se objetivo. Defende a ciência e apresenta argumentos claros, sem redundâncias, figuras de linguagem ou críticas. O Bomfim professor a ministrar conteúdos na Escola Normal parece-nos diferente do Bomfim que discursa entusiasmado no parlamento, que ataca as lideranças políticas brasileiras, que condena o modo como a colonização foi aqui conduzida e que escreve para adultos e crianças na tentativa de apresentar um novo Brasil que considerava possível.

Nos esclarecimentos aos pais e mestres que redigiu e inseriu entre as páginas iniciais de *Primeiras Saudades* podemos constatar a intencionalidade de Bomfim ao escrever para crianças e o tipo de linguagem que usou deliberadamente para atingir seu objetivo. Segundo o autor, um livro de leitura para o aluno da escola primária deveria falar “[...] á intelligencia e ao coração”. (BOMFIM, 1920, p. 5). Os episódios deveriam ser compostos por fatos reais, “[...] porque só a realidade educa; só a realidade é capaz de provocar os movimentos intimos e as resoluções fortes e lucidas com que se faz a educação da creatura humana”. (BOMFIM, 1920, p. 5).

Sobre o fato de ter criado a personagem Raul para narrar a história, esclarece:

Nestas paginas, fala uma criança – para que as outras crianças possam comprehender e apreciar; mas procurei trazer para as

palavras dessa criança pensamento e sentimento, porque, sem ideia, sem emoção, o livro de leitura deixaria de ser educativo: não teria influencia sobre a alma da criança. (BOMFIM, 1920, p. 5).

Manoel Bomfim deixa claro aos pais e professores que, em seu entendimento, o objetivo do livro infantil deveria exceder o desenvolvimento do intelecto, buscando tocar emocionalmente o pequeno leitor. O caráter educativo do livro de leitura, portanto, estaria relacionado à influência que exerceria “sobre a alma da criança”.

Bomfim profere críticas aos livros produzidos para crianças em sua época por considerá-los desinteressantes e incapazes de comover ou inspirar. A seu ver, a escolarização infantil deveria considerar o mundo real e seus desafios, bem como a criança real e suas particularidades.

A criança, que tanta vez se concentra e examina a própria condição, no mundo onde se encontra; a criança, que continuamente se agita, e deseja intensamente, e teme, e chora, e se comove, e ama, e odeia... não póde admittir que, ostensivamente e permanentemente, a tratem como boneco insignificante e futil, que deva ser nutrido de tolices, e a quem se oferecem, apenas, historias insinceras, serodios sermões encomendados, fora dos aspectos reaes da vida, sem relações com o mundo em que ella se move, e que ela conhece. (BOMFIM, 1920, p. 5).

Uma concepção de infância que vê a criança como sujeito capaz de pensar, sentir, opinar, decidir, agir, e a escola como o ambiente favorável ao desenvolvimento de tais habilidades. Educar, para Bomfim, é agir conscientemente em prol da adaptação do ser humano ao meio em que vive. Nesse sentido, caberia aos professores e educadores uma intervenção deliberada que promovesse o avançar desse processo e, assim como assevera Souza (2004), garantisse uma formação cidadã concomitante ao aprendizado da leitura, da escrita e do cálculo. Raul é um arquétipo, o símbolo de

[...] uma criança cuja educação é orientada sempre com o propósito de levar-a á bondade activa, á independencia do pensamento e do sentimento de dignidade pessoal – a educação que prepara o individuo para dirigir-se por si mesmo, tornando-o, com isto, um disciplinado autonomo, generoso, lucido e honesto. Este é o objetivo da educação humana. (BOMFIM, 1920, p. 7).

Bondade ativa, disciplina autônoma e independência para agir e obedecer conscientemente. A educação, vista como adaptação acarreta à escola um papel

primordial. Ora, se “[...] a actividade psychica tem por fim a adaptação ou accommodation das exigências internas ás condições externas [...]” (BOMFIM, 1928, p. 14), para que conquiste o meio com mais plenitude o indivíduo depende da ação do outro. O educador, portanto, deve ter conhecimento de sua função social e da influência que exerce sobre a criança em seu processo de adaptação ao meio.

Bomfim optou por “tocar a alma” do aluno da escola primária que teria acesso às suas histórias. Considerou que o livro, para ser educativo, deveria formar intelectualmente e, ao mesmo tempo, comover. Esse princípio pode ser identificado nos seus escritos para adultos carregados de “paixão” e história, haja vista que, para Bomfim (1993, p. 329) “[...] paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica”.

Há uma preocupação expressa nos escritos de Bomfim quanto ao meio físico e moral ao qual o sujeito deve adaptar-se. Se a pedagogia tem como objeto “[...] a systematização dos principios que devem inspirar a obra da adaptação do individuo ás condições de vida humana [...]” (BOMFIM, 1926, p. 13), torna-se imprescindível ao educador ter clareza sobre o objetivo da educação, a natureza do educando e a natureza do meio para que sua ação seja eficiente. Bomfim (1926) defende que o preparo do educador deve ter como base o conhecimento da natureza do aluno e do meio em que vive para que a obra educativa – a adaptação – seja desempenhada com êxito.

“Ora, essa adaptação é de caracter essencialmente psychico, e é á natureza psychica da criança que se dirigem os processos educativos; logo é essa natureza psychica que se deve estudar de modo explicito”. (BOMFIM, 1926, p. 14). Contudo, como já afirmado, o psiquismo humano tem, para Bomfim (2006), uma particularidade: a capacidade de fazer associações e de se governar pela *lei do menor esforço*, o que permite à espécie o exercício do pensamento por meio de símbolos. A psicologia, portanto, seria, para Bomfim, a ciência a fornecer os mais relevantes subsídios à pedagogia, cujo estudo sistemático deveria ser precedido pelo exame da vida psíquica do ser humano.

Para adquirir a qualidade de ser humano é necessário que cada indivíduo seja submetido a um processo educativo, assevera Bomfim (1932). A educação enquanto intervenção propositada garantiria ao homem, portanto, a superioridade sobre todas as outras formas de vida e a possibilidade de condensar e apropriar-se do conhecimento historicamente acumulado.

Assim como a gestação e o aleitamento representam períodos do desenvolvimento humano eminentemente necessários à sobrevivência, a educação é apresentada por Bomfim como o alimento da inteligência que possibilita o preparo para a vida moral.

Esta é a situação natural dos jovens indivíduos humanos, quanto á necessidade de educação. Transportada para as condições do viver moral, na linguagem da vida social, essa necessidade se desdobra em direitos – da criança, e deveres – dos paes, e da sociedade para com a criança. Na realidade, direitos e deveres não são mais do que aspectos subjectivos, com que se formulam, na consciencia humana, as imposições naturaes, relativamente ás relações dos indivíduos entre si. (BOMFIM, 1932, p. 15).

Quanto à centralidade da psicologia no Brasil desde meados do século XIX, cabe lembrar o trabalho de Annita de Castilho e Marcondes Cabral (2004) e a relação que estabelece entre a ciência médica e a os avanços nos estudos sobre aprendizagem e desenvolvimento. Em artigo originalmente publicado no ano de 1950 no *Boletim da Cadeira de Psicologia*<sup>69</sup>, a autora atesta que o trabalho dos médicos foi mais relevante para a psicologia que a obra dos teólogos e advogados, dos quais provinha parte da reflexão filosófica do período. Ainda assim, ressalta o prestígio da medicina ao afirmar que

Na ausência de ensino universitário de Psicologia, é nas escolas médicas que, até pouco mais de uma década<sup>70</sup>, se pôde encontrar pelo menos a base biológica e neurológica para o conhecimento psicológico. Com a criação da cadeira de Clínica Psiquiátrica, aumentou a aproximação dos dois campos: médico e psicológico. Nessas condições, até recentemente houve uma presunção quase privativa de conhecimento psicológico dos diplomados em Medicina. Entretanto, não é somente a referida aproximação de campos de estudo que explica tal atribuição: nela entra também bastante o prestígio dos doutores, tão marcado num país em que metade da população é analfabeta. (CABRAL, 2004, p. 50).

Essa afirmação se faz relevante à compreensão da obra e ação política de Manoel Bomfim, bem como aos papéis que exerceu no meio educacional brasileiro. Sua perspectiva acerca da educação foi forjada num ambiente intelectual específico

---

<sup>69</sup> Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>70</sup> Considerar a data original da publicação, qual seja, o ano de 1950.

constituído por atores que, naquele momento, tomavam para si o desafio de modernizar o país. A partir do tripé medicina, psicologia e pedagogia é possível entender a sua inserção nos debates políticos inerentes à Primeira República. Em contraposição, uma reflexão sobre sua produção que desconsidere o significado de “ser médico” no contexto do século XIX e primeiras décadas do XX, no Brasil, corre o risco de reduzir a obra bomfiniana ao criticismo utópico, porque desprovido de vínculo com a materialidade.

No entanto, estudos como os de Gondra (2004) têm evidenciado as iniciativas de médicos brasileiros desde o período imperial na promoção de medidas higienistas modernizadoras. A referida pesquisa ajuda-nos a compreender a dimensão do trabalho dos médicos no período, cuja função social em muito excedia o diagnóstico e tratamento de doenças, além de comprovar que a higiene não foi suprimida pela eugenia, não obstante ter criado as condições para a sua legitimação. Bomfim foi um médico higienista, mas recusou os pressupostos eugenistas ao refutar a tese do branqueamento e seu fundamento, a saber, a suposta existência de raças superiores e inferiores como resultado de um processo de seleção natural inerente à evolução da espécie humana. A formação de uma nova espécie, o *Homo hygienicus* fora orientada, de acordo com Gondra (2003), pela medicina higienista que viu na escola o espaço para disseminação de um novo modo de ser e agir no mundo.

Assim, ao refletirmos sobre a educação na perspectiva de Manoel Bomfim e sobre a relação entre suas propostas educacionais e seu projeto societário levamos em conta: 1) sua formação em medicina e o que esse fator representava para a sociedade brasileira da época; 2) o fato de muitos médicos terem se ocupado de estudos e pesquisas relacionados à psicologia e 3) a influência que a psicologia exerceu sobre a educação no período em tela. Logo, Manoel Bomfim passa a se mostrar para nós como um autor deveras progressista, mas de forma alguma isolado como uma voz dissonante em defesa da escolarização em massa, da industrialização, da valorização do elemento nacional.

Bomfim, ao ocupar-se da educação buscou na psicologia os subsídios para pensar sua ação docente. Procurou, ainda, publicizar os resultados de suas pesquisas e experiências na tentativa de promover reflexões sobre o modo como o ensino e a aprendizagem eram concebidos, planejados e conduzidos na escola brasileira. A medicina lhe fornecia as bases teóricas para pensar os condicionantes biológicos e neurológicos afetos ao processo de ensino e aprendizagem,

fundamentos que aperfeiçoou em sua viagem a Paris e no contato com Alfred Binet, Jean Piaget e outras personalidades da época dedicadas ao mesmo objeto de estudo.

A docência para ele, como se pode observar, constituía uma atividade prática alicerçada em concepções claras de sociedade, de Estado, de ser humano, de educação. Ao conceber que “[...] a actividade psiquica tem por fim a adaptação ou accommodation das exigencias internas ás condições externas [...]” (BOMFIM, 1928, p. 14), o autor teria definido a função social da escola, pelo que se empenhou no percurso de toda a sua trajetória profissional.

O ser humano, para Bomfim, teria como desafio ao nascer a conquista do meio como condição de sobrevivência. Os atos estritamente orgânicos exerceriam a função de conservação da vida, enquanto os de caráter adaptativo exigiriam o contato com o mundo exterior. Para garantir a harmonia entre o mundo interno e as variações do meio far-se-iam necessários os atos de cunho adaptativo.

Enquanto os atos orgânicos mostravam-se mecanizados, uniformes, quase sempre inconscientes e estáveis, os adaptativos caracterizavam-se pela flexibilidade, visto que

[...] são funções variáveis, instáveis, reformáveis, dependentes das possibilidades internas e das condições e situações externas, frequentemente modificadas; funções que só se organizam e se normalizam depois que o indivíduo nasce. São estas actividades que se manifestam na consciencia; quer dizer, directa ou indirectamente, ellas repercutem sempre na consciencia. Todos estes actos, todas estas reacções exteriorizam-se por meio de órgãos livres, e que formam, no seu conjunto, o systema motor voluntario, capaz de se prestar ás mais complicadas combinações. (BOMFIM, 1928, p. 13).

Por serem reformáveis, as funções psíquicas poderiam ser submetidas a intervenções deliberadas do meio externo, e é nesse sentido que ganha relevância a educação e o professor. Há que se lembrar que Bomfim dedicou-se à formação de professores primários e parte de sua obra caracteriza-se pelo esforço em pensar o processo educativo e apresentar diretrizes ao seu alunado.

Todavia, qual a relação que podemos estabelecer entre a concepção bomfiniana de educação e o papel que atribuiu ao símbolo como elemento educativo? Ora, educar para Bomfim é criar condições para a adaptação bem sucedida do indivíduo ao meio, e esse indivíduo tem como particularidade o pensar

a partir de símbolos. (BOMFIM, 1928; 2006). Lembremos que, de acordo com o autor, a supremacia da espécie humana não se restringe ao pensar, mas define-se, antes, pelo pensar simbolicamente.

Tal característica, somada ao fato de que, para Bomfim (1928, p. 342), “[...] a creatura humana nunca reage isoladamente, e sim incorporada na sociedade, com a sua cooperação, implícita ou explícita, no tempo e no espaço”, torna o símbolo um aspecto central de sua obra e ação política. Vejamos um exemplo apresentado pelo próprio autor que corrobora com nossa afirmativa:

[...] para trazer uma representação ás consciencias, e determinar as correspondentes reacções psyquicas, basta que entre ellas se produza um symbolo evocativo. Objectivamente, as tres syllabas – floresta – são meros phenomenos sonoros; no entanto, enunciadas num circulo de individuos para quem esse conjuncto de sons seja um symbolo, eil-as com o poder de trazer-lhes á mente o grandioso e formidável espetaculo da selva primitiva. Assim se relacionam e se entrelaçam as consciencias. Então, si é verdade que o subjectivo só tem significação para a própria pessoa, uma vez que ella se póde communicar com as outras, é esse mesmo subjectivo que se estende, e de certo modo se torna comum, dentro da especie, graças ao symbolo. (BOMFIM, 1928, p. 342-343).

A possibilidade de simbolizar permitiria ao ser humano a criação de um subjetivo geral, pois Bomfim entende a consciência individual como dependente do universo coletivo. Assim, qualquer estudo que investigasse o indivíduo isoladamente seria falho e incompleto dado a relevância do viver social para a espécie. A consciência, portanto, é entendida pelo autor como uma síntese e representação da sociedade com seus símbolos e modos de educar.

Imitação voluntaria, educação, sugestão, propaganda, persuasão, pleito... são outros tantos modos de nomear subjectivamente as variantes, nas comunicações de excitação ou de influxo, de um cerebro a outro, pelos processos subjectivos, e sympathicos, de reconstituições de estados de consciência, por meio dos symbolos. (BOMFIM, 1928, p. 343-344).

As relações interindividuais que tornam possível a educação seriam, para Bomfim, mais relevantes à atividade psíquica que os processos orgânicos. Devido à plasticidade do cérebro humano as transmissões simbólicas seriam realizadas com

facilidade entre os indivíduos, otimizando o processo de adaptação de cada sujeito ao meio externo, pois

[...] no homem, social como é, o symbolo abrevia extraordinariamente a necessária systematisação da actividade cerebral, ao mesmo tempo que a enriquece. No symbolo se suprimem todos os intermediarios entre a sensação inicial e a synthese mental – conhecimento; a percepção pura se associa diretamente ao concepto superior. Por isso, é ele essencialmente educativo. (BOMFIM, 1928, p. 344).

A nosso ver, como temos defendido no percurso desta tese, a compreensão do papel exercido por Manoel Bomfim como intelectual passa, impreterivelmente, pelos estudos que desenvolveu acerca da aprendizagem humana. Esses estudos, fundamentados em bases teóricas médicas e psicológicas permitiram ao autor definir a educação como um processo de adaptação e o símbolo como o elemento-chave para a realização deste fim.

Deste modo, os processos de adaptação se podem comunicar simbolicamente, de consciencia a consciencia, e na especie se constituem, então, formas geraes de adaptação, formas que não se inscrevem nos órgãos, porque se transmittem e se refazem nas consciencias. A personalidade se organisa, assim, pela aquisição desses processos geraes. As ideias são systematisações que valem como esboços de acção, e que, propagando-se pelos symbolos, reforçam-se e modificam-se, ao passarem de cerebro a cerebro. (BOMFIM, 1928, p. 345).

Atentemo-nos à afirmação de Bomfim de que as ideias, representadas em símbolos, podem ser reforçadas ou modificadas, e recordemo-nos da função social que atribuiu ao intelectual: ser um iconoclasta a destruir os símbolos mantenedores do passado. Se educar é promover a adaptação, e se o meio social se via representado por símbolos não compatíveis com as mudanças que se processavam na política, na economia, na cultura e na educação do país, entendia Bomfim que a tarefa emergente era destruir os “fantasmas” que regiam o pensamento e as ações da população.

A adaptação à vida na República, promovida pela educação sistematizada, exigia o refutar dos antigos símbolos e a ascensão de outros novos, tarefa à qual Bomfim se lançou abertamente. “Os symbolos são os nodos, reformaveis e moveis,

dessa teia viva, que é a sociedade humana” – afirmava (BOMFIM, 1928, p. 345) –, e toda a sua obra fora pautada por essa mesma premissa.

Aquilo que chamou de “transfusões psíquicas” só ocorre entre os seres humanos porque somos sociais e pensamos simbolicamente. Orientamo-nos a partir de tradições que, por serem históricas, são sempre passíveis de reformulação.

O corpo social – o grande corpo social, a humanidade – compreendendo núcleos mais ou menos instáveis, não tem que cogitar (nem cogita, de facto) de morte, ou desaparecimento. Esses núcleos, sim, podem desaparecer, ou decompor-se ou reformar-se, enquanto outros surgem e se afirmam. Mas, desde que eles correspondem realmente a simples tradições, o seu desaparecimento significa, apenas na maioria das vezes, o abandono dessas tradições, suplantadas por outras, que contrastam com elas, e a elas se substituem. (BOMFIM, 1928, p. 348).

Há certo otimismo nas palavras do autor ao admitir a possibilidade de mudança social, de substituição das tradições e, nesse sentido, a educação assumiria papel central, desde que os professores fossem formados sob as mesmas orientações. Caso contrário, seriam apenas reprodutores dos velhos símbolos.

Essa preocupação de Bomfim pode ser evidenciada no discurso proferido às normalistas diplomadas pela Escola Normal do Distrito Federal no dia 13 de maio de 1904. Como paraninfo da turma e na presença do presidente da República, Rodrigues Alves, bem como do prefeito municipal, Pereira Passos, ambos comprometidos com as políticas de remodelação urbana e saneamento implementadas com a contribuição do médico sanitário Oswaldo Cruz, Bomfim apresenta suas perspectivas para o magistério primário e para a escolarização da criança brasileira.

Suas palavras vão ao encontro das reflexões sobre aprendizagem e desenvolvimento que, posteriormente, amadurecerá e publicará por meio das *Lições de Pedagogia: theoria e practica da educação* (1915), *Noções de Psychologia* (1917) e *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (1923). É relevante o fato de o discurso ter sido realizado um ano após sua viagem a Paris, pois é perceptível no texto a influência dos estudos sobre psicologia que desenvolveu na França.

A citação a seguir sintetiza a relação estabelecida por Bomfim entre instrução e progresso e corrobora com a concepção de educação como adaptação do indivíduo ao meio até aqui apresentada.

Desde que se trata de achar o meio que conduz os povos ao progresso, lembremos que as sociedades, e por conseguinte as nações, são constituídas de indivíduos; que os indivíduos são elementos activos nas sociedades. Si estes elementos forem adiantados, cultos, progressistas, a nação será adiantada, prospera e progressista; si os indivíduos permanecem retardados, ignorantes, inaptos, – a nação persistirá, fatalmente, atrasada, barbara, fora do progresso e da actividade fecunda. Lembramos ainda que o ser humano é o ser educavel e adaptavel por excellencia; inculto, nullo, incapaz, ignorante, elle póde adquirir, em duas ou três gerações, todas as aptidões, e mostrar-se preparado para todos os progressos. (BOMFIM, 1904, p. 8).

O progresso aparece como fim, como ideal almejado, e a educação como meio, como condição para o alcance do objetivo. Logo, a despeito do lugar de destaque que a educação ocupa em sua obra, vemos em Bomfim um intelectual cuja prioridade foi a luta pela modernização nacional e a criação de estratégias para viabilizá-la.

Bomfim aproximou-se de Rui Barbosa ao pensar em políticas para a escolarização popular como forma de preparar mão de obra especializada e formar gerações mais adequadas às demandas da República. Diferenciou-se de Monteiro Lobato, que via no caboclo brasileiro um parasita a enterrar o desenvolvimento do país<sup>71</sup>, embora haja na crítica de Lobato a defesa da formação das massas como forma de superar as condições precárias morais, intelectuais e materiais às quais estava submetido o povo.

---

<sup>71</sup> Em *Urupês*, Monteiro Lobato discorre sobre a “Velha praga” e apresenta o caboclo e seu estilo de vida como a causa do “atraso” brasileiro. Ver: LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense Limitada, 1951. (1ª Série das “Obras Completas de Monteiro Lobato”). Contudo, a visão de Lobato se altera em relação ao Jeca Tatu que, após a década de 1920, passa a ser concebido como um indivíduo doente e, portanto, carente de cuidados médicos e instrução. Essa perspectiva denota seu envolvimento no movimento higienista do período, caracterizado pelas campanhas em prol do saneamento público, prevenção e tratamento de doenças. Posteriormente, irá dedicar seus esforços ao desenvolvimento da indústria nacional, em especial ao ferro e ao petróleo, enfrentando o “atraso” como problema econômico. Para mais detalhes, ver: MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Reinações de um escritor**: Monteiro Lobato. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 1993.

Manoel Bomfim recorreu à ciência para refutar paradigmas e na própria ciência encontrou elementos norteadores de sua ação enquanto intelectual. Como um intelectual iconoclasta, questionou, provocou, problematizou e rejeitou símbolos, mas criou outros novos, ao mesmo tempo em que buscou evidenciar o crédito de suas propostas.

Há que se ressaltar que Bomfim não passou incólume à visão preconceituosa que se tinha da população inculta da época. O embate entre o velho e o novo como sinônimos de atraso e progresso, respectivamente, e a escola apresentada como instituição responsável pela integração do povo à nova República envolveu conservadores e progressistas. (CHAUÍ, 1980). Escolarizar as massas significava retirá-las da escravidão e do mundo obscuro em que viviam, garantindo-lhes o exercício da cidadania e o usufruto de seus direitos. (CARVALHO, 1989). Esse ideal de ascensão social e de liberdade vinculados à educação é recorrente na obra de Bomfim.

De formas distintas e amparados em diferentes perspectivas, os intelectuais daquele período tinham em comum a intenção de compreender o Brasil em suas particularidades num contexto marcado por profundas mudanças. (VELLOSO, 2010). Olhar retrospectivamente para nossa história e refletir sobre ela se fazia necessário para a construção de nossa identidade e apresentação do país no ajuste internacional. A leitura histórica de Bomfim foi singular por ter optado pela oposição declarada ao sistema político, econômico, cultural e ideológico que sustentava o tradicional regime das oligarquias no limiar da República.

Insígnia de mudança, a educação é apresentada na obra bomfiniana como critério para a modernização necessária. O Estado é conclamado a assumir a tarefa de promover o desenvolvimento e a difusão da escola pública, sobretudo da instrução primária, intervindo na vida privada para garantir, ao mesmo tempo, a formação dos cidadãos almejados e as condições concretas à materialização de seu projeto republicano.

Intencional e sistematicamente, a escola contribuiria ao fazer avançar o processo natural de adaptação dos indivíduos às condições impostas pelo meio. Para tanto, de posse dos conhecimentos sobre a especificidade do psiquismo humano – o pensar mediado por símbolos –, caberia ao professor o compromisso de formar as novas gerações a partir de outras bases e de uma nova simbólica.

Enquanto intelectual, os esforços de Bomfim para possibilitar tais transformações podem ser identificados nos estudos que desenvolveu em diferentes áreas, em suas publicações sobre os dilemas de seu tempo, em sua atuação como professor da Escola Normal, nos materiais produzidos para professores e crianças, em seu posicionamento nos embates políticos da época, nas ações empreendidas como médico higienista e em suas reflexões sobre história da América Latina e do Brasil. Essas ações, consideradas em conjunto, permitem-nos apreender o lugar que a educação ocupou em seu projeto modernizador.

## **5.2. A educação como insígnia de mudança**

Afirmamos, no decorrer desta pesquisa que, para Manoel Bomfim, o Estado tinha como dever explícito assegurar a educação das classes populares. A nutrição do corpo, bem como a defesa da integridade e do desenvolvimento biológico da criança eram insuficientes. Era preciso possibilitar a nutrição do espírito, ou seja, o preparo para a vida em sociedade a partir de uma educação moral, física e intelectual. Esses cuidados garantiriam à infância o direito à vida, “[...] primeiro direito do homem – direito essencial, e de que derivam todos os outros [...]”. (BOMFIM, 1932, p. 16).

O Estado teria na educação o recurso fundamental para influir no futuro da nação de forma segura, pois do preparo para a vida social dependia o progresso do país. Enquanto símbolo de mudança, a educação proposta por Bomfim era pública e prioritária entre as atribuições da União.

A tônica dos escritos e discursos do autor em defesa da escola pública é a ideia de progresso. Tomados isoladamente, alguns excertos de sua obra podem levar o leitor à conclusão de que os esforços de Bomfim resumiam-se à luta pelos direitos do povo. Contudo, uma leitura mais apurada possibilitará enxergá-lo como um homem objetivo e afinado com as transformações via educação ocorridas nos países industrializados.

Para Bomfim (1932, p. 23), as nações progressistas teriam compreendido a necessidade de transformar “[...] a acção policial do Estado, na defesa dos direitos individuais, em acção também, mais educadora”. No Brasil, entretanto, o problema essencial – o analfabetismo massivo – nem sempre era discutido como prioridade,

pois intelectuais, políticos e educadores habitualmente apresentavam propostas que desviavam a questão para o problema da qualidade, dos métodos, da educação das crianças com deficiência, entre outros.

Quer dizer: antes de achar meios de interessar os dirigentes pela diffusão do ensino, e de indicar como é possível custeal-o, emergem os detalhes de didactica, e outros que não só desviam as atenções, como, muita vez, fazem derivar das sommas destinadas ao custeio da instrucção popular, o necessario para a manutenção de serviços uteis, mas evidentemente adiaveis. É de toda a evidencia que antes de termos meios e escolas para instrucção elemental da massa de brasileiros normaes, não nos devemos ocupar com os anormais<sup>72</sup>. Emquanto não estivermos nas condições de alfabetizar a totalidade dos brasileiros, serviços e institutos subsidiários têm que ficar de lado. (BOMFIM, 1932, p. 90).

E continua, defendendo que as próprias professoras exercessem temporariamente a tarefa de enfermeiras ou inspetoras na escola enquanto não houvesse receita suficiente para novas contratações. Como se percebe, embora defensor da educação como propulsora de mudanças, Bomfim compreendia que as condições da sociedade brasileira exigiam a tomada de decisões emergenciais, ainda que estas representassem a secundarização de elementos importantes e de caráter qualitativo para a escola.

As iniciativas em prol do alargamento do Estado no âmbito educacional, de acordo com Nagle (1977), ganharam força no país partir da década de 1920. Contudo, Fernando de Azevedo (1976) atesta que as ações de intelectuais em prol da intervenção oficial tiveram início desde meados do século XIX. Pela criação de uma política nacional de educação, pela uniformização do ensino, pelo estabelecimento de um centro de orientação educacional, personalidades como Gonçalves Dias, Liberato Barroso, João Alfredo, Rodolfo Dantas, Tavares Bastos e Rui Barbosa apresentaram projetos e debateram as implicações do Ato Adicional de 1834 para a educação ainda no Império. Manoel Bomfim será uma das expressões desse movimento na República e defenderá o “[...] federalismo mitigado, com uma tentativa de distribuição equânime de poderes entre União e estados”. (CURY, 2001, p. 148).

---

<sup>72</sup> Termo comum na época e utilizado por Manoel Bomfim ao se referir às crianças com deficiência.

Juntamente com os esforços para definir as atribuições da União em relação à educação popular, intensificam-se as discussões sobre o modelo educacional mais apropriado à formação da infância. Carneiro Leão (1917; 1924), por exemplo, advogou por uma educação que superasse o ensino essencialmente literário baseado na memorização e que tivesse como fim o preparo das novas gerações de brasileiros. Assim como Bomfim, defendeu a valorização da individualidade do educando, associando as mudanças que se processavam no âmbito da escola ao progresso paulatino da nação e às exigências sociais impostas pelo momento histórico.

De acordo com Leão (1917), a escola teria como função principal promover a adaptação do ensino às especificidades do desenvolvimento natural do aluno em suas diferentes instâncias: física, moral e intelectual. De modo bastante similar às reflexões de Bomfim, defende que

Se a questão primeira da pedagogia é “adaptar o ensino e a educação á evolução natural, physica e psychica da criança”, a necessidade principal do educador é conhecer o educando, conhecer-lhe o organismo sob os seus diferentes aspectos. (LEÃO, 1917, p. 99).

É nesse sentido que os médicos ganham relevância, como já afirmado, em virtude do domínio que detinham do funcionamento do organismo humano e, sobretudo, porque a medicina os credenciava ao estudo do cérebro e das particularidades do processo de ensino e aprendizagem. Um ensino não mais pautado na figura autoritária do professor implicava no desenvolvimento de estudos sobre a cognição infantil para, a partir dos resultados alcançados, planejarem-se situações didáticas, materiais pedagógicos, formas de avaliação, estrutura dos prédios escolares, formato da mobília e detalhes gerais que, juntos, levariam à formação de um novo modelo de criança.

Cabe destacar, ainda, que as propostas de Carneiro Leão convergem com as de Manoel Bomfim quanto ao material didático utilizado nas escolas primárias brasileiras. Ambos denunciaram o modo como se ensinava História e Geografia às crianças, pois para os referidos autores os livros e os métodos de ensino não permitiam o estabelecimento de vínculos emocionais pelo país por parte dos alunos. A construção da identidade nacional dependia, dentre outros fatores, de uma educação cívica que despertasse nos escolares o sentimento de amor à pátria.

Assim como Bomfim, Leão (2017, p. 53) concebia o brasileiro como “[...] um povo que ainda não tem hábitos adquiridos, nem preconceitos, nem maus costumes [...]” e que, portanto, submetido a um processo educacional adequado, tornar-se-ia apto à vida na República e propulsivo ao progresso do país.

O ensino de Geografia e História desde o início da escolarização é fator que ganha destaque na obra de educadores e intelectuais do período. Estes reivindicavam uma formação que permitisse ao aluno ter consciência dos caminhos trilhados pelos brasileiros a partir da colonização, bem como ter noção do espaço físico em que viviam. José Veríssimo (1985)<sup>73</sup> foi um deles. Defendeu que o conhecimento de geografia e história pátrias afeiçoaria a criança ao país e, assim, estreitaria os vínculos do brasileiro com a nação.

Em comum com Bomfim, Veríssimo (1985) tem a crítica acirrada aos dirigentes brasileiros e à política de favores que aqui prevalecia, de acordo com ambos, bem como a defesa de uma educação pública que formasse o caráter nacional, que corrigisse os defeitos que a herança portuguesa imprimira entre nós e que produzisse os cidadãos republicanos necessários ao progresso nacional. Contudo, Bomfim é enfático ao ressaltar que os problemas do brasileiro eram de ordem cultural e não congênita e, portanto, passíveis de resolução.

Com o olhar voltado, ao mesmo tempo, para a realidade nacional e para as reformas educacionais levadas a termo nos países desenvolvidos, a intelectualidade brasileira partidária da modernização, em sua maioria, primava por questões similares quanto à educação popular. Requeriam reformas, investimentos do Estado, levantamento de dados precisos sobre a situação das escolas públicas e privadas, criação de novos prédios, formação de professores, mudanças nos processos de ensino, elaboração de material adequado, desenvolvimento de pesquisas educacionais, entre outras medidas.

Em Bomfim (1904; 1918; 1926; 1928; 1932; 1993; 1996; 2006), a defesa da instrução pública está relacionada à sua luta pela construção de uma identidade nacional, de uma unidade constituída em torno de tradições comuns pouco ligadas a fatores como raça e clima. A transmissão dessas tradições, bem como a sua

---

<sup>73</sup> A primeira edição do livro *A educação nacional* data de 1890 e, portanto, evidencia os esforços do autor em refletir sobre as transformações desencadeadas com a proclamação da República e em propor medidas para a estruturação do novo regime político.

incorporação por parte das novas gerações se daria pela educação sistematizada. Daí a importância de um Estado interventor comprometido com a conservação da nação.

A educação garantiria o bem estar social na medida em que inculcaria nos indivíduos os princípios morais necessários à vida em sociedade. Punir simplesmente, sem antes instruir era tarefa anti-educativa, na concepção de Bomfim, visto que relacionava a criminalidade à ausência de um processo educativo eficaz e capaz de promover a adaptação dos sujeitos à vida social. Vê-se, portanto, que suas ações em defesa da educação popular excediam a preocupação com a promoção humana. Na centralidade de seu projeto modernizador estava a vida social na República com suas particularidades e demandas.

Em relação ao Estado coercitivo e que pouco investia na formação dos cidadãos, posicionava-se:

O remedio resulta ser inteiramente contraproducente; o mal, no caso, só se póde curar pelo apuro da educação, para refazer o sentimento moral, e dar, a cada um, a possibilidade de realizar a sua vida, sem damno para os outros. O simples receio de punição não basta para garantir a normalidade do viver social; as leis punitivas dão a ilusão de garantia, provocam maior tibieza na acção educativa, e trazem, afinal, uma ggravação do mal estar social. (BOMFIM, 1932, p. 27).

Transformar a sociedade sem antes alterar as perspectivas sobre o alcance da educação era, portanto, tarefa inútil. É nesse sentido que apresentamos a educação como insígnia de mudança neste trabalho, além de disseminadora de novos símbolos. Por si só, ela é simbólica na obra de Manoel Bomfim por representar o novo, por ser apresentada como capaz de oferecer as condições materiais à construção de um projeto moderno de sociedade. Internamente, no âmbito da escola, assume a tarefa de difundir os símbolos que darão concretude às propostas formuladas, que possibilitarão a identificação emocional da comunidade escolar e, por conseguinte, da sociedade com o projeto em pauta.

A relação estabelecida por Bomfim entre educação e modernização é evidente em sua obra. Mesmo ao escrever sobre história do Brasil, o autor busca exemplos no passado para comprovar a tese que perpassa seus escritos: a de que uma civilização moderna só pode ser construída a partir de um metódico programa de instrução popular. Menciona as iniciativas da Roma antiga, da Inglaterra do

século XVIII, da Alemanha, da França, da Argentina, dos Estados Unidos, da Suíça, da Bélgica ao reivindicar instrução ao povo brasileiro e define o tipo de educação que preconizava:

Além de valorizar as inteligências e definir lucidamente os deveres, a campanha de que resultasse a efetiva instrução, tinha que ser, antes de tudo, uma excelente escola de disciplina e de apuro moral: estudar significa metodizar o esforço, tomar conhecimento de si mesmo, conter-se para o trabalho assíduo e conscientemente livre. [...] uma corrente que se orienta com o prosseguir da vida consciente, na afirmação de novos valores humanos. (BOMFIM, 1996, p. 547-548).

Na escola, especialmente, se daria o processo de seleção entre o que preservar e o que descartar do passado. Bomfim (1996) denomina esse processo de depuração, por meio do qual se preserva o bem e se elimina o mal, caracterizado como “peso morto” que em nada contribuía para o progresso social. O iconoclasta é aquele que realiza a depuração, ou seja, investiga o meio em que vive, as ideias que sustentam o modelo social em vigência e faz a denúncia do que não considera apropriado manter.

Em John Dewey (1959) encontramos uma preocupação similar quanto aos objetivos da educação formal. O autor atesta que, em sociedades complexas, a transmissão do conhecimento acumulado depende de processos sistemáticos diferentes daqueles pelos quais se opera a educação espontânea, mais vinculada à vida prática. O problema, segundo ele, é que nas civilizações adiantadas grande parte do saber se encontra representada em símbolos, o que pode tornar a educação excessivamente abstrata e alheia à realidade. O desafio seria, portanto, garantir a aquisição do saber específico e, ao mesmo tempo, levar o aluno a compreender sua utilidade na vida social.

Bomfim (1932) compreende, assim como Dewey (1959), que a educação livresca carecia ser repensada, pois a instrução para ambos só fazia sentido enquanto atividade eminentemente social<sup>74</sup>. Na obra bomfiniana esse princípio aparece na defesa de uma escola moderna vinculada às transformações em curso, uma escola comprometida com a realidade e que, por isso mesmo, abstinha-se da

---

<sup>74</sup> Para mais detalhes sobre as propostas educacionais de John Dewey, ver Galiani e Machado (2004).

tarefa de preservar qualquer tipo de conhecimento, concreto ou simbólico, não condizente com o seu objetivo.

Esse pressuposto remete-nos à definição de educação preconizada por Durkheim (1973): uma ação exercida pelos adultos sobre as crianças com o intuito de prepará-las para a vida em sociedade. Tal educação, para atingir ao fim a que se propõe, deve desenvolver certas habilidades intelectuais, físicas e morais compatíveis com as exigências do meio em que se vive.

O caráter social da educação, na perspectiva de Durkheim (1973), explica-se pelo fato de que, segundo o autor, o ser social é historicamente construído, haja vista que,

Esponaneamente, o homem não se submeteria à autoridade política; não respeitaria a disciplina moral, não se devotaria, não se sacrificaria. Nada há em nossa natureza congênita que nos predisponha a tornar-nos, necessariamente, servidores de divindades, ou de emblemas simbólicos da sociedade, que nos leve a render-lhes culto, a nos privarmos em seu proveito ou em sua honra. (DURKHEIM, 1973, p. 42).

No processo de formação e consolidação das sociedades, continua o autor, constroem-se as forças morais que darão base a determinados modelos sociais. Essas forças são transmitidas por meio da educação em sua potencialidade de criar o novo. Ora, se a sociedade, por meio da educação formal e informal, induz os indivíduos a certas paixões e interesses, infere-se que os saberes e sentimentos transmitidos são históricos, logo mutáveis. Bomfim (1904; 1932) corrobora com esse princípio ao defender um tipo de educação afinado com as mudanças que se processavam na República, e entende que os intelectuais e educadores, intencionalmente, deveriam assumir a tarefa de formar as novas gerações a partir de outros interesses, de outras paixões.

Preparar o indivíduo para a vida em sociedade, dar a ele condições de se adaptar e sobreviver no meio em que vive, desenvolver suas potencialidades humanas quase nada amadurecidas quando do nascimento são atribuições da educação previstas por Bomfim e Durkheim, e vale ressaltar a defesa que ambos fizeram da intervenção do Estado em matéria de educação. Nenhum deles propôs a monopolização do ensino por parte do Estado, senão a garantia de uma

escolarização a todos os cidadãos por admitirem a função essencialmente social da educação.

A relação entre educação e democracia, segundo Anísio Teixeira (1969), é intrínseca e necessária. Sem um programa de educação, assevera o autor, uma sociedade democrática não pode ser planejada, tampouco materializada. Se o ser humano não produz democracia senão quando submetido a um tipo de educação sistematizada e intencional que o prepare para o exercício da cidadania, a escola passa a ser condição de existência desse modelo social.

Manoel Bomfim, enquanto defensor da democracia, utilizou como pressuposto de seu projeto modernizador essa mesma premissa. Entendeu que a democracia não é produzida por qualquer tipo de educação, mas por um modelo educacional intencionalmente organizado para viabilizá-la e que, por esse motivo, far-se-ia premente assentar as bases sobre as quais se fundaria a República. É nesse sentido que seus escritos sobre educação tornam-se relevantes no estudo de sua obra, visto que todas as mudanças que propôs estão associadas a um determinado modelo educacional formador do tipo de indivíduo que considerou necessário àquela sociedade.

Ainda de acordo com Teixeira (1969), para ser democrática uma nação deve primar pelo interesse e bem comum, de modo que todos tenham consciência do que é necessário oferecer e do que devem e almejam receber. Cabe, portanto, à escola, o exercício planejado desse ideal democrático, bem como a elaboração de atividades, avaliações, currículo, métodos e processos gerais que sinalizem para a formação do cidadão que se espera.

Ao tratar do desafio que se impunha ao Brasil republicano – inserir-se no rol das nações modernas em meio a condições materiais controversas –, Bomfim (1932) evidencia acentuada preocupação. Admite a necessidade de educar o brasileiro para a cidadania, mas contempla a realidade e denuncia o modo com o problema capital da educação estava sendo tratado.

Em dias de accentuada crise, como esses que ora vencemos, contemplamos as coisas, procuramos compreender as dificuldades e os males de que soffremos, e, aqui, desde logo a crise se inclue – um monstruoso “deficit” de producção e incapacidade da população. Somos quarenta e dois milhões de habitantes a trabalhar, e não fazemos mais do que fariam oito ou dez milhões bem orientados e bem preparados. Ao mover-se nas malhas dessa somma

insignificante, a massa da população impreparada, apenas cohesa, fora de todos os moldes que a vida moderna oferece, inaproveitada na summa dos benefícios que o transcorrer das cousas vem proporcionando, – é uma massa a caracterizar-se pela ignorancia, e o analfabetismo como carencia universal de capacidade, ou cultura politica, social, moral, techica, mental. (BOMFIM, 1932, p. 39).

A crítica do autor ao descaso político pela educação popular vem acompanhada de índices atinentes à produção nacional. O povo inculto e tecnicamente despreparado não respondia habilmente à dinâmica da vida social, em consequência da ausência de uma educação voltada para o progresso. “[...] mas ella (a ignorância) é curavel, facilmente curavel. O remedio está indicado: a necessidade imprescriptivel de attender-se à instrucção popular”. (BOMFIM, 1932, p. 41).

Embora tenha proposto, ao final de *O Brasil Nação*, uma revolução popular por não mais acreditar na possibilidade de investimentos em educação por parte das lideranças políticas na proporção das necessidades do país, a crença na educação como insígnia de mudança permanece em Bomfim. Mesmo em suas reflexões mais amadurecidas é possível identificar a apologia à instrução popular, sempre apresentada como necessidade e critério para o progresso nacional.

Bomfim (1904), ao discursar para as professoras recém-formadas pela Escola Normal do Rio de Janeiro assegura-lhes que o progresso de uma nação exigia a tomada de decisões consciente quanto à instrução dos indivíduos. A educação pública, em uma sociedade pretensamente moderna deveria “[...] ser um dos mais importantes serviços públicos”. (BOMFIM, 1904, p. 9). Em sua perspectiva, os fatos demonstravam logicamente essa necessidade, mas o “sentir” do povo brasileiro e das autoridades era outro. Por isso mesmo o seu esforço em “tocar os corações” com palavras e com seus escritos, de modo a gerar identificação emocional nos brasileiros com a ideia de mudança via educação.

É mister conquistal-o, affirmando a nossa crença – uma fé viva no poder da intelligencia, esclarecida, creadora e fecunda; propagando-a, captando as convicções. É mister tenacidade, confiança e ardor. Formar, desenvolver, cultuar e exaltar a intelligencia – eis a vossa funcção; pela intelligencia penetrareis os corações, comtanto que a vossa fé não vacille, comtanto que se acenda e se conserve em vosso coração o desejo humano de combater os males gerados na ignorancia. (BOMFIM, 1904, p. 9).

Para Bomfim, mesmo entre os interessados na modernização nacional prevalecia o vínculo com a tradição e não uma proposta deveras reformadora. Criticava-os, alegando que

[...] querem fazer a vida moderna com ideias antigas, esgotadas, reveladoras de uma anquilose cerebral, ideias anodinas, ou mortas, incapazes de suscitar entusiasmos, e de levar á actividade. O pensamento repassa por sobre ellas como por uma necropole – academias, institutos, gremios... doutores e verbocinantes, um solemnismo fossilizado, e uma quasi totalidade de cidadãos que são, hoje, o que eram a duzentos anos – ignorantes, nullos, como si não possuissem um cerebro. (BOMFIM, 1904, p 11-12).

Aparece novamente, na citação supra, o uso de elementos da medicina para explicar as condições sociais e culturais em que se encontravam os brasileiros. Anquilose ou ancilose – estado de rigidez de uma articulação e ancilose cerebral, portanto, uma espécie de entorpecimento mental. As ideias anódinas seriam os “remédios” paliativos, sem grande eficácia, cuja função seria apenas “amenizar a dor”. As instituições são comparadas a necrópoles, ou seja, grandes cemitérios ou local de pessoas sedentárias, donde provinha a intelectualidade representativa do país.

As ideias antigas, mortas, esgotadas seriam o objeto de contestação do iconoclasta. Sua luta contra os “fantasmas” causadores da paralisia intelectual, da falta de vivacidade, do torpor se fazia urgente, e a educação seria, ao mesmo tempo, símbolo de mudança e meio para difundir o novo. Sem educação um povo não poderia compreender em que consiste o progresso, não teria condições de trabalhar racional e produtivamente pelo bem da nação e, por conseguinte, passaria ileso a qualquer imputação por parte das autoridades negligentes. (BOMFIM, 1904).

Para movimentar o processo de difusão da instrução pública, especialmente a primária, Bomfim (1932, p. 105) convoca a imprensa e propõe a criação de um fundo especial, um “Thesouro da Instrucção”, composto por

[...] dez por cento de todos os orçamentos, os federaes, os estaduais e os municipaes, as terras devolutas, os impostos sobre o uso do chão calçado nas cidades, uma parte da valorização dos terrenos urbanos, as rendas dos terrenos urbanos, fazendo o Estado o monopolio delles, vinte e cinco por cento dos lucros liquidos do Banco do Brasil, accumulariam, perfeitamente, esse Thesouro.

Quanto à imprensa, mostra-se esperançoso nas possibilidades de seu alcance. Por meio de uma propaganda contínua, acreditava Bomfim (1932, p. 101), seria possível falar “[...] directamente aos dirigentes responsáveis pelos destinos da nação”. Como os livros não tinham grande repercussão e os jornais estavam impossibilitados de tiragens maiores, uma propaganda adequada poderia mobilizar as autoridades e chamar a atenção para o magno problema do país.

Entretanto, qualquer iniciativa só teria efeito se orientada para a “cura” da nação, para a substituição da elite dirigente conservadora e propagadora dos velhos símbolos. A educação seria o caminho necessário e seguro, o símbolo da mudança, a propulsora do novo que clamava por surgir. Essa educação, para formar o cidadão apropriado, estaria firmada sob novas bases e novos símbolos, visto que, para Bomfim (1997, p. 384), competia ao intelectual aniquilar o *parasita* e, assim, promover a saúde da nação.

A nós, é indispensável curar, antes de construir, realmente. Fomos independentes a modo do organismo do qual veio a cair o carrapato apodrecido, e que nas carnes vivas deixou o dente; ou, melhor – a modo do corpo ferido, donde caem as larvas, quando as varejeiras já lá deixaram fartos ovos, para desenvolvimento da bicheira em novas e novas gerações.

O intelectual iconoclasta denuncia e destrói com palavras e ações os ídolos da tradição. Sua palavra também é símbolo, é luta e resistência, é tentativa de instaurar um projeto contestatório. Considera-se um “utopista” (BOMFIM, 1993, p. 351), um sonhador que trabalha pela concretização de seu ideal.

Exemplos objetivos dessa luta serão apresentados no próximo tópico de nossa tese, no qual destacaremos as iniciativas práticas de Manoel Bomfim com vistas à criação e disseminação de símbolos compatíveis com o seu projeto republicano.

### **5.3. A educação como difusora de novos símbolos**

Para além da declarada oposição à “política de conservação” (BOMFIM, 1996, p. 555) reinante no Brasil de seu tempo, Manoel Bomfim adotou medidas práticas com o objetivo de materializar seu ideal de nação. De uma ou de outra

forma, enxergou no símbolo o elemento central para o ataque à tradição e, ao mesmo tempo, para a construção de um Brasil moderno, industrializado, civilizado.

Suas ações enquanto intelectual não ficaram restritas ao discurso ou à produção literária. Quando analisamos o percurso profissional do autor e a centralidade da educação em sua obra e trajetória encontramos um sujeito inquieto, irreverente e politicamente estratégico. Embora a denúncia fosse a arma de ataque do intelectual iconoclasta, a obra de Bomfim, sobretudo sua produção afeta à educação, evidencia um esforço para apresentar novas possibilidades de se interpretar o Brasil.

A lógica de seu pensamento, a nosso ver, pode ser sintetizada e traduzida da seguinte forma: se os símbolos representantes da tradição obstaculizavam o progresso nacional, como substituí-los? Se cabia ao intelectual refutar o poder simbólico que dava sustento àquele modelo social, o que dispor no espaço vazio que se criava?

Neste tópico, apresentaremos as iniciativas de Bomfim para produzir novos símbolos ajustados ao seu projeto modernizador. Discorreremos sobre histórias e os personagens que criou, sobre o tipo de escola e de ensino que defendeu, sobre o modelo de educação familiar que divulgou, sobre o estereótipo de criança que propalou. Compreendemos que, de maneira implícita, ao defender determinado tipo de sociedade, de educação e de cidadão, Bomfim continuava a exercer a função social de iconoclasta na medida em que apresentava o “novo” em oposição ao “velho” que condenava.

Seu posicionamento foi claro quanto às possibilidades de desenvolvimento do país a partir da direção das elites tradicionais. Denunciava:

Com quanto tem contribuído para a vida moderna? O povo, tranquilo, bom, educável, assimilador, não oferece dificuldades a quem soubesse e quisesse conduzi-lo para o progresso; no entanto, somos como o rebatalho da América, tanto nos mantemos num passado que, em todo o seu peso de morte, só lembra opressão e miséria. Já não valem contra eles os processos da política normal e corriqueira, pois que nunca fomos um país de opinião, pois que os políticos profissionais, cada vez mais desbriados, não têm nenhuma reserva na espoliação opressiva, como governam. Então, já não se trata de conservar um regime, mas de intensificar a ceva em que se decompôs a já degradada política tradicional. (BOMFIM, 1996, p. 555).

Note-se que, ao apresentar o povo como “bom, tranquilo e educável”, Bomfim está contestando a visão predominante na época, que concebia o brasileiro como intelectualmente inferior, apático e ocioso. Ao deslocar a causa do atraso do povo para a elite governante, anuncia a solução: renovação dos quadros políticos, processo que se daria a partir da “intensificação da ceva” em que já se deteriorava a tradição.

No âmbito da escola, as propostas de Bomfim assumiram um caráter pedagógico que, em essência, não destoou de suas ações enquanto parlamentar, escritor, médico ou administrador de instituições educativas. Sozinho ou em parceria com Olavo Bilac, produziu romances para o público infantil, livros de leitura e livros de composição cujos enredos e conteúdo coincidiam com as ideias defendidas nos livros e periódicos destinados a adultos e mesmo nos discursos que proferiu.

Cabe ressaltar a aceitação desse material pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Rio de Janeiro e sua adoção na capital e pelos governos dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Sergipe, Ceará, Amazonas, Bahia e outros. (BILAC; BOMFIM, 1922; 1930). Aprovados unanimemente pelo órgão competente e reeditados posteriormente, o material didático e paradidático produzido por Bomfim, bem como as produções voltadas à formação de professores<sup>75</sup> e também adotadas oficialmente pela Escola Normal do Distrito Federal (BOMFIM, 1920) foram amplamente difundidos e utilizados por alunos e docentes no percurso do século XX.

A pedido de Bilac e Bomfim, se aprovados e adotados nas escolas públicas, a impressão e distribuição dos referidos materiais seriam financiadas pelos cofres municipais, como consta no parecer redigido por José Rodrigues de Azevedo Pinheiro (*apud* BILAC; BOMFIM, 1922; 1930), representante do Conselho Superior de Instrução da capital. Segundo as palavras do próprio redator, pedidos dessa natureza não eram aceitos sem reservas, o que nos leva a inferir que os escritos didático-pedagógicos que compõem parte da obra bomfiniana foram reconhecidos entre educadores, políticos e intelectuais da Primeira República, assim como nos anos subsequentes<sup>76</sup>. Ressaltava Pinheiro (1922, p. 5; 1930, p. 7) ser

---

<sup>75</sup> Referimo-nos à *Lições de Pedagogia: teoria e practica da educação* (1915) e a *Noções de Psychologia* (1917), ambos produzidos a partir de aulas ministradas por Manoel Bomfim na Escola Normal do Rio de Janeiro e, posteriormente, adotados para uso de alunos e professores na mesma instituição.

<sup>76</sup> Reitera-se que *Através do Brasil* foi reeditado mais de sessenta vezes, ou seja, continuou a ser utilizado nas escolas primárias públicas do Brasil mesmo após a morte de Olavo Bilac e Manoel Bomfim.

[...] uma concessão que importa em um premio, e, mais de uma vez, tenho-me manifestado, senão infenso, pelo menos reservado a taes concessões. No entanto, no caso presente, não hesito em opinar que seja deferido o pedido dos autores, isto é, que, além de aprovadas e adoptadas nas escolas publicas, sejam as obras impressas por conta do Governo Municipal, atendendo ao mérito especial d'esses trabalhos.

Não posso deixar de reconhecer que elles vêm satisfazer uma das mais urgentes necessidades da nossa litteratura escolar. Basta ponderar que, exigidos como vão sendo ultimamente os exercicios de composição portuguesa, os alumnos e professores nenhum guia encontram para esses trabalhos. Esse de composição é o primeiro que apparece, apresentando os exercicios como elles devem ser apresentados, revestindo um character verdadeiramente pratico.

O excerto citado é parte de um parecer de aproximadamente três páginas que, a nosso ver, constitui rica fonte para os pesquisadores da obra de Manoel Bomfim. As palavras entusiásticas do parecerista levam-nos, senão a refutar, ao menos a problematizar a imagem construída em torno de Bomfim como um intelectual intencionalmente esquecido e silenciado. Se a tese se aplica às suas reflexões críticas sobre a história do Brasil e da América Latina, o mesmo não se pode afirmar de sua influência no campo educacional, no qual suas produções foram amplamente aceitas e propagadas. Como temos defendido, há que se ter um olhar atencioso para a trajetória de Bomfim como educador, mesmo pelos que se dedicam a recortes outros de sua obra.

Os guias produzidos por Bilac e Bomfim apresentam um formato próximo daquilo que Carvalho (2006) denominou como “Caixa de Utensílios”. São essencialmente prescritivos e contêm modelos prontos de lições que deixam pouca margem para a inventividade do professor. Para a autora,

O Manual configurado como caixa de utensílios se organiza segundo a lógica de fornecer ao professor “coisas para usar” na sala de aula, compondo um programa curricular: uma poesia aqui, um canto ali, uma estorinha lá. Nessa lógica, o Manual é composto como impresso cujos usos supõem regras que não necessitam de explicitação, sendo dadas como regras culturalmente compartilhadas. Nesse sentido, a lógica que preside a composição desse tipo de Manual, que circulou nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX deve ser buscada no campo normativo das concepções pedagógicas que lhe são contemporâneas, que prescreviam a boa arte de ensinar como boa cópia de modelos. (CARVALHO, 2006, n./p.).

O *Livro de Composição* é um claro exemplo disso. Seu objetivo era “[...] servir de modelo para pratica da linguagem escripta” (BILAC; BOMFIM, 1930, p. 11), capacitando o aluno para a expressão de seus sentimentos e pensamentos. Contudo, ressaltam os autores já no preâmbulo, a intenção não era produzir literatos, mas que o aluno “[...] conheça (conhecesse) a sua língua, e possa (pudesse), num dado momento, exprimir com segurança, clareza e correcção, as suas idéas e os seus sentimentos”. (BILAC; BOMFIM, 1930, p. 12).

A produção de um material dessa natureza indicia a proximidade de Bomfim com o movimento de intelectuais propositores de mudanças no âmbito da escola como forma de dar respostas às novas necessidades que emergiam. Machado (2002) identificou esse processo ao analisar a educação proposta por Rui Barbosa e concluir que o tipo de ensino por ele defendido tinha como fim o preparo para a vida. Novos conteúdos eram privilegiados e os métodos repensados de modo a propiciar aos alunos prazer na realização das tarefas. Em menção a Rui Barbosa, destaca que,

Para o autor em estudo, essas mudanças no sistema de ensino eram fundamentais para tornar o Brasil uma nação civilizada. Destacou, em vários momentos dos *pareceres* sobre educação, que no século XIX a instrução popular se tornara uma necessidade imperiosa. Muitos intelectuais, representando os mais diferentes países, acreditavam que, com os sistemas nacionais de ensino, seriam alcançados melhoramentos na sociedade. A educação sendo posta como uma necessidade social da qual o Brasil não poderia se esquivar. A escola a ser difundida deveria estar voltada para a vida, deveria estar carregada de conteúdos científicos, formando o trabalhador e o cidadão. (MACHADO, 2002, p. 136-137).

Não há, portanto, como compreender a produção de Bomfim direcionada a alunos e professores de forma desconexa desse movimento de proporção internacional e levado a termo desde a segunda metade do século XIX. Um saber de caráter prático que preparasse para a vida é o que propõem Bilac e Bomfim (1922; 1930), tanto no *Livro de Leitura* quanto no *Livro de Composição*<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> No preâmbulo do *Livro de Composição*, Bomfim e Bilac (1930) informam aos leitores sua intenção: produzir uma série geral de nove livros para uso na escola primária, versando sobre elocução e vocabulário, leitura e composição. Assim, para cada nível do curso primário – elementar, médio e complementar – seriam produzidos três livros. No entanto, concluímos, a partir de nossas buscas, que somente os livros de leitura e de composição para o curso complementar foram, de fato, publicados pelos autores.

A formação dessa criança identificada emocionalmente com os símbolos da modernidade e da nacionalidade e apta para o exercício da cidadania implicava em mudanças significativas no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, como atestam Lajolo e Zilberman (1991), a literatura infantil passa a representar um terreno fértil e a despertar o interesse de escritores e educadores do período.

Implicitamente, de acordo com as autoras supracitadas, os materiais produzidos previam a formação de um modelo de infância que se ajustasse às transformações políticas, econômicas e histórico-sociais em processo no Brasil, assumindo o caráter de romance de formação. Na perspectiva de Jorge Alves Santana (2003, p. 36),

O romance de formação, grosso modo denominado de *Bildungsroman*, narra e tenta analisar o desenvolvimento espiritual, sentimental e cognitivo de uma personagem protagonista. Protagonista que, na forma tradicional dessa narrativa, possuía ares de comportamento heroico, é apreendida em situações que lhe trazem confrontos com o meio sociocultural e com a necessidade de compreender e dominar sua própria complexidade psicofísica.

É o que acontece em *Através do Brasil* e em *Primeiras Saudades*. Enquanto os livros de leitura e de composição apresentam textos e prescrições com o objetivo de levar o aluno a narrar, descrever, dissertar, enumerar e expor para que, assim, se familiarizasse com a língua portuguesa e com os diferentes gêneros textuais, os romances decorrem em torno de uma trama na qual personagens infantis são protagonistas, tendo como coadjuvantes outras crianças e adultos cujos comportamentos assinalam para um ideal de cidadão e de sociedade condicentes com o projeto modernizador de Bomfim.

Como já contamos nesta tese com a apresentação dos protagonistas de ambos os romances, quais sejam, Carlos, Alfredo, Juvêncio<sup>78</sup> e Raul, buscaremos mencionar doravante algumas personagens secundárias e igualmente simbólicas cujas características e ações coadunam-se com o que representam os quatro garotos.

---

<sup>78</sup> Juvêncio não é exatamente um protagonista em *Através do Brasil*, mas sua aparição na história altera o percurso da narrativa e concede ao menino sertanejo um papel de destaque ao lado dos irmãos Carlos e Alfredo.

No terceiro capítulo de *Através do Brasil*, por exemplo, durante a viagem de trem dos irmãos Carlos e Alfredo para Garanhuns em busca do pai adoecido, surge “[...] uma pobre preta africana, já muito velha, sentada a um canto do carro [...]”. (BILAC; BOMFIM, 2000, p. 64). Ela passava mal com o calor e Carlos, mais que depressa, corre para socorrê-la, abrindo a portinhola de modo a facilitar a entrada de ar. Profundamente grata com a gentileza, a senhora estende-lhes a mão como uma porção de amendoins torrados. Alfredo aceita a oferta com animação e Carlos se põe a conversar com a mulher, mais ouvindo histórias que falando e, ao mesmo tempo, buscando possíveis informações sobre o paradeiro do pai.

Já em Garanhuns, cansados e com fome, reencontram a velha senhora e são por ela acolhidos com muito carinho. Vejamos a descrição do casebre em que morava:

Era uma choupana rústica, mas asseada, com paredes de barro preto, e chão duro, batido, de torrões. A um canto o fogão, no centro uma mesa de madeira tosca; alguns bancos de pau, e o catre, em que dormia a dona da casa, completavam a mobília. (BILAC; BOMFIM, 2000, p. 69-70).

Os meninos foram alimentados com cuscuta e um delicioso mingau e, após a refeição, puderam conhecer o quintal e a horta de onde provinha o sustento da família.

De um lado ficava uma pequena horta, onde, em canteiros bem tratados, se alinhavam as couves, os quiabos, as ervilhas; do outro lado ficava o cercado da criação: havia galinhas, patos, perus, um porco e uma cabrita. Tudo aquilo revelava um cuidado constante, tudo estava limpo e varrido; e, contra o muro, enfileiravam-se as enxadas, os regadores, as vassouras, as foices [...]. (BILAC; BOMFIM, 2000, p. 70).

Foi preciso que Carlos retirasse Alfredo dali para que pudessem seguir viagem, tal fora o encanto que o ambiente despertara no menino. Partiram, mas levando ainda consigo “[...] um grande embrulho com amendoins torrados – último presente da caridosa africana”. (BILAC; BOMFIM, 2000, p. 70).

Esse breve trecho da história nos permite tecer considerações sobre a simbologia implícita nas ações dos garotos e da idosa. Inicialmente, não há nenhum indício de preconceito ou indiferença por parte de Carlos no momento em que vê a

senhora passando mal. Não obstante ser um garoto branco, bem instruído e de família abastada, ele parece enxergá-la como igual na medida em que corre para acudi-la e depois se senta ao seu lado para conversar no percurso da viagem. Que tipo de educação teriam recebido esses meninos para, numa sociedade essencialmente discriminatória, agirem com tamanha compaixão para com uma senhora negra e pobre que nada tinha a lhes oferecer?

Outro aspecto relevante é o modo como os autores apresentam a senhora e seu humilde casebre. Trata-se de uma mulher generosa, hospitaleira e trabalhadora. Apesar da pobreza material, é abundante em virtudes e nada indolente, pois acolhe com prontidão os meninos ao vê-los padecer na rua.

Assim como Juvêncio é apresentado como um sertanejo forte, criativo, otimista, dedicado e vivaz, a senhora africana e outros personagens similares são destacados no romance como virtuosos e nunca como preguiçosos e apáticos, tampouco criminosos. Bomfim reforça, dessa forma, a defesa que faz em toda a sua obra de uma política de valorização do elemento nacional, partindo do princípio de que o atraso do país era de ordem cultural – e não racial – e tinha como causa a displicência histórica dos governantes.

O povo brasileiro, na obra bomfiniana, é representado como forte, corajoso, persistente, bondoso e capaz. Estrategicamente, criava-se uma imagem laudatória que contestava a perspectiva negativa caracterizada pela associação entre atraso e miscigenação. Bomfim requeria investimentos do Estado em educação, e para atingir seu intento dedicava-se a defender a possibilidade de instruir o povo e, por conseguinte, fazer progredir a nação.

Há, ainda, uma tentativa de valorização da cultura nacional em *Através do Brasil*. Em determinados trechos da história personagens tipicamente brasileiros aparecem, sempre alegres, prestativos e bondosos para, de alguma forma, informar, acompanhar ou mesmo auxiliar os irmãos durante a viagem. O mulato Benvindo é um deles. Auxilia os dois garotos com muita diligência, mas não deixa de divertir-se numa roda de samba com sua viola, acompanhada de um pandeiro, numa espécie de disputa divertida e danças de roda envolvendo homens e mulheres.

O saber popular é comumente representado nos romances de Bomfim por meio de personagens simples, geralmente indivíduos não escolarizados e habilidosos na resolução de questões práticas do cotidiano. Ao ler tais histórias, as crianças se sentiriam emocionalmente identificadas com esses sujeitos pelo fato de

haver neles um carisma especial, uma propensão à criatividade e um acentuado senso de lealdade.

Essas lentes a partir das quais se passava a enxergar o povo brasileiro relaciona-se à incorporação da população no processo de escolarização primária. A alfabetização na Primeira República, como pontua Diana Gonçalves Vidal (2000), era ainda insipiente e objeto de preocupação dos intelectuais e educadores.

Estender para todo o território nacional as condições materiais e técnicas da escola de massas era o grande desafio que associava as largas dimensões do Brasil à sua diversidade cultural e populacional. Terra de imigrantes, educar o Brasil significava, para além de nacionalizar o estrangeiro, “abrasileirar o brasileiro”. (VIDAL, 2000, p. 514).

Nesse sentido, os esforços de Bomfim se justificam por ter buscado disseminar uma visão positiva e otimista do brasileiro a fim de, ao mesmo tempo, dirimir as resistências do Estado quanto aos investimentos em instrução primária e aproximar a grande massa de analfabetos dos pressupostos da pedagogia moderna e sua ênfase no saber prático como ponto de partida para a aquisição dos conteúdos abstratos.

Ainda de acordo com Vidal (2000), desde os fins do século XIX alguns princípios posteriormente aperfeiçoados pelos educadores “escolanovistas” se faziam presentes na escola brasileira. Era patente o interesse pelas teorias e experiências educacionais estrangeiras, bem como as iniciativas para adaptar esses saberes e práticas à realidade nacional.

O movimento de contraposição às práticas pedagógicas verbalistas pautadas na transmissão e memorização de conteúdos, portanto, a despeito de ter sofrido atualizações a partir da década de 1920 – sobretudo em virtude de fatores como a intensificação do processo de urbanização e industrialização, o desenvolvimento do comércio e devido às contribuições que a psicologia experimental ofereceu à escola –, teve como premissas aspectos valorizados na obra de Bomfim, tais como:

[...] a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno. (VIDAL, 2000, p. 495).

Nas décadas iniciais do século XX, entretanto, os debates em torno da necessidade de incorporação das classes populares na escola se intensificam. A sociedade moderna, para ser deveras produtiva, carecia de transformações radicais nas formas de pensar e agir do povo e exigia da escola uma formação compatível com as demandas do momento histórico.

Ao simbolizar o brasileiro como detentor de um valoroso saber prático, Bomfim atestava as precondições das classes populares para a inserção no mundo das letras. Ora, se o método intuitivo pressupunha “[...] um ensino que partisse do concreto para o abstrato, do próximo para o distante [...]” (VIDAL, 2000, p. 509) e a aquisição do conhecimento a partir da exploração dos órgãos dos sentidos, todos poderiam aprender, salvo exceções<sup>79</sup>, desde que conduzidos pelo método adequado.

Em *Primeiras Saudades* Raul faz uma elogiosa menção ao método intuitivo e à forma como seu professor francês conduzia a “lição de coisas”. Menciona a escola parisiense que frequentou durante sua estadia na França e descreve uma das aulas em detalhes:

Depois de cantarmos o hymno, começou a primeira lição. Elle foi a um armario. Logo comprehendi que ia fazer uma lição de cousas. E começou: “Meus amigos... Temos aqui uma porção de cousas... cousas muito differentes umas das outras...” Elle falava devagar, pronunciando muito bem as palavras; mas eu não entendia, nem podia entender tudo o que elle dizia. No emtanto, comprehendi a lição toda, como si elle estivesse falando em portuguez. (BOMFIM, 1920, p. 63).

Raul não compreendia o francês, mas o caráter prático da lição e a forma como o professor a conduzira permitiram-lhe abstrair toda a essência do conteúdo. Era como um analfabeto entre os novos colegas estrangeiros, porém, foi capaz de aprender como eles.

Não se pode ignorar que Bomfim, por meio do desafio enfrentado por Raul, estava a enfatizar a centralidade do método e a presteza do professor ao aplicá-lo.

---

<sup>79</sup> Cabe mencionar que os discursos pela universalização do ensino não aboliram da escola seus mecanismos de seletividade pautados, entre outros aspectos, na premissa da meritocracia individual, tendo como desdobramento a naturalização do fracasso escolar. (PATTO, 2000).

Um bom método e um professor preparado poderiam levar o aluno à aquisição do conhecimento, mesmo em situações adversas: eis a mensagem simbólica do autor.

Profícuas são as mensagens transmitidas simbolicamente nos escritos de caráter educativo de Manoel Bomfim. Raul, o garoto representativo de um modelo moderno de educação provinha de uma família estabilizada emocional e financeiramente e tinha nos pais os maiores exemplos de educadores, assim como Carlos e Alfredo. A figura do pai, em ambas as histórias, é enfatizada de modo especial e todas as atitudes virtuosas dos meninos aparecem como consequência de uma vivência cotidiana amorosa pautada no exemplo, no respeito mútuo e no diálogo.

O pai de Raul, sobretudo, é descrito pelo próprio menino como um homem profundamente centrado. Ensinava interrogando, questionando o filho acerca de suas certezas, apresentando possibilidades, solicitando tarefas práticas com o objetivo de fazê-lo vivenciar novas experiências e ampliar suas concepções sobre as pessoas e sobre o mundo à sua volta. No quarto capítulo do romance o pequeno protagonista sintetiza com clareza a relação de cumplicidade que construíra com o pai. Citemos:

Já tive ocasião de dizer que, conhecendo os modos de papae, habituei-me a contar com elle em todos os casos serios da minha vida. Aprendi a comprehendel-o, e acostumei-me a procurar sempre os seus conselhos. Entendiamos-nos perfeitamente. Muitas vezes, nem era preciso que ele falasse: eu lhe seguia o olhar e adivinhava que é que elle pensava, ou queria. Pelo seu lado, elle me conhecia muito bem como si podesse ler os meus pensamentos. Também é certo que eu nunca lhe menti, nem a elle, nem a mamãe. Quanto me entendi, foi dizendo sempre a verdade, porque isto é uma coisa de que os meus paes fazem uma questão absoluta. (BOMFIM, 1920, p. 22-23).

Se Bomfim admite a impossibilidade de uma criança ser devidamente educada por pais ignorantes e analfabetos e conclama o Estado à tarefa de formação das novas gerações de brasileiros (BOMFIM, 1918; 1932), e se atribui às professoras primárias o desafio de levar o país ao progresso por meio de um trabalho árduo de conotação quase divina (BOMFIM, 1904), não deixa de expor seu ideal de educação familiar mais voltado aos filhos da elite de seu tempo. Os privilégios materiais e pedagógicos deveriam ser utilizados em benefício da sociedade e convertidos em respeito, generosidade e dedicação ao próximo e ao

país, uma crítica indireta à formação bacharelesca perseguida por grande parte da juventude brasileira durante o período em tela, prática que Bomfim condenou abertamente em sua obra, assim como Sérgio Buarque de Holanda (1995) o fez anos depois em *Raízes do Brasil*.

Como um intelectual iconoclasta, sua função de destruidor de ídolos e símbolos era exercida de maneira expressa ou dissimulada. O modelo educacional que apresenta, tanto o familiar quanto o institucionalizado, prescinde de castigos físicos e confronta a pedagogia posteriormente denominada como tradicional, pois retira o educador da posição de autoridade inquestionável na medida em que considera os interesses e a curiosidade do aprendiz.

Nos dois romances há crianças ricas e pobres, brancas, negras, mestiças, instruídas e analfabetas, protegidas ou não pela família, mas todas especialmente bondosas e alegres, cada qual desempenhando o papel que lhe fora designado na sociedade. Em *Primeiras Saudades*, Raul menciona com carinho o seu amigo Camillo, um filho de pescador “[...] novo na Escola, e com quem eu (ele) já symphathisava muito”. (BOMFIM, 1920, p. 54). Note-se que não há comentários depreciativos por parte dos garotos ricos, senão palavras ternas sobre os colegas e mesmo sobre os adultos que compunham o seu círculo de relações.

A aproximação dos dois meninos ocorreu em virtude do desejo de Raul de conhecer os mistérios do mar, o que acabou por desencadear uma bela amizade. Camillo detinha o saber prático e popular, assim como Juvêncio, e Raul, com sua formação primorosa, ajudava-o com as lições escolares. Contudo, o pequeno pescador é impelido a abandonar os estudos para trabalhar após um acidente sofrido pelo pai. No navio, ao lembrar-se do amigo, é assim que Raul se expressa em seu diário:

Camillo foi uma das pessoas que me trouxeram a bordo. Devo reconhecer que elle acompanhava, em quasi tudo, os meus estudos e as lições da Escola; e foi muito bom para mim, porque era mais um motivo para ter as minhas lições sempre em dia. Nunca tive nenhum amigo a quem papae distinguisse mais do que a elle. Ultimamente, conversava com Camillo como si elle fosse um homem. (BOMFIM, 1920, p. 56).

Arquétipos de adultos educadores e de crianças de diferentes classes sociais, todos dedicados a um projeto comum: contribuir, de formas distintas, para o bem

estar e o crescimento do outro, bem como do meio em que viviam. Modelos pedagógicos em contraste, professores e métodos de ensino simbolizados em histórias infantis que marcaram o imaginário da criança brasileira no decorrer do século XX.

As iniciativas pedagógicas de Bomfim, porque orientadas por um projeto político para a modernização da sociedade brasileira previam a construção da identidade nacional a partir de uma formação nacionalista e patriótica. Para tanto, os livros didáticos que elaborou visavam formar um cidadão capaz de ler, escrever e expressar-se claramente, aptidões indispensáveis no mundo do trabalho que se forjava.

A seleção dos autores dos contos, narrações e poemas, bem como das atividades sugeridas para o professor não foi aleatória, como informaram Bilac e Bomfim (1922, p. 13), referindo-se ao livro de leitura: “[...] a este livro cabe o papel de verdadeiro modelo da linguagem escripta, da linguagem usual, corrente, moderna [...]”.

Textos de Machado de Assis, Eça de Queiroz, Coelho Netto, Olavo Bilac, Medeiros e Albuquerque, Araripe Junior, Raul Pompeia, José de Alencar, Camillo Castelo Branco, Gonçalves Dias, Alcindo Guanabara, José Veríssimo, Affonso Arinos, Rui Barbosa, Aluizio de Azevedo e outros escritores brasileiros, além de alguns estrangeiros, são utilizados como modelos de descrição, exposição, conto, dissertação, narração, enumeração e carta, a fim de familiarizar a criança com os diferentes gêneros textuais e habilitá-las à comunicação escrita e verbal a partir de temas estratégicos, como o progresso nacional, as virtudes humanas, a história dos países desenvolvidos, as diferentes culturas, a escola, a infância, as riquezas brasileiras, o trabalho, a religiosidade, as ilustres personagens da história do Brasil, entre outros.

Enquanto o livro de leitura apresentaria à criança o universo de textos já descrito, o livro de composição continha exercícios práticos organizados da seguinte forma: um sumário, uma “direção” ao professor para que pudesse conduzir adequadamente a atividade e uma atividade modelo para orientar a criança. Assim como no livro de leitura, os temas eram essencialmente formativos. Cabe ressaltar as notas preliminares que constam no início de alguns capítulos com explicações detalhadas sobre o gênero textual a ser estudado.

Em relação ao caráter formativo dos temas elencados para a produção dos textos, vejamos um exemplo de direção dada ao professor para o desenvolvimento de uma dissertação sobre a escola e a instrução. O excerto é extenso, mas optamos por registrá-lo porque sintetiza o pensamento de Manoel Bomfim e evidencia o esforço do autor em propagar seu pensamento e projeto até mesmo para as crianças da escola primária. Ao professor, Bilac e Bomfim (1930, p. 226-227) solicitam as seguintes tarefas:

Dizer o que é a escola. – Qual o seu fim. – Distinguir instrução de educação. – Dizer que a escola proporciona uma e outra. – Mostrar como são ambas necessarias. – Dizer como é que a escola ensina a amar a patria. – Mostrar como é necessario ir desenvolvendo o nosso espirito á proporção que crescemos em idade: vão augmentando as nossas necessidades, os nossos desejos, as nossas forças e aptidão para o trabalho. – Mostrar como, hoje, no estado em que está o mundo, é indispensável que toda a gente se instrua; o progresso é geral e ninguém póde ficar parado. – Salientar o grande alcance que isto tem para a sociedade em geral. – Mostrar que, se a instrução traz todas estas vantagens, é por sua vez custosa e cara. – Explicar que essa é a razão porque o Estado subsidia escolas: é indispensavel que todos aprendam e bem poucos podem pagar esse serviço. – Dizer que a nossa situação neste particular é tristissima; no Brazil há, relativamente, poucas escolas; apenas 2 1/2 % da população frequentam escolas primarias. – Accentuar a nossa inferioridade relativamente ao comum dos paizes civilizados. – Mostrar que a isso devemos a nossa decadencia e fraqueza como nação. – Dizer que no momento actual está condemnada toda a nação cuja população, em sua maioria, é analfabeta. – Dizer que d’isso é culpado o Imperio; provar a verdade d’essa asserção: governou cincoenta annos em plena paz, na época em que todos os paizes creavam, refaziam e melhoravam a instrução popular, e, aqui, nada fez. – Dizer que, infelizmente, quanto a isto, a Republica nada tem melhorado. – Mostrar que, assim procedendo, ella *falta* aos preceitos que são a sua propria essencia: “a democracia é o governo da maioria, mas, assim, como estamos, desde que só se conferem os direitos civis aos que sabem ler e escrever; desde que só podem ser eleitores os instruídos, é uma pequena minoria que participa do Governo”.

A prescrição é tão detalhada que nos leva a refletir sobre o grau de autonomia das professoras primárias. Ao utilizar esses manuais, poderiam aperfeiçoar as questões orientadoras propostas pelos autores ou somente executariam o trabalho conforme os preceitos do livro? Teriam, em sua maioria, formação suficiente para discutir com profundidade as questões históricas e políticas implícitas nas lições?

É interessante notar que toda a crítica presente na obra de Manoel Bomfim, bem como os fundamentos de seu projeto modernizador aparecem na citação em pauta, cujo objetivo era esclarecer crianças acerca da função social da educação, do papel do Estado em relação à instrução pública, da relação entre progresso e instrução, dos problemas de nossa formação histórica e política, das particularidades do regime democrático, de suas demandas e do compromisso de cada cidadão para com a nação brasileira.

Ao produzir o texto sobre a escola e a instrução após as orientações precisas da professora, os alunos teriam como perspectiva o projeto de sociedade de Bomfim e Bilac, sua visão sobre a história do Brasil, sobre o modelo de Estado mais apropriado para a República recém-fundada e, sobretudo, sobre sua própria responsabilidade no processo de construção de uma nação moderna. Nesse sentido, a escola primária, o material didático e as próprias professoras eram concebidos como insígnia de mudança por possibilitarem a disseminação de uma “nova” visão de sociedade sustentada em outros símbolos e ídolos.

A diversidade de histórias, atividades, textos e personagens simbólicos presentes na obra de Manoel Bomfim não se esgota nos exemplos aqui apresentados. Ao escrever para professoras e crianças sua linguagem ganha um teor vivaz, posto que concebia a escola como espaço de construção da identidade nacional. Para tanto, problematizava as “verdades” cristalizadas no imaginário daqueles sujeitos e lançava-lhes outras possibilidades para pensarem o Brasil.

Se a dimensão simbólica de sua obra é um aspecto que quisemos destacar nesta pesquisa, as possibilidades certamente são vastas aos que desejarem aprofundar, aperfeiçoar ou mesmo refutar os resultados de nossa investigação, o que contribuiria sobremaneira para o avanço nos estudos acerca desse intelectual que de uma perspectiva radical pensou a educação no contexto da Primeira República.

### **Considerações finais**

O menino Raul representou, nesta seção, o modelo de educação propagado por Manoel Bomfim, educação vista como processo de adaptação do ser humano às condições de vida impostas pelo meio externo.

Adaptar-se não é opção para a espécie humana, asseverou Bomfim, e daí advém a importância da educação intencional e sistematizada. Ela é tida, na obra bomfiniana, como promotora dos meios necessários a uma inserção digna e participativa na sociedade.

A educação de Raul é modelar, um exemplo a ser seguido, mas constituía exceção num país caracterizado pelo analfabetismo massivo. Tarefa mais urgente era pensar na formação elementar de crianças como Camillo e Juvêncio, filhos de pescadores ou sertanejos, negros ou mestiços, absorvidos precocemente pelo mercado de trabalho e despreparados para os desafios da vida na República.

Manoel Bomfim conclamou o Estado ao investimento na instrução dessas crianças porque vinculou diretamente o progresso à escolarização das classes populares. Educação como insígnia de mudança, como critério à formação de mão de obra especializada para os novos postos de trabalho na indústria e no comércio, como forma de conduzir o povo à compreensão das exigências da vida moderna – inclusive aquelas relacionadas aos cuidados pessoais e higiene como modo de prevenir doenças e manter o ritmo da produção –, educação como recurso para conscientizar o futuro cidadão republicano acerca de seus direitos e deveres, preparando seu corpo, sua mente e seu coração para servir à pátria de forma devotada.

Não bastava, no entanto, combater os símbolos representantes da tradição sem criar seus substitutos. Como esse intento, Bomfim elaborou materiais didáticos e paradidáticos e fez uso da escola como espaço de difusão de símbolos representativos de seu projeto modernizador.

Se educação é adaptação, e se o ser humano diferencia-se pelo pensar a partir de símbolos porque raciocina abstratamente, associa ideias e governa-se intelectualmente pela lei do menor esforço, por que não fazer uso desse conhecimento e possibilitar uma adaptação compatível com as exigências impostas pelo momento histórico, caracterizado por mudanças significativas na dinâmica política, econômica e social do país?

Manoel Bomfim não enxergou na escola a solução para os problemas nacionais, senão a alavanca para as alterações necessárias e o meio seguro para a derrocada de ídolos fortes e ascensão de outros mais identificados com o seu projeto moderno de nação. Nesse sentido, sua obra é atestado de luta teórica e

objetiva pela transformação, práxis de um intelectual dedicado à educação e ciente da estreita relação entre mudanças sociais e processos formativos.

## 6. NOTAS FINAIS SOBRE UM INTELLECTUAL ICONOCLASTA

No início do ano de 2011 defendemos a nossa dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Como já mencionado no decorrer desta pesquisa, tivemos como propósito analisar os motivos pelos quais o Projeto Tavares Lyra foi arquivado, não obstante as intensas discussões que suscitou na Câmara dos Deputados e no Senado Federal entre os anos de 1907 e 1908 em torno da necessidade de se promover a difusão da instrução primária, bem como de se reformar o ensino secundário e superior em todo o país.

Na ocasião, nossas leituras e encaminhamentos levaram-nos a concluir que a instrução pública brasileira no contexto da Primeira República, sobretudo a primária, embora assumisse um caráter de necessidade, não representava uma questão de segurança nacional. Intelectuais, parlamentares e educadores eram praticamente unânimes ao afirmar a relevância da instrução popular; na prática, porém, os investimentos voltavam-se, prioritariamente, ao equilíbrio da economia e à estruturação do Estado republicano.

Manoel Bomfim foi um dos parlamentares a debater o referido Projeto. Deputado federal por Sergipe no governo do presidente Afonso Pena, sua breve passagem pela Câmara foi marcada pela defesa da instrução primária como critério para a modernização e o progresso, pelo que conclamou o Estado a intervir no que ele próprio denominara como problema de ordem capital.

Por meio de acordo com os estados e municípios, como estabelecia o próprio Projeto, caberia à União auxiliar cada qual segundo suas carências e, assim, desencadear no país um intenso movimento pela criação de escolas primárias, aquisição de materiais e recursos pedagógicos, realização de congressos educacionais, formação e contratação de professores. A participação de Bomfim foi expressiva e chamou-nos a atenção ao ponto de investigarmos mais a fundo sua obra e história de vida. Dessa curiosidade inicial nasceu um projeto para o doutorado em educação que hoje se materializa nestas linhas que ora redigimos.

A obra de Manoel Bomfim se encontra atualmente dispersa nos arquivos e bibliotecas do país, o que dificulta sobremaneira a aquisição pelos pesquisadores. Iniciamos nossa pesquisa com parte dela e trilhamos um caminho possível,

enquanto continuávamos a busca pelos demais livros, em especial pelos escritos diretamente relacionados à educação. A parte mais gratificante do caminho, entretanto, foi perceber o quão produtivo é o diálogo e a troca de ideias, materiais, conhecimentos e anseios no decorrer de uma pesquisa. Muitos foram os colegas, amigos e instituições que se dispuseram a trocar conosco, possibilitando-nos adquirir escritos raros do autor que ampliaram nossas perspectivas e nos permitiram chegar ao “intelectual iconoclasta”, aquele que deliberadamente combate os símbolos da tradição, substituindo-os por ídolos representativos de um Brasil moderno.

Não seria possível a opção sem a obra em mãos, assim como não poderíamos hoje, passados seis anos da conclusão do mestrado, encontrarmos a resposta do próprio Manoel Bomfim ao nosso problema de pesquisa. Sim: tivemos essa surpresa e felicidade ao recebermos seu livro póstumo pelos Correios diretamente da Academia Brasileira de Letras, cujos bibliotecários foram de uma prontidão e gentileza indescritíveis. Tínhamos, finalmente, adquirido o *Cultura e educação do povo brasileiro: pela difusão da instrução primária*, livro que reúne artigos antes dispersos em periódicos mais as últimas reflexões de Bomfim acerca dos problemas educacionais brasileiros. Publicado em 1932 após sua morte, os textos foram ditados por Bomfim porque já não tinha forças para escrever devido ao avanço da doença que o levou à morte.

Surpreendentemente, entre as páginas 71 e 85 há um capítulo intitulado *Intervenção da União*, com reflexões de Bomfim sobre o processo de discussão em torno do Projeto Tavares Lyra e os motivos pelos quais, segundo ele, a proposta foi ignorada e arquivada naquele momento. Após insistentes leituras, constatamos que as conclusões de Bomfim excediam o Projeto em questão, pois tratavam da educação pública brasileira de modo geral. Por que, afinal, ela não foi tida como prioridade entre os parlamentares que decidiam o futuro da nação nas primeiras décadas republicanas?

Para Bomfim, o mecanismo da política que se processava no Brasil era complexo e criava obstáculos ao diálogo e às mudanças, conforme exemplificou no excerto a seguir:

Li ao relator do projecto o texto das emendas. Elle não se deu ao trabalho de tomar conhecimento do conteúdo, mas accentuava: “Vae

ao Carlos<sup>80</sup>. Isto é com elle”. E o Carlos me respondia: “Ah! É preciso que o Lyra<sup>81</sup> acceite”. E o Lyra, de dentro da sua mansuetude: “Ainda tenho de falar ao presidente...”. E este, sem desesperançar-me, apenas me mostrava que o Carlos não tinha menor importância. Assim, costeando a indiferença, desatenção e desamor pelo assumpto, as emendas foram aceitas e o projecto foi para o Senado. (BOMFIM, 1932, p. 76).

Indiferença, desatenção e conflitos internos, visto que o Senado, representado por Pinheiro Machado, não poderia credibilizar um projeto nascido no Jardim de Infância<sup>82</sup> e dirigido pelo seu opositor, Carlos Peixoto<sup>83</sup>. E, então, “[...] sepultaram-no muito bem sepultado em qualquer comissão”. (BOMFIM, 1932, p. 77).

As considerações de Bomfim sobre o arquivamento do Projeto ajudaram-nos não somente a compreender o jogo de interesses que inviabilizou a difusão da instrução primária e a organização de um sistema nacional de ensino nos anos finais do século XIX e início do século XX, como reforçaram nossa tese de que Bomfim estava a digladiar com as forças da tradição sustentadas em símbolos cristalizados no imaginário popular. Para combatê-las, portanto, era preciso derrubar os seus fundamentos, a saber, a simbologia, o poder arbitrário e influente dos símbolos mantenedores da elite parasitária, como denominava.

Na obra de Bomfim, bem como em suas reflexões sobre o Projeto Tavares Lyra há um esforço explícito para desnudar as causas do “atraso”, do “mal”, da “degeneração” da sociedade brasileira. A resposta, por sua vez, repete-se a cada novo escrito: é preciso que se tenha um “[...] ideal como estímulo” e “[...] uma acurada educação, como processo”. (BOMFIM, 1932, p. 77). O ideal seria a

---

<sup>80</sup> Menção a Carlos Peixoto, presidente da Câmara dos Deputados durante o período de discussão do Projeto Tavares Lyra.

<sup>81</sup> Menção a Augusto Tavares de Lyra, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores no Brasil no governo de Afonso Pena e criador do Projeto Tavares Lyra. Enquanto ministro, Lyra lançou as bases do projeto para a Câmara dos Deputados, mas foi a comissão de instrução instituída a responsável pela redação do texto, pelos debates e encaminhamentos gerais junto aos parlamentares no período de tramitação da proposta.

<sup>82</sup> Assim ficou conhecido o ministério do presidente da República Afonso Pena, posto que todos os parlamentares eram mais jovens que o habitual. Ver: RODRIGUES, João Batista Cascudo; ROSADO, Vingt-Un. **Augusto Tavares de Lyra**: uma vida meritória. Mossoró: Fundação Vingt-Um Rosado, 1998.

<sup>83</sup> É o próprio Manoel Bomfim quem apresenta a rivalidade entre Carlos Peixoto e Pinheiro Machado em *Cultura e educação do povo brasileiro: pela difusão da instrução primária*.

referência, enquanto a educação, a responsável pela formação das aptidões e virtudes necessárias à sobrevivência em um meio social desenvolvido.

“Apaga-se o ideal, afrouxa-se a educação [...]”. (BOMFIM, 1932, p. 77). A afirmação leva-nos a inferir que a raiz do problema – a falta de investimentos em educação – era para Bomfim apenas o sintoma de um mal maior, qual seja, a ausência de um ideal, de um projeto de nação que implicaria, necessariamente, num projeto de formação humana como prioridade política.

Mas quais as prioridades políticas da elite que Manoel Bomfim condenava? Por que interessava a ela sustentar o paradigma das inferioridades essenciais das raças, das degradações incuráveis como resultado da miscigenação, da superioridade incontestável das nações industrializadas? De que modo a simbologia predominante no contexto da Primeira República favorecia um projeto de dominação de uma minoria privilegiada e entravava os processos democráticos necessários à consolidação do novo regime?

Bomfim defendeu a necessidade de se organizar a nação a partir do conhecimento do passado. Contudo, ressaltou que esse mesmo passado, quando não depurado, tornava-se “[...] peso morto, cuja conservação é mal, pois significa a própria fixação na morte”. (BOMFIM, 1932, p. 83). Na conservação do passado vivia a tradição apoiada em fantasmas que assombravam o país e contra os quais era impossível empenhar uma luta justa.

Criticado por sua linguagem ora ácida, ora excessivamente apaixonada, Bomfim aparece-nos como um intelectual ingênuo e sonhador, um nacionalista a combater a serviço do povo, um verdadeiro paladino das causas populares. Enquanto o brasileiro era reputado dentro e fora do país como naturalmente inferior, conclamava: “Somos, talvez, 42 milhões de brasileiros, gente plastica, acessível ao progresso, intelligencia alerta, livre de preconceitos, cordialmente unida, numa terra farta de recursos [...]”. (BOMFIM, 1932, p. 82).

Novos rótulos, novos *slogans*, novas metáforas. Novos personagens, novas histórias, novos enredos. Destruamos os fantasmas! Instituíamos novas crenças, novas convicções! Tenhamos um projeto modernizador no horizonte e a educação será o caminho seguro a se percorrer!

Mas os parlamentares foram indiferentes e desatentos ao problema da instrução pública, asseverou Bomfim. Seria pela ausência de um projeto para a nação ou porque o projeto que defendiam não tinha na educação uma prioridade?

Seria o descaso para com a instrução popular parte do projeto republicano brasileiro?

Não queremos como isso afirmar que os grupos que obstaculizavam os investimentos em educação no país o fizeram por perversidade, por mera oposição à escola pública e ao povo. Há que se entender que a defesa da escola pública não era (e não é) hegemônica e que cada facção política fazia (e faz) uso de argumentos plausíveis pela afirmação de suas proposições. No entanto, é preciso problematizar os discursos em prol de um Estado não interventor e favorável à iniciativa privada num país caracterizado pelo analfabetismo em massa, numa “República sem povo”, como afirmou Bomfim, e compreender os interesses envolvidos e as estratégias políticas utilizadas pelos que se mantêm historicamente no poder.

Manoel Bomfim recorreu à história em busca dos “males de origem” do Brasil e da América Latina e identificou uma tendência: fomos vítimas de uma formação colonial sustentada em vícios que degeneraram nossa vida política. A partir dessa constatação, elaborou a tese que defenderia por toda a vida nos meios acadêmicos, culturais e políticos do Brasil: não há inferioridade natural nos povos sul-americanos, senão um atraso cultural solucionável via educação. (BOMFIM, 1993; 1996; 1997; 2008; 2013).

Nesta pesquisa, destacamos o ano de 1897 como marco inicial da inserção de Manoel Bomfim nos meios educacionais brasileiros, tomando como referência a direção do *Pedagogium* por ele assumida, além de outras significativas atividades já apontadas em nossas considerações iniciais. Cento e vinte anos se passaram e hoje, no limiar do ano de 2017 cabe-nos uma reflexão sobre a relevância da obra bomfiniana para a história da educação no Brasil e, particularmente, para os cursos de formação de professores.

Para tanto, partiremos da principal categoria utilizada pelo autor para explicar nossa história e os problemas de nossa formação: o parasitismo social. Apresentado por Bomfim como um modelo que estruturou e ordenou as relações estabelecidas no Brasil e na América Latina entre as lideranças políticas e o povo, esse modelo teria possibilitado a instituição de um colonialismo persistente em nossa história mesmo após a Independência e a instituição da República.

Essa forma parasitária e predatória de governar se manteria entre nós porque contávamos com uma estrutura política excludente, despótica e bem articulada que favorecia a manutenção de monopólios econômicos, ao mesmo tempo em que

reafirmava o racismo e dificultava a organização de um sistema de direitos no país. Ao apropriar-se do Estado e de suas instituições, a elite conservadora entravava o avanço da democracia, burocratizando em demasia serviços públicos criados para atender ao povo e para funcionarem como um canal de diálogo entre a população e os dirigentes políticos.

Sustentada em símbolos que reforçavam o preconceito e a dominação, essa mesma elite pouca margem abria ao estabelecimento de relações democráticas condizentes com os princípios fundantes da República. O pobre, o negro, o indígena, a mulher, o mestiço, os grupos minoritários em geral, diante desse modelo de ordenação social, já nasceriam reféns de uma sociedade avessa à verdadeira política.

Parece-nos que esse passado cuidadosamente investigado por Bomfim autorizou as relações de poder na Primeira República e continua a autorizar desigualdades que se perpetuam em nossa história. A educação parecia ser o caminho para a mudança, na ótica de Bomfim, mas um projeto educacional, para ser bem sucedido carecia, antes, de um ideal orientador, de um novo modelo estruturante que concebesse o Estado e suas instituições como espaços disponíveis à participação popular.

Bomfim mencionou inúmeras vezes em seus escritos e discursos as experiências dos países desenvolvidos e o cuidado que tiveram para com a instrução popular. A formação elementar das massas, segundo ele, foi sempre critério para o crescimento de um povo e isto não era privilégio dos modernos. No Brasil, contudo, rondava um espectro a afirmar a inferioridade moral e intelectual do brasileiro e a responsabilizar a população pelas mazelas do país.

Bomfim não defendeu diretamente os direitos do povo, mas atacou os opositores da democracia e a simbologia de que se utilizavam para omitir as relações de exploração historicamente estabelecidas no Brasil. Por se tratar de uma luta contra homens e fantasmas, a linguagem foi instrumento estratégico para destruir e construir ao mesmo tempo.

Educador, médico e estudioso da psicologia, reuniu os conhecimentos adquiridos nas diferentes áreas em que atuou e pelas quais transitou para enfrentar os dilemas de seu tempo. A nós, historiadores da educação e professores do tempo presente deixou uma obra e um legado de primordial importância. Seus escritos e ações políticas ajudam-nos a compreender que a luta pela democracia num país

historicamente espoliado como o Brasil não pode ocorrer sem o corajoso enfrentamento às forças contrárias, as objetivas e as imateriais.

Ajudam-nos, ainda, a apurar nosso olhar para a atual conjuntura política, econômica, cultural e social do país e perceber que ela não se sustenta somente naquilo que é concreto, mas também – e de uma forma bem peculiar – em ideias, ídolos, *slogans*, imagens, bens espirituais que nos impactam cotidianamente e atingem aquilo que há de mais primitivo na espécie humana, as nossas emoções, responsáveis por grande parte de nossas ações diárias.

Por fim, Manoel Bomfim provoca-nos à luta pela educação pública como condição para a construção da democracia, mas alerta-nos que o embate não ocorrerá sem resistências, uma perspectiva bastante realista para um intelectual considerado sonhador e excessivamente passional. Sua obra, por esses motivos e outros já apontados, certamente merece espaço nas grades curriculares dos cursos de pedagogia do país.

Para não deixar de falar em símbolos e homenagear de modo singelo o “intelectual iconoclasta” com quem tanto aprendemos durante os quatro anos de desenvolvimento desta pesquisa, encerramos com as palavras dele mesmo, com uma analogia que justifica a “paixão” e a “ira” com que carregou suas palavras, palavras que foram símbolos, símbolos de um Brasil próspero, criados e disseminados por um declarado defensor da escola pública.

[...] esse juízo universal, condenatório, a nosso respeito se reflete de um modo perniciosíssimo sobre nós mesmos. Somos a criança a quem se repete continuamente: “Não prestas para nada; nunca serás nada...”, e que acabará aceitando esta opinião, conformando-se com ela, desmoralizando-se, perdendo todos os estímulos. (BOMFIM, 1993, p. 43).

Bomfim subverteu a ordem e disseminou a imagem de um povo nobre e capaz, motivando a ação, incitando a mudança. Carlos, Alfredo, Juvêncio e Raul são representações desse novo Brasil que queria ver manifestado.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALONSO, Angela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. **Tempo Social**: Revista de sociologia da USP. São Paulo, v. 24, n. 2, p.101-122, 2012.

ALVES FILHO, Aluizio. **Pensamento político no Brasil** – Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

\_\_\_\_\_. **Manoel Bomfim**: combate ao racismo, educação popular e democracia radical. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ANDRADE, Yara Rodrigues de. **(Im)possível nação**: o Brasil de Manoel Bomfim e de Paulo Prado no início do século XX. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

ANDRADE, Nhayana de Freitas. **Manoel Bomfim e o Pedagogium**. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2014.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino (org.). **História da psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**: parte 3. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BARBOSA, Rui. **Obras Completas**: volume X – 1883, tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: de 1889 a 1930. 6 ed. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1997.

BECHELLI, Ricardo Sequeira. **Nacionalismos anti-racistas**: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX). São Paulo: LCTE Editora, 2009.

BENOIST, Luc. **Signos, símbolos e mitos**. Trad. Paula Taipas. Lisboa: Edições 70, 1975.

BERTONHA, Ivone. **Manoel Bomfim**: um ilustre desconhecido. 1987. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 1987.

BERTONHA, João Fábio. **A Primeira Guerra Mundial**: o conflito que mudou o mundo (1914-1918). Maringá: Eduem, 2011.

BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. **Livro de Leitura para o Curso Complementar das Escolas Primárias**. 25 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922.

\_\_\_\_\_. **Últimas conferências e discursos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924.  
Disponível em:  
<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00293000#page/1/mode/1up>. Acesso em 16 ago. 2016.

\_\_\_\_\_; BOMFIM, Manoel. **Livro de Composição para o Curso Complementar das Escolas Primárias**. 9 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

BOARINI, Maria Lúcia. Higienismo, eugenia e a naturalização do social. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Higiene e raça como projetos**: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: EDUEM, 2003. p. 19-43.

BOMFIM, Manoel. O progresso pela instrução. **Discurso**. Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Profissional, 1904.

\_\_\_\_\_. Uma carta: a propósito da crítica do Sr. Sílvio Romero ao livro A América Latina. **Os Anais**. Rio de Janeiro, 74, 1906, p. 169-170.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Documentos Parlamentares**. Instrução Pública. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1918.

\_\_\_\_\_. **Primeiras Saudades**. Leitura para o 1º Anno do Curso Medio das Escolas Primarias. 1 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

\_\_\_\_\_. **Lições de Pedagogia**: theoria e practica da educação. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926.

\_\_\_\_\_. **Noções de Psychologia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1928.

\_\_\_\_\_. **Cultura e educação do povo brasileiro**: pela difusão da instrução primaria. Rio de Janeiro: Pongetti, 1932.

\_\_\_\_\_. **A América Latina, males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Brasil Nação, realidade da soberania brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Brasil na América, caracterização da formação brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

\_\_\_\_\_; BILAC, Olavo. **Através do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pensar e dizer**: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo; Conselho Federal de Psicologia, 2006.

\_\_\_\_\_. **América Latina, males de origem.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

\_\_\_\_\_. Cultura e educação do povo brasileiro: pela difusão da instrução primária. Rio de Janeiro: [Pongetti], 1932. In: GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim** (Coleção Educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Brasil na História, deturpação das tradições, degradação política.** 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2013.

BORGES, Roselânia Francisconi. **A pedagogia de Manoel Bomfim: uma proposta higienista de educação.** 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, PR, 2006.

CABRAL, Annita de Castilho e Marcondes. A psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino (org.). **História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios.** Rio de Janeiro: EdUERJ: Conselho Federal de Psicologia, 2004. p. 33-67.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. In: **Enciclopédia Delta Larousse.** V. 4. 2 ed. Rio de Janeiro: Delta, s./d.

CANDIDO, Antonio. **Radicalismos.** Texto da palestra feita no Instituto de Estudos Avançados em 28 de setembro de 1988.

CARDOSO, Vicente Licínio. À margem da República. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da história da República.** 3 ed. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1990. p. 279-301.

CARONE, Edgard. **A República Velha I: instituições e classes sociais (1889-1930).** 4 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **Molde nacional e fôrma cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

\_\_\_\_\_. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, São Paulo, jan./mar., 2000, n./p. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100013). Acesso em: 18 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. A Caixa de Utensílios e o Tratado: modelos pedagógicos, manuais de pedagogia e práticas de leitura de professores. In: IV , 2006, Goiânia. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação.** Goiânia, 2006. n./p. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenada-eixo03-MMCC.htm>. Acesso em: 25 nov. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1980.

\_\_\_\_\_. **Cultura e democracia.** 2 ed. Salvador: Secretaria de Cultura; Fundação Pedro Calmon, 2009.

CUNHA, Fátima. **Filosofia da Escola Nova:** do ato político ao ato pedagógico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania Republicana e Educação:** Governo Provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. 3 ed. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Trad. Lourenço Filho. 7 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

\_\_\_\_\_. **Educação e Sociologia**. Trad. Lourenço Filho. 9 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1973.

\_\_\_\_\_. **A divisão do trabalho social I**. Trad. Maria Inês Mansinho; Eduardo Freitas. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1977.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

FELIZARDO, Joaquim J. **História Nova da República Velha: do Manifesto de 1870 à Revolução de 1930**. Petrópolis: Vozes, 1980.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução?** São Paulo: Abril Cultural; Editora Brasiliense, 1984.

FERRARINI, Sebastião. **Armas, brasões e símbolos nacionais**. Curitiba: Ed. Curitiba, 1979.

FILGUEIRA, André Luiz de Souza. **A escrita descolonial de Manoel Bomfim: uma conversa com o seu pensamento social e político**. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

FREITAS, Marcos Cezar de. Da ideia de estudar a criança no pensamento social brasileiro: a contraface de um paradigma. In: \_\_\_\_\_; KUHLMANN JÚNIOR, Moyses (orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. P. 345-372.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GALIANI, Claudemir; MACHADO, Maria Cristina Gomes. As propostas de John Dewey para uma sociedade democrática. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 21, n. 7, p. 116-135, set./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8384/6042>. Acesso em: 8 out. 2016.

GALIANI, Claudemir. **Educação e Democracia em John Dewey**. Maringá: EDUEM, 2009.

GONDRA, José Gonçalves. Homo Hygienicus: educação, higiene e reinvenção do homem. **Cadernos Cedes** 59. Vol. 1, n. 1. São Paulo: Cortez; Campinas, CEDES, p. 25-38, 1980.

\_\_\_\_\_. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2001.

\_\_\_\_\_. Manoel Bomfim, “pensador da história” na Primeira República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 129-154, 2003.

\_\_\_\_\_. **Manoel Bomfim**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HOBBSAWM, Eric John. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Trad. Maria Celia Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **A era dos impérios**: 1875-1914. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Vozes, 1976.

LACERDA, Virgínia Cortes de (Org.). **Rui Barbosa**: escritos e discursos seletos. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN. **Literatura infantil brasileira**: história e histórias. 5 ed. São Paulo: Ática, 1991.

LEÃO, Antônio Carneiro. **O Brasil e a educação popular**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1917.

\_\_\_\_\_. **Os deveres das novas gerações brasileiras**. Rio de Janeiro: Sociedade Editora de Propaganda dos Paizes Americanos, 1924.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

LENIN, Vladimir Illich. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 3 ed. São Paulo: Global, 1985.

LOBATO, Monteiro. **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense Limitada, 1951.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil (1808-1930)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

MACEDO, Ubiratan Borges de. **O liberalismo moderno**. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1997.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa**: pensamento e ação. Uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MACHADO, Dênis Wagner. **Os males de origem da educação brasileira segundo Manoel Bomfim**. 2014. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2014.

MAI, Lilian Denise. Difusão dos ideários higienista e eugenista no Brasil. In: BOARINI, Maria Lúcia (org.). **Higiene e raça como projetos**: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003. p. 45-70.

MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: \_\_\_\_\_; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça como questão**: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. p. 51-81.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (I – Feuerbach). Trad. José Carlos Bruni; Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Marco Aurélio Nogueira; Leandro Konder. 3 ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1990.

\_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1982.

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Notas para a história da educação: considerações acerca do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de

autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 34, p. 294-305, jun. 2009. Disponível em:  
<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/viewFile/8639594/7163>  
. Acesso em: 10 set. 2016.

MERLO, Maria Cristina. **O Tico-Tico**: um século de histórias em quadrinhos no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2003.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo antigo e moderno**. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MONDZAIN, Marie-José. **Imagem, ícone, economia**: as fontes bizantinas do imaginário contemporâneo. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu da Arte do Rio, 2013.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira**: 500 anos de história (1500-2000). Rio de Janeiro: Consultor, 1995.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo**: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. **O encontro de Joaquim Nabuco com a política**: as desventuras do liberalismo. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

OLIVEIRA, Gisele dos Santos. **Manoel Bomfim e formação de professores**: reflexões sobre *Lições de Pedagogia* (1915). 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

PINHEIRO, José Rodrigues de Azevedo. Parecer sobre os “Livros de Composição Portuguesa e de Leitura” para o curso complementar das escolas primárias, pelos Srs. Olavo Bilac e Manoel Bomfim. In: BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. **Livro de Leitura para o Curso Complementar das Escolas Primárias**. 25 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922. p. 5-7.

\_\_\_\_\_. Parecer sobre os “Livros de Composição Portuguesa e de Leitura” para o curso complementar das escolas primárias, pelos Srs. Olavo Bilac e Manoel Bomfim. In: BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. **Livro de Composição para o Curso Complementar das Escolas Primárias**. 9 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930. p. 7-9.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

RABELLO, Sylvio. **Itinerário de Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In: \_\_\_\_\_; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça como questão**: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. p. 25-49.

RÉ, Flávia Maria. **A distância entre as Américas**: uma leitura do Pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912). 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. **Revista do Brasil 2**. Governo do Estado do Rio de Janeiro: Secretaria de Ciência e Cultura. p. 48-59. s./d.

RIBEIRO, Marcos A. P. **A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas (1854-1924)**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

ROMERO, Sílvio. Uma suposta teoria nova da historia latino-americana. **Os annais**. Ano II, n. 55. Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1905. p. 674-677.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a poesia popular do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, 1888.

ROSA, Zita de Paula. **O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

SANTANA, Jorge Alves. Romance de formação e o caso do Künstlerroman. **Signótica**, v. 15, n. 1, p. 35-51, jan./jun., 2003.

SANTOS JUNIOR, Valdir Donizete dos. **A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)**. 2013. 295 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, degeneração e viabilidade de uma nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, Marcos Chor;

\_\_\_\_\_ (orgs.). **Raça como questão**: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. p. 83-108.

SANTOS, Davi Siqueira. **A América Latina, de Manoel Bomfim e Ariel, de José Enrique Rodó**: dois ensaios de interpretação latino-americana. 2011. 146f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, SP, 2011.

SCHEFFLER, Israel. **A linguagem da educação**. Trad. Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Saraiva: Edusp, 1974.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Ideias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIXAS, André Augusto Anderson; MOTA, André; ZILBREMANN, Monica L. A origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu contexto histórico. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**. v. 31, n. 1, p. 82, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

SILVA, José Maria de Oliveira. **Da educação à revolução**: radicalismo republicano em Manoel Bomfim. 1990. 187 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1990.

SILVA, Lucia Cecília da. A contribuição da Higiene Mental para o desenvolvimento da psicologia no Brasil. IN: BOARINI, Maria Lúcia (org.). **Higiene e raça como projetos**: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003. p. 133-164.

SILVEIRA, Cristiane da. **(Re)leituras de Manoel Bonfim**: a escrita da história do Brasil e o ser negro na passagem do século XIX para o XX. 2011. 176 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.

SKIDMORE, Tomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Trad. Donaldson M. Garschagen. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

\_\_\_\_\_. **História da Literatura Brasileira**: seus fundamentos econômicos. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUTO MAIOR, Laércio. **Introdução ao pensamento de Manoel Bomfim**: o discurso da modernidade no alvorecer do século XX. São Paulo: Centro de Publicação Popular do Instituto Mário Alves de Estudos Políticos, 1993.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval... [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 109-161.

SOUZA, Milena Luckesi de. A educação escolar do deficiente mental: a proposta higienista. In: BOARINI, Maria Lúcia (org.). **Raça, higiene social e nação forte**: mitos de uma época. Maringá: Eduem, 2011. p. 157-174.

STADEN, Hans. **Meu cativo entre os selvagens do Brasil**. Texto ordenado literariamente por Monteiro Lobato. Trad. Alberto Löfgren. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. **História e dependência**: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e o mundo moderno**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

TONON, Marina Rodrigues. **Reinventando o Brasil**: Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira. 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, SP, 2014.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO; Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Livro 1. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 351-386.

VENTURA, Roberto; SUSSEKIND, Flora. **História e Dependência**: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Moderna, 1984.

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos (orgs.). **O Tico-Tico**: centenário da primeira revista em quadrinhos do Brasil. São Paulo: Opera Graphica, 2005.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 497-517.

WANDERBROOCK JUNIOR, Durval. **A educação sob medida**: os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-45). Maringá: Eduem, 2009.

\_\_\_\_\_. Soldados de todo o país: higienizai-vos! A Liga Brasileira de Higiene Mental e as Forças Armadas (1914-1945). In: BOARINI, Maria Lúcia (org.). **Raça, higiene social e nação forte**: mitos de uma época. Maringá: Eduem, 2011. p. 49-74.